

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**Ação política e resistência territorial: turismo de base comunitária
entre os caiçaras de São Gonçalo - Paraty, Rio de Janeiro.**

Thiago Lammoglia Monteiro

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA TERRITORIAL: TURISMO
DE BASE COMUNITÁRIA ENTRE OS CAIÇARAS DE SÃO
GONÇALO - PARATY, RIO DE JANEIRO.**

THIAGO LAMMOGLIA MONTEIRO

Sob a orientação do Professor
Dr. Guilherme da Silva Ribeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Curso de Pós-graduação em Geografia, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Seropédica, RJ
Outubro de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M772a Monteiro, Thiago Lammoglia, 1984-
Ação política e resistência territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo - Paraty, Rio de Janeiro. / Thiago Lammoglia Monteiro. 2017.

84 f.: il.

Orientador: Guilherme da Silva Ribeiro.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar, Curso de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

1. Caiçaras. 2. Turismo de base comunitária. 3. Paraty. I. Ribeiro, Guilherme da Silva, 1980-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

THIAGO LAMMOGLIA MONTEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Curso de Pós-graduação em Geografia, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Dissertação aprovada em: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof. Dr. Guilherme da Silva Ribeiro
(Orientador)
UFRRJ

Prof. Dra. Anita Loureiro de Oliveira
UFRRJ-IM

Prof. Dr. André Santos da Rocha
UFRRJ

Prof. Dra. Catia Antonia da Silva
UERJ-FFP

AGRADECIMENTOS

Aos caiçaras de São Gonçalo que tive o privilégio de conhecer e com eles aprender: Vaguinho, Manuela, Helena, Heitor e Dona Margarida; Mauricéia, Maurília, Vanderlei, Gustavo, Pablo, Siomara e Maria Rita; Bete e família; Zé de São Gonçalinho; Israel; Tião e; Pastor Érico.

Aos amigos e amigas da turma do mestrado por suas contribuições e reflexões sobre a presente pesquisa nos momentos de apresentação do projeto durante nossas disciplinas. Em especial agradeço a Guilherme, Rafael, Jefferson e Ricardo pela amizade e apoio durante esses dois anos.

Aos professores Pablo Ibañez e Andrews Lucena por suas contribuições na avaliação da pesquisa durante o XI Fórum de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Aos professores André Santos da Rocha e Marcio Rufino Silva pela leitura atenta do texto de qualificação e por seus importantes apontamentos.

Um agradecimento especial à professora Anita Loureiro de Oliveira e ao professor Rodrigo Coutinho Andrade por possibilitarem a realização do principal trabalho de campo desta pesquisa. Agradeço, também, aos alunos do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Multidisciplinar que integraram o grupo recebido pelos caiçaras em São Gonçalo.

Ao grupo de alunos do PET-GEO/IM pela receptividade em nossa prazerosa roda de conversa que contribuiu muito para as reflexões finais desta pesquisa.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro que me propiciaram momentos muito ricos de aprendizado no decorrer das disciplinas.

Ao meu pai Chico, minha mãe Carla, minhas irmãs Júlia e Vitória, minha avó Oneyde, meu avô Minguito, minha avó Haydee (In Memoriam), meus tios e tias pelo amor e apoio em toda a vida.

À minha amada Aline, à nossa Rosa que está para chegar e à minha assistente Jana VL.

Ao professor Guilherme Ribeiro pela orientação, confiança e toda a liberdade e autonomia para a realização da pesquisa.

RESUMO

MONTEIRO, Thiago Lammoglia. **Ação política e resistência territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo - Paraty, Rio de Janeiro.** 2017. 109p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar, Departamento de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

Esta pesquisa está voltada à investigação do turismo de base comunitária realizado pela comunidade caiçara de São Gonçalo, no município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro. Mais precisamente, busca entender de que forma este tipo de iniciativa significa uma ação política de resistência territorial e qual sua importância no que tange a evidenciar, propagar e fortalecer os saberes e a cultura local. O principal objetivo do roteiro criado pelos caiçaras é, além de apresentar a cultura caiçara local, difundir e evidenciar a violenta história do conflito territorial travado por décadas com a multinacional White Martins. Apoiamos nossa reflexão em um referencial teórico-metodológico pós-colonial, no intuito de dar voz aos sujeitos locais, entendendo que adotar essa perspectiva é pertinente pois, uma investigação que se baseia em um conflito territorial entre uma comunidade tradicional e uma empresa multinacional, faz com que nos remetamos à herança do pensamento moderno colonial presente em nossa sociedade até os dias de hoje. O acompanhamento da realização do roteiro se mostrou a principal estratégia metodológica da pesquisa. Foi com a observação da forma como os guias caiçaras locais se expressavam quando conduziam os grupos e com as falas e histórias de vida dos caiçaras envolvidos, que entendemos, com mais nitidez, a função política do roteiro. Concluiremos afirmando estarmos diante de uma iniciativa que se configura como uma ação política de luta pelo território e de valorização dos saberes e da cultura local. Mostraremos, também, que o roteiro de turismo de base comunitária estudado é uma iniciativa de produção de conhecimento que coloca em diálogo diversas formas de saberes.

Palavras-chave: caiçaras, Turismo de Base Comunitária, Paraty.

ABSTRACT

MONTEIRO, Thiago Lammoglia. **Political Action and Territorial Resistance: Community-based Tourism (TBC) among the Caiçaras from São Gonçalo – Paraty, Rio de Janeiro.** 2017. 109p. Geography Master Dissertation. Agronomy Institute and Multidisciplinary Institute, Department of Geociences, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

The aim of this research is the Community-based Tourism (CBT) developed by São Gonçalo Caiçara community, in Paraty city, Rio de Janeiro state. It seeks to understand, specifically, in what ways this kind of practice represents a political action of territorial resistance and its importance to highlight, disseminate and strengthen the local knowledge and culture. In this context, the itinerary created by the Caiçaras has as its main objective sharing the history of violent decades of territorial conflicts with the White Martins multinational, and also to show the Caiçara local culture. We support our study on a post-colonial theoretical-methodological referential intending to give voice to local people. Assuming that this research deals with a territorial conflict between a traditional community and a multinational company, it seems that adopting such approach is appropriate as it makes reference to the heritage of the colonial-modern thought, which is present in our society nowadays. Following the event in the itinerary organized by the Caiçaras became the main methodological strategy of this dissertation. Observing how the local guides make their questions during the tour, tell the stories of their lives and conduct the audiences, clearly revealed the political function of the activity. We intend to show that this communitarian ride is an initiative that foster production of knowledge and promote dialogue with diverse know how, and eventually we concluded that it, undoubtedly, constitutes political action to defend territory.

Key-words: caiçaras, Communitarian Basis-Tourism, Paraty.

LISTA DE FIGURAS

	Pg.
Figura 1: Cartaz colado por manifestantes em poste do centro histórico de Paraty, 04 jul 2016.....	15
Figura 2: Casa de uma família caiçara que fora expulsa da vila de São Gonçalinho, 27 mai 2016.	27
Figura 3 - Camiseta do Fórum de Comunidades Tradicionais vestida pela guia local com destaque para o conceito de território, 01 mai 2016.	41
Figura 4 - Ocupação pataxó no acesso à Cachoeira do Iriri, 21 mai 2016.	44
Figura 5 - Guarita construída pela Fazenda São Gonçalo para impedir o acesso à praia de São Gonçalinho. 27 mai 2016.	54
Figura 6 - Marco de cimento com os dizeres: White Martins Fazenda São Gonçalo construído na areia da praia de São Gonçalinho – 27 mai 2016.	57
Figura 7 - Chegada à Ilha do Pelado - 27 mai 2016.	59
Figura 8 - Mapa das Unidades de Conservação da Natureza no Estado do Rio de Janeiro – Municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.	62
Figura 9 – Estacionamento de iates. 27 mai 2016.....	64
Figura 10 – Ilha do Breu. 27 mai 2016.	65
Figura 11 - Chegada ao Sítio de Agrofloresta. 28 mai 2016.	67

SUMÁRIO

	Pg.
Introdução	10
Capítulo 1 - O conflito territorial em São Gonçalo - Paraty/RJ: história e resistência caiçara	14
1.1 - A atualidade dos conflitos territoriais e o turismo no litoral Sul Fluminense	14
1.2 - O conflito territorial em São Gonçalo – Paraty	19
Capítulo 2 - A opção estratégica dos caiçaras de São Gonçalo pelo turismo de base comunitária	29
2.1 - Comunidades Tradicionais e os caiçaras.....	29
2.2 - A estratégia pelo Turismo de Base Comunitária.....	33
2.3 - Lugar e território.....	39
2.4 - Territorialidades em tensão com a modernidade	46
Capítulo 3 - O roteiro de Turismo de base comunitária de São Gonçalo/Paraty-RJ	50
3.1 - Vilas de São Gonçalinho e São Gonçalo – Histórico do conflito territorial	50
3.2 - Ilha do Pelado – O conflito atual com órgãos ambientais.....	59
3.3 - Gruta das Ossadas, Ilha do Cedro, Ilha do Breu e Costeira do Arpoar.....	63
3.4 - Sítio de Agrofloresta: a agricultura dentro da mata	67
3.5 - Alambique local	70
4 - Conclusão	73
5 - Referências	76
ANEXO 1	80
ANEXO 2	81
ANEXO 3.....	83
ANEXO 4.....	84

INTRODUÇÃO

Os povos e comunidades tradicionais que habitam o litoral da região Sul do Estado do Rio de Janeiro historicamente vêm lutando por seus territórios, uma luta violenta que se faz presente até os dias hoje. Caiçaras, quilombolas e pequenos agricultores sangraram em conflitos contra o capital imobiliário direcionado ao turismo. Famílias foram expulsas de suas terras para a construção de condomínios de luxo, hotéis, pousadas, estradas e marinas. O fato é que a população local não participou do planejamento turístico para sua própria região.

Nesta pesquisa trataremos desta problemática analisando o caso da comunidade caiçara de São Gonçalo, localizada no litoral norte do município de Paraty, trazendo seu histórico de luta pelo território e sua estratégia de, a partir do turismo de base comunitária planejado e protagonizado por eles mesmos, terem a oportunidade de contar sua própria história. Mais precisamente, buscamos entender de que forma este tipo de iniciativa significa uma ação política de resistência territorial e qual sua importância no que tange evidenciar, propagar e fortalecer os saberes e a cultura local.

A ligação do caso escolhido com essa temática se dá pelo fato de os caiçaras de São Gonçalo – Paraty, serem vítimas de um intenso e violento processo de expropriação territorial, ocasionado pela grilagem de terras fomentada pela especulação imobiliária voltada ao turismo. Tal processo os levou a conviver com a lógica perversa de uma atividade que destrói e ao mesmo tempo gera oportunidades de trabalho e renda nas altas temporadas. Para poderem protagonizá-la no lugar em que vivem, optaram por oferecer roteiros de turismo de base comunitária. Essa perspectiva vai ao encontro do que nos mostra Marta de Azevedo Irving (2009, p. 108) ao dizer que, em uma sociedade globalizada onde o fenômeno turístico e o processo de globalização são irreversíveis, o turismo dita suas próprias regras colocando fantasia e sonho em uma realidade de valores contraditórios. O desafio está em conceber e desenvolver alternativas inovadoras, que tenham a variável local e as identidades envolvidas como elemento central para sua realização.

Nosso primeiro contato com o tema se deu em julho de 2014, quando integrávamos a equipe responsável pela programação de atividades ligadas ao Turismo Social do Serviço Social do Comércio de São Paulo (Sesc-SP). Na ocasião, tivemos a oportunidade de conhecer um roteiro de turismo de base comunitária realizado por uma família caiçara do Saco do Mamanguá, no Município de Paraty. Saímos dessa experiência com a ideia de, um dia, investigar a prática dessa modalidade de turismo por comunidades tradicionais.

Em junho de 2015, ainda com o processo seletivo para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em andamento, realizamos o que consideramos nosso primeiro trabalho de campo. Na ocasião, tivemos a oportunidade de participar do I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde, ocorrido em na comunidade caiçara de Tarituba, no município de Paraty. Durante o evento, representantes da comunidade caiçara de São Gonçalo expuseram a história de luta da comunidade para resistir em seu território, uma vez que, entre as décadas de 1970 e 1990, tiveram suas terras griladas e suas vilas de moradia destruídas em um intenso e violento conflito territorial travado com a

multinacional White Martins. Além disso, sinalizaram que tinham o interesse de trabalhar com o turismo supracitado e que estavam elaborando seu roteiro. No mesmo dia, pudemos assistir à palestra da professora Teresa Cristina de Mendonça, do Departamento de Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para quem, mais que uma modalidade alternativa de turismo, o turismo de base comunitária é, antes de tudo, uma ação política de luta pelo território. Saímos de lá com o desejo de estudar a referida comunidade caiçara tendo o objetivo de investigar seu roteiro turístico com essa perspectiva política.

A aproximação com a comunidade foi facilitada pelo contato que estabelecemos com uma jovem caiçara de Paraty, nascida e criada em São Gonçalo, estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Em nosso segundo trabalho de campo, realizado no dia 13 de outubro de 2015, tivemos a preocupação, em um primeiro momento, de apresentar-lhe nossa proposta de estudo para ver se, em seu entendimento, a ideia era pertinente. Após essa primeira e positiva conversa, fomos apresentados ao líder comunitário que estava à frente do projeto de turismo de base comunitária local, que também concordou com a realização da pesquisa e, assim, iniciamos nossa investigação.

Ao todo foram realizados seis trabalhos de campo, o primeiro e o segundo, já citados acima, possibilitaram a definição do estudo de caso e a aproximação com a comunidade. No terceiro, ocorrido em abril de 2015, fomos recebidos pelo líder caiçara que havíamos conhecido anteriormente para uma roda de conversa, na qual dialogamos sobre a história da comunidade e o processo de criação do roteiro de turismo comunitário. Na manhã seguinte a esse encontro, o mesmo líder nos levou para conhecer o local das antigas vilas caiçaras que acabaram destruídas no decorrer do conflito territorial com a White Martins. No dia 21 de maio de 2016, estivemos em campo novamente, desta vez, para uma conversa com indígenas da etnia pataxó que haviam ocupado uma área nas proximidades de São Gonçalo. Uma semana depois, realizamos o principal trabalho de campo da pesquisa, acompanhando a realização do roteiro de turismo de base comunitária local. Foram dois dias vivenciando o roteiro conduzido pelos caiçaras junto a um grupo de estudantes do curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O último trabalho de campo se deu em dezembro de 2016, quando voltamos à casa do líder caiçara para realizarmos uma pesquisa em seu arquivo pessoal, que vem sendo formado há mais de 20 anos de militância. Os resultados destes trabalhos de campo estão presentes nos capítulos desta dissertação.

A metodologia de pesquisa esteve direcionada a dar voz aos sujeitos locais. Sempre que possível, e com a devida autorização prévia das pessoas, foi feita a gravação em áudio das conversas que tivemos nas primeiras idas a campo. Gravamos também as falas dos guias locais que conduziram o roteiro e dos caiçaras que participaram recebendo o grupo em cada ponto visitado. Desta forma, nossa principal fonte de informação se deu pela oralidade que evidenciou o conhecimento local acumulado por esses sujeitos. No intuito de fundamentar teoricamente nossa argumentação, fizemos, também, uma revisão bibliográfica sobre o tema e sobre os principais conceitos trabalhados.

Apoiamos nossa reflexão em um referencial teórico-metodológico pós-colonial. Entendemos que adotar essa perspectiva é pertinente pois, uma investigação que se baseia em um conflito territorial entre uma comunidade tradicional e uma empresa

multinacional, faz com que nos remetamos à herança do pensamento moderno colonial presente em nossa sociedade até os dias de hoje. Trabalharemos os resultados obtidos no estudo de nosso caso junto às considerações sobre colonialidade/modernidade de Anibal Quijano (2009), passando pelas ideias de criação do Outro com Santiago Castro Gomes (2005) e do pensamento abissal moderno de Boaventura de Sousa Santos (2009a).

O objetivo de evidenciar os saberes locais e a troca de saberes se relaciona com o que propõe o intelectual português Boaventura de Sousa Santos, defendendo intervenções que denunciem a dominação epistemológica do colonialismo, pois este suprimiu inúmeras formas de conhecimento dos povos colonizados. Cabe agora, trazer à tona, valorizando os saberes que resistiram, promover um diálogo horizontal entre conhecimentos, denominado por ele “ecologia de saberes” (SANTOS, 2010, p. 7). Neste sentido, buscamos ouvir a comunidade caiçara de São Gonçalo para conhecermos as histórias de vida e de luta territorial narradas pelos atores locais. Assim, a importância do conhecimento local para a pesquisa se manifesta, pelo menos, de duas formas: de um lado, ele aparece junto com o modo de vida comunitário, como atração do roteiro turístico; de outro, mostra a interpretação dos sujeitos locais em relação aos conceitos que são trabalhados na vivência deste roteiro.

O primeiro capítulo tem por objetivo contar a história do conflito territorial de São Gonçalo, envolvendo a comunidade caiçara local e a multinacional White Martins, que tinha o interesse de construir um *resort* na localidade. Para chegarmos a ele, ressaltaremos que tais disputas entre comunidades tradicionais e grandes empresas multinacionais são recorrentes no Brasil e no mundo, trazendo exemplos de dois casos recentes. Já nos aproximando da região de estudo, mostraremos como se deu o processo de valorização das terras e o avanço da especulação imobiliária ligada ao turismo no litoral Sul Fluminense. Junto a isto, será feita uma crítica ao turismo convencional, apontando os desdobramentos que fizeram surgir modelos alternativos a ele, que contemplassem a participação das comunidades tradicionais nas decisões de como realizar tal atividade em seus territórios. Por fim, apresentaremos o histórico do conflito territorial em São Gonçalo, apoiados na bibliografia existente sobre o tema, tendo como principais referências publicações que abordam os conflitos por terra no litoral Sul Fluminense, organizadas pela professora Dra. Leonilde Servolo de Medeiros, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Analisaremos, ainda nessa seção, o laudo sobre os impactos sociais que o empreendimento da multinacional causaria na população local, solicitado pelo Ministério Público Federal em 1998.

O segundo capítulo é destinado ao momento atual da comunidade pesquisada. Nele, trazemos uma discussão teórica sobre os conceitos de comunidades tradicionais e de caiçara. Abordaremos os antecedentes da criação do roteiro de turismo de base comunitária que vem sendo oferecido e os motivos pelos quais as famílias locais decidiram aderir a tal prática. Apresentaremos, também, um debate sobre os conceitos de lugar e território à luz da perspectiva pós-colonial de Arturo Escobar e Carlos Walter Porto-Gonçalves. Seguindo com este referencial teórico, analisaremos o caso de São Gonçalo como uma experiência de resistência subalterna (SANTOS, 2009a, p. 50), trabalhando a ideia de territorialidades em tensão com a modernidade.

No terceiro capítulo nos preocupamos em apresentar, detalhadamente, o roteiro de turismo de base comunitária dos caiçaras de São Gonçalo, descrevendo e analisando

cada lugar visitado junto às falas dos guias caiçaras locais, que nos acompanharam durante a sua realização. Destacaremos, novamente, a importância da oralidade como principal fonte de informações para esta pesquisa. A história do conflito territorial com a White Martins será apresentada na visita aos locais das antigas vilas caiçaras de São Gonçalinho e São Gonçalo. Na Ilha do Pelado e no percurso pelas demais ilhas, a discussão se dá em torno da dificuldade atual que os caiçaras têm com as legislações ambientais vigentes. Finalizando a descrição do roteiro, mostraremos as experiências do sítio de agrofloresta e do alambique local. Buscaremos, também, colocar em diálogo as situações vivenciadas com as contribuições teóricas trabalhadas no segundo capítulo, sempre associando a iniciativa do turismo de base comunitária, antes de tudo, como uma ação política.

Por fim, concluiremos esta pesquisa afirmando que o caso estudado nos remete a uma ideia de comunidade que extrapola a escala de lugar, pois não podemos deixar de considerar as pessoas que foram forçadas a sair de suas casas e migraram para as periferias dos centros urbanos de Paraty e Angra dos Reis, como pertencentes à comunidade caiçara de São Gonçalo. Entendemos, também, que a realização do roteiro de turismo de base comunitária local é parte de uma ação política maior, que contempla outras comunidades tradicionais da região e que, de forma semelhante, viram-se diante de conflitos territoriais ligados à especulação imobiliária, precisando se adaptar às mazelas do turismo convencional. Desta forma, abordar um conflito territorial e a resistência comunitária em um roteiro de turismo se configura, antes de tudo, como uma ação política de luta pelo território e de valorização da cultura local.

Percebemos que o processo de elaboração e de execução do roteiro se deu em um importante movimento de mobilização e trocas de experiências e conhecimentos com outras comunidades e que, de fato, os saberes locais foram importantes na sua constituição, assim como, são abordados constantemente na execução dele. Assim, podemos inserir o roteiro de turismo de base comunitária local como uma iniciativa de produção de conhecimento que coloca em diálogo suas diversas formas, mostrando-se um caminho para uma ecologia de saberes.

Capítulo 1. O conflito territorial em São Gonçalo-Paraty/RJ: história e resistência caiçara.

1.1 - A atualidade dos conflitos territoriais e o turismo no litoral Sul Fluminense

Ao vivenciar um roteiro de turismo de base comunitária, ou ao nos aproximar de comunidades tradicionais, somos levados a refletir sobre outra realidade, outro modo de ver e viver o mundo e, principalmente, temos a chance de conhecer outro lado da história, a história vivida e contada pelos próprios nativos do lugar que estamos conhecendo.

Muitas vezes, as histórias e realidades dessas comunidades estão invisibilizadas. Não aparecem nos livros didáticos, tampouco são ensinadas nas escolas e figuram nas pautas da grande mídia. Uma dessas está sendo contada por caiçaras¹ da praia de São Gonçalo, no litoral norte de Paraty, RJ. Em mais uma estratégia de resistência e luta por seu território, optaram por serem protagonistas da atividade turística no lugar em que vivem, oferecendo um roteiro de turismo de base comunitária. O principal objetivo deste roteiro é, além de apresentar a cultura caiçara local, difundir e evidenciar a violenta história do conflito territorial travado por décadas com a multinacional White Martins/SA.

Voltaremos à história de São Gonçalo mais adiante, pois, o recente assassinato de um jovem caiçara em Trindade, uma praia localizada mais ao sul do Município de Paraty, no início de junho de 2016, mostra que a prática de violência em disputa de terras contra os povos nativos dentro de seus territórios é recorrente no Brasil e em diversos países. No caso, um jovem caiçara de 22 anos foi morto a tiros no terreno de sua casa por dois sargentos da polícia militar que, fora do horário de serviço, trabalhavam para a empresa T.D.T Trindade Desenvolvimento Territorial. A população local indignada e revoltada ateou fogo nos alojamentos dos trabalhadores da empreiteira e, nos dias que se seguiram, organizou manifestações pela cidade de Paraty (COMBATE, 2016). A fotografia 1 mostra um cartaz colado durante a manifestação em um poste no centro histórico da cidade. Vale ressaltar que, na década de 1970, a T.D.T instalou-se em Trindade com o nome de Paraty Desenvolvimento Turístico. Na época, a criação da empresa se deu a partir de uma fusão entre duas multinacionais (Brascan e Adela), constituídas por grupos de empresários com sua sede localizada em Luxemburgo. Ao instalar-se em Trindade, assumindo-se donos das terras da vila, tinham o objetivo de transformá-la em um condomínio de luxo, dando início ao violento conflito territorial com os caiçaras (COMBATE, 2016).

¹ Por hora, é suficiente entender por caiçaras os indivíduos e comunidades que habitam historicamente o litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Essas populações segundo o sociólogo Antonio Carlos Sant'ana Diegues (1988, p. 9-10) se formaram do encontro de indígenas com os europeus e negros que chegaram ao Brasil no período colonial. Fizeram-se posseiros e tinham a pesca, a agricultura e a coleta como principal atividade, adaptando-se a cada contexto social e econômico por que passavam. Posteriormente, com a urbanização das cidades litorâneas, se tornaram vítimas de um intenso processo de especulação imobiliária. Portanto, para entendermos essas populações, não podemos nos ater a caracterizações do passado que não levam em conta os processos históricos de mudanças e transformações no tocante a fatores econômicos e sociais pelos quais os caiçaras vêm passando até os dias de hoje (DIEGUES, 2004, p. 21-22). Esse debate será aprofundado no capítulo 2.

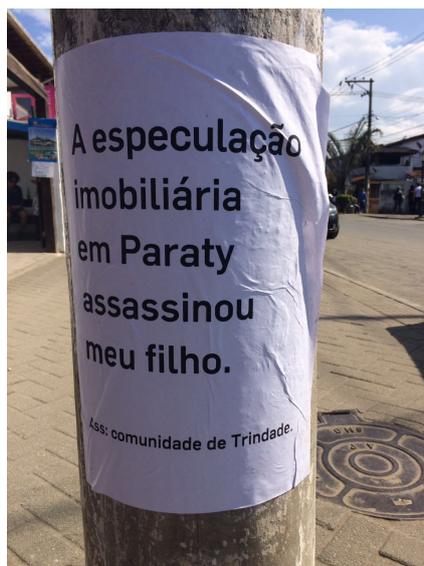


Figura 1: Cartaz colado por manifestantes em poste do centro histórico de Paraty, 04 jul 2016. Paraty.
Fonte: Jefferson Vinco, Mestrando do PPGGEO-UFRRJ. Arquivo privado.

Em sua primeira edição, datada de fevereiro de 2013, o jornal comunitário de Trindade, denominado “Trindadeiro”, estampou em uma de suas páginas uma carta-manifesto trazendo as dificuldades enfrentadas pela população local que continua lutando pela permanência em seu território. Além do conflito com a multinacional que descrevemos acima, citam as proibições de atividades comuns aos caiçaras após a implantação do Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1971. Alegam que, após 2008, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBIO, produziu novas demarcações colocando, dentro do limite de áreas restritivas, locais de moradia caiçara, proibindo a atividade de agricultura e, principalmente, a pesca artesanal (Anexo 1).

São incontáveis os exemplos de histórias semelhantes a esta que encontramos no Brasil e no mundo. Geralmente a semelhança está na força e poder de uma grande empresa ligada ao capital internacional que, muitas vezes, com o apoio dos Estados, toma para si o território ancestral de comunidades nativas, com o interesse de construir mega-empresendimentos ou de produzir mercadorias em pontos estratégicos para o capital.

Um exemplo internacional, apesar de sua história também trágica e de muita violência, que hoje podemos dizer que teve um desfecho positivo, é o caso colombiano da comunidade do rio Yurumanguí localizada no município Buenaventura. O antropólogo colombiano Arturo Escobar (2015, p. 26-27) nos relata a história desta comunidade destacando um número elevado de assassinatos de líderes comunitários e de remoção de famílias devido ao conflito territorial travado com uma empresa multinacional. Após anos de resistência, a comunidade formada por afrodescendentes conseguiu, a partir de um movimento político, a titulação de seu território. O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006, p. 170) situa a região do Pacífico Sul colombiano como um dos melhores exemplos no que diz respeito à luta de comunidades por seus territórios, inclusive ressaltando a importância dos ativistas afrodescendentes na ressignificação de vetores da ordem global para chegar a um conceito de território em que neste estivessem contempladas biodiversidade e cultura. Em 2006, após 15 anos da promulgação da Constituição colombiana de 1991, na qual o direito das comunidades

afrodescendentes àqueles territórios foi reconhecido, já haviam sido demarcados 4 milhões de hectares. Entretanto, Porto-Gonçalves nos alerta que tais demarcações, por oficialmente garantirem grandes extensões de terras às comunidades, deixaram as populações negras em evidência e, conseqüentemente, mais expostas a ataques de grupos paramilitares, tais como os massacres ocorridos na região de Urabá, Colômbia.

A ideia de ocupação de terras por comunidades tradicionais, o processo de territorialização desses povos e o surgimento dos respectivos movimentos sociais são trabalhados pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (2011, p. 9-10) em textos que tratam das “terras tradicionalmente ocupadas”. Para o autor, nessas terras se expressam as diversas formas de existência coletiva dos mais variados povos e grupos sociais, sendo o fator principal desta expressão as relações de cada povo com os recursos da natureza. Almeida ressalta que apesar de tais terras estarem contempladas na legislação — no caso brasileiro, desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988) —, o que se observa é a dificuldade de efetivação desses dispositivos legais devido a tensões relativas ao reconhecimento dos territórios destas populações. Conferir esse direito a comunidades tradicionais romperia com a invisibilidade social que historicamente as acompanham e daria destaque a formas de utilização da natureza caracterizadas pelo uso comunitário dos recursos, algo que não condiz com a estrutura agrária do país e com o mercado formal de terras.

Esse uso comum dos recursos da natureza para atividades produtivas essenciais à subsistência das comunidades se dá de maneira consensual dentro das relações sociais entre as famílias que a integram. Ocorrendo em um território em que as delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive, por outros moradores do entorno não-pertencentes à comunidade. Almeida (2011, p. 10) confere a essa territorialidade fatores de identificação, defesa e força, onde a ajuda mútua e a solidariedade criam regras para a utilização de um meio natural considerado comum e inalienável. Voltaremos a essa discussão conceitual sobre território e territorialidade no capítulo 2.

Em uma situação de extrema adversidade e de conflitos gerados pela implementação de barragens, rodovias, unidades de conservação, portos e diversos outros empreendimentos de grande impacto social e ambiental para os grupos atingidos, os laços comunitários, a solidariedade entre as pessoas e sua conscientização política tendem a aumentar. Ao tratarmos de comunidades tradicionais é necessário, portanto, transpor o sentido histórico do termo e entender como “tradicional” identidades coletivas que se redefinem em cada situação configurando uma mobilização continuada (ALMEIDA, 2011, p.10).

Voltando o foco da análise sobre a região de estudo, vejamos como se deu o processo de valorização das terras e o crescente interesse de grupos empresariais que avançaram sobre o território das populações tradicionais no litoral Sul Fluminense.

Dentre os diversos empreendimentos e planos de desenvolvimento que a região recebeu desde a década de 1930, a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101) e a execução do Projeto Turis (ou Plano de Aproveitamento Turístico), criado em 1973 e apresentado pelo Governo Federal através da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) foram determinantes para o incremento do turismo de massa, trazendo conseqüências drásticas para as populações locais. Projetada na década de 1970, a Rodovia Rio-Santos foi construída com o intuito de atender demandas turísticas interligando vários trechos litorâneos considerados “isolados” e, não por acaso, favorecendo a especulação imobiliária, já que as terras se valorizaram de maneira bastante significativa. As mais

estimadas foram àquelas localizadas à beira-mar e, como podemos imaginar, violentos conflitos acabaram por retirar antigos moradores de seus territórios tradicionais. Roças, mangues e rios passaram a ser propriedade privada e, assim, já não era mais possível se sustentar ali. Onde antes vivia-se da subsistência, passava-se a viver de forma desigual e dependente, já que as terras estavam sendo progressivamente tomadas pelos grandes empreendimentos (BERTONCELLO, 1992), tais como o estaleiro Verolme, as usinas nucleares Angra I e II e o terminal da Baía da Ilha Grande, em Angra dos Reis, e o Condomínio Laranjeiras, em Paraty.

O Projeto Turis, intimamente relacionado à construção da BR-101, visava o aproveitamento turístico do litoral. As belezas naturais e a biodiversidade da região levaram a Embratur a classificar Angra dos Reis como “zona prioritária de interesse turístico”(BRASIL, 1973), visando a instalação de condomínios e hotéis de alto luxo na faixa litorânea (BERTONCELLO, 1992).

Não podemos deixar de ressaltar que os empreendimentos e os grandes projetos de infraestrutura que destacamos ocorreram durante o período do regime civil-militar brasileiro, entre os anos de 1964 e 1984. A mestre em Ciências Sociais Iby Montenegro de Silva, analisando os conflitos por terra ocorridos na região Sul Fluminense durante esse período, chama a atenção para o fato de que as ações repressivas do regime autoritário se deram tanto em sua forma mais conhecida de perseguição a pessoas e a organizações sindicais quanto na atuação contra os críticos aos planos desenvolvimentistas do governo. Ao promover a modernização da indústria e dos serviços no país a qualquer custo, acabavam atendendo aos interesses das empresas multinacionais, enxergando as populações locais como entraves ao progresso (SILVA, 2016, p. 152-153).

Nesse sentido, se estamos tratando de lugares outrora habitados por populações tradicionais que ainda resistem mas que tiveram seus costumes e culturas alterados pela implantação de grandes projetos de infraestrutura e planos governamentais ligados ao desenvolvimento do turismo, é necessário trazer alguns apontamentos de autores que produziram reflexões críticas sobre o assunto e sinalizam para uma forma alternativa de realização do turismo, tendo as populações locais como protagonistas desta atividade.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) aponta o setor turístico como sendo a segunda maior atividade econômica mundial, perdendo apenas para a indústria do petróleo e derivados. Porém, mesmo sendo responsável por gerar divisas e empregos em diversas partes do mundo, incluindo também o Brasil, os efeitos de todo esse potencial econômico está longe de ser apenas positivo quando consideramos os impactos nas condições socioculturais e ambientais das sociedades e comunidades receptoras. No caso brasileiro, em que o poder público visualiza o turismo como um fator de equilíbrio das contas externas e de promoção do desenvolvimento regional, já existem estudos apontando que a implantação de atividades turísticas, apoiadas por políticas públicas, em regiões habitadas por pequenas comunidades não trouxeram os benefícios prometidos às populações locais (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009, p. 76-77).

No contexto de um mercado globalizado, em que estratégias de *marketing* promovem a turistificação dos lugares com o intuito de se atrair cada vez mais consumidores, a produção desta se dá em padrões do modo de produção industrial, no sentido de se deter o controle e minimizar riscos e perdas, aumentando assim a produtividade. Desta forma, o turismo massificado se desenvolve de forma padronizada

em destinos superlotados, com roteiros programados e pré-fixados, direcionando os turistas para eventos divulgados em folhetos publicitários (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009, p. 85).

Mais enfática ao produzir sua definição, ao analisar o turismo e o uso do espaço a partir das contradições e das relações de poder que envolvem a apropriação de territórios para o uso turístico, a geógrafa Luzia Neide Coriolano (2006, p. 367-368) o define como uma atividade produtiva moderna que é absorvido de forma diferenciada pelas culturas e modos de produção locais. Mesmo que possa parecer trazer respostas às necessidades de lazer humanas, ele atende especialmente ao interesse das grandes empresas do setor. Constituiu-se como o “lazer de viagem” para as pessoas que possuem poder aquisitivo para comprá-lo. Está presente em todos os lugares, inclusive nos lugares periféricos, possibilitando a participação dos mais pobres, não como consumidores, mas sim como produtores de serviços turísticos, uma vez que a sociedade civil de variados lugares, e não só o Estado, vem desenvolvendo estratégias para beneficiarem-se economicamente dele.

O turismo se apresenta como prática econômica, social, política, cultural e educativa, se configurando como um produto do modo de viver contemporâneo que oferece serviços que possibilitam uma forma confortável e prazerosa de se viver restrita a poucas pessoas. Assim, ócio e trabalho estão presentes simultaneamente em um jogo de relações sociais e de poder entre residentes e turistas, produtores e consumidores. Nas palavras da autora “ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o Capital e das resistências do cotidiano para os habitantes” (CORIOLANO, 2006, p. 368). Como mais uma modalidade do processo de acumulação, o turismo vem produzindo novas materializações no espaço de forma contraditória, devido a interesses divergentes entre o Estado, empresas, residentes e turistas.

Seguindo em sua análise, a autora trabalha a ideia de territórios turísticos que passam a ser dominados por ele por oferecerem atrativos às suas demandas. Ela os define como “meios e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo” (CORIOLANO, 2006, p. 370-371). O turismo que se materializa na diferenciação histórica e geográfica dos lugares e regiões, mostra-se pertinente tanto ao local quanto ao mundial. Ao aproveitar-se de recursos locais, transfere o valor dos patrimônios culturais dos lugares e de sua população local, para desfrute dos turistas.

Desta forma, o turismo que fora planejado e que se consolidou na região da Costa Verde fluminense e também de forma semelhante em outras regiões do Brasil, nas palavras de Coriolano (2006, p. 369-370), traz como resultado novas espacializações e processos de desterritorialização e reterritorialização envolvendo os sujeitos locais. Tais processos resultam da expropriação dos territórios de comunidades tradicionais, para a instalação das segundas residências, dos grandes *resorts* e demais equipamentos turísticos. Um contexto em que se deve considerar a luta e a resistência desses sujeitos na defesa de suas posses baseada no uso comum da natureza. Uma luta desigual travada com grandes empresários e agentes imobiliários, assim como com o próprio Estado, interessados apenas no lucro que as terras podem gerar.

O turismo de negócio que visa à obtenção de lucros se mostra contraditório, uma vez que, no discurso preocupa-se com o desenvolvimento local e com a preservação ambiental dos lugares de destino e de suas culturas, quando, na prática, transforma o espaço em mercadoria, produz a massificação das culturas e atende apenas às

necessidades e aos desejos dos que vêm de fora. Mesmo assim, da atividade do turismo surgem oportunidades de renda e postos de trabalho para a população local que convive com a contradição de uma prática econômica que destrói e beneficia. E é desta população local que se destaca o lado positivo deste processo: a descoberta comunitária de um outro turismo possível (CORIOLANO, 2006, p. 371).

Do turismo global, elitizado e de *resorts* emergiu o turismo local e alternativo, voltando-se para os interesses dos residentes, das pequenas pousadas, da valorização e manutenção da identidade local, mesmo que em processo simultâneo de resistência e solidariedade. Nesse processo seletivo de lugares para o turismo, novas contradições emergem, sendo mais comuns os de usos e posse da terra, e por oportunidades de trabalho. Do conflito, porém, surge o turismo alternativo, aquele desenvolvido a partir das comunidades e pelas comunidades, bem como os das favelas, dos índios, dos acampamentos dos *sem-terra*, ou seja, de diversos grupos de excluídos. Todos incluídos na mesma sociedade, no modo de produzir, mudando na forma como cada classe ou grupo se inclui, e como os níveis de conflitos produzem resistências. (CORIOLANO, 2006, p. 374).

Tivemos a preocupação neste primeiro momento de apresentar fatos e contribuições teóricas que nos auxiliam na compreensão da proposta da pesquisa. Mostramos a atualidade dos conflitos territoriais entre comunidades tradicionais e grandes empresas multinacionais (exemplos da vila de Trindade – RJ e da comunidade afrodescendente colombiana), comentando, posteriormente, sobre a legitimidade das terras tradicionalmente ocupadas e suas características comunitárias (Almeida, 2011). Trouxemos, também, um breve histórico das transformações na região do litoral Sul Fluminense que, a partir da década de 1970, foi direcionada à atividade turística. Por fim, mostramos análises críticas sobre o fenômeno turístico ressaltando a emergência e importância de modelos alternativos em que a comunidade local é sua principal protagonista. A seguir, trataremos especificamente da história do conflito territorial entre os caixaras de São Gonçalo e a multinacional White Martins.

1.2 - O conflito territorial em São Gonçalo – Paraty

Os já mencionados investimentos do governo federal em obras de infraestrutura, principalmente a construção da BR-101 e o direcionamento do litoral sul Fluminense à atividade turística, propiciaram o surgimento de conflitos territoriais entre a população local e as grandes empresas interessadas na região. Publicado em dezembro de 2014, o relatório final de violações de direitos no campo da Comissão Camponesa da Verdade possui um capítulo intitulado, precisamente, *Violência contra posseiros decorrentes de obras públicas e da especulação imobiliária: o caso do Litoral Sul Fluminense*. Nele são apresentados diversos conflitos por terra entre os anos de 1960 e 1980, sobretudo, nos municípios de Angra dos Reis e Paraty. Em sua maioria, decorreram da especulação imobiliária fomentada pelos investimentos do governo federal na região que, além da construção da Rodovia Rio-Santos, também já havia promovido o tombamento da cidade de Paraty como Monumento Histórico Nacional em 1966 e instituído o Parque Nacional da Serra da Bocaina em 1971 (SILVA, 2014, p. 275).

Com as terras valorizadas surgem grileiros, em geral, grupos armados contratados por paulistas e cariocas de alta renda ou por empresas nacionais e multinacionais que almejavam aquelas terras. Além dos despejos violentos, invasões e cobranças indevidas de documentos de arrendamento ou de parceria, as grilagens forçavam os lavradores, caiçaras e trabalhadores rurais, em geral nativos da região, a assinarem contratos de comodato que descaracterizavam a posse da terra do posseiro e instituíam o grileiro como proprietário. As populações que habitavam há mais de três gerações pequenas áreas na faixa onde fora construída a rodovia, ao serem expulsas de suas terras, deslocaram-se para favelas e periferias dos municípios². A situação piorava devido à omissão do Estado perante os conflitos — inclusive nos casos decorrentes da instalação dos próprios empreendimentos públicos (SILVA, 2014 p. 276).

Na localidade de São Gonçalo, situada no litoral norte do Município de Paraty, quilometro 154 da BR-101, a comunidade caiçara local sofreu e ainda sofre com esta questão, lutando até hoje por seu território. É destacado no relatório que caiçaras e agricultores tiveram suas terras griladas pela empresa White Martins S/A em um intenso e violento conflito territorial.

Como informa uma liderança local, muito antes da construção da rodovia BR-101, quando as praias de São Gonçalo e São Gonçalinho eram consideradas isoladas e de difícil acesso no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, centenas de famílias caiçaras construíram e habitaram, durante décadas, as vilas de São Gonçalo e São Gonçalinho, que se localizavam na orla das respectivas praias. Viviam da terra e do mar, praticando uma agricultura de subsistência, a pesca e, como principal atividade econômica, a produção de banana. A circulação de pessoas e produtos era feita em trilhas abertas na mata e algumas famílias possuíam tropas de burros que auxiliavam no escoamento da produção. A canoa caiçara era o principal meio de transporte para chegar por mar a outras comunidades e, principalmente, à cidade de Paraty onde era possível negociar os produtos, comprar algum gênero necessário ou buscar atendimento médico. Com o tempo e a crescente concorrência de outros centros produtores, a produção de banana dos caiçaras e agricultores declina. Mas são os investimentos do governo federal, a partir da década de 1930, e o direcionamento da região para a atividade turística, a partir da década de 1970, que vão modificar de maneira significativa a vida destas famílias. Com a valorização das terras e um intenso processo de especulação imobiliária e de grilagem de terras, os caiçaras foram forçados a sair de suas casas e acabaram perdendo o território original de suas vilas.

Como comprovação de que as posses dos caiçaras locais eram legítimas, a jornalista Priscila Siqueira (1984, p. 26) mostra que as terras dos caiçaras de São Gonçalinho (praia vizinha a São Gonçalo) se localizavam sobre terrenos da União. Segundo a autora, no cartório de Paraty existe um inventário datado de 1845, dizendo que os bens do capitão-mor Antonio José Pereira da Cruz e de sua esposa, ou seja, suas terras, condizentes com a localização de São Gonçalinho, foram entregues à Fazenda Nacional como pagamento de impostos atrasados. Porém este documento nunca trouxe tranquilidade aos caiçaras.

² Esse processo de expropriação dos caiçaras de suas terras foi noticiado pela revista *Veja* em dezembro de 1975. A reportagem intitulada “As favelas de caiçaras” aborda os casos de moradores das praias de Trindade, Sono e São Gonçalo e os relaciona com o surgimento das favelas de Ilha das Cobras e Matadouro nos arredores da cidade de Paraty (Anexo 2).

A história da chegada da White Martins S/A à área remonta aproximadamente ao ano de 1936, quando a empresa se apropria de terrenos e começa a tentar expandir suas terras fazendo contratos com os posseiros. Até a década de 1970, a empresa não havia se instalado de forma definitiva, sua presença se intensifica com a construção da rodovia Rio-Santos. Durante esse período, em 1940, os conflitos com os moradores aumentam com a chegada de um agente que tenta expandir as terras da White Martins com ameaças de expulsão a moradores. Ao se apropriar de algumas posses, esse agente promove a instalação de uma usina para fabricação de alcatrão no local. Já nesse primeiro momento são contratados dois funcionários com o cargo de “administradores”, mas que, na verdade, tinham a função de tentar aumentar as terras da empresa e, para isso, usavam de violência, espancando, perseguindo e expulsando os moradores que estivessem nas terras almeçadas (FEITOSA; SILVA, 2015, p. 360).

A partir da década de 1970, em um contexto de forte especulação imobiliária ocasionado pela construção da BR-101, a presença da multinacional e a violência contra posseiros se intensificam. Agora, as pessoas contratadas pela White Martins estavam armadas, protegiam “suas” propriedades e continuavam perseguindo os posseiros. Entre os anos de 1972 e 1973, foi contratado um policial reformado da PM carioca que acabou assassinando dois posseiros. Relatos de caiçaras colhidos por Siqueira (1984, p. 28) afirmam que mais de 50 casas já haviam sido destruídas pela White Martins entre 1970 e 1980. As ameaças de despejo por parte da empresa eram constantes, que contava, inclusive, com a colaboração do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), signatária das ordens de demolições das casas. A mando do mesmo órgão, as casas acabaram sendo destruídas por tratores da construtora Camargo Corrêa S.A. (SILVA, 2014, p. 277).

O assassinato desses dois posseiros, no início da década de 1970, constou, também, em um relatório da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), datado de 10 de outubro de 1981. Nele é destacado que a titulação das terras da White Martins era bastante duvidosa, principalmente em se tratando de áreas públicas que, misteriosamente, passaram para as mãos da multinacional:

A firma White Martins S/A, dizendo-se dona de vasta área de terra que vai do mar até São Paulo, vem ameaçando os posseiros, impedindo-os de plantar. Essas terras são tidas como devolutas, havendo inclusive cessão de parte da área a particular, por parte do Governador Paulo Torres, cessão essa impugnado pela White Martins. Assim área pertencente ao Estado do Rio passou misteriosamente para as mãos da multinacional White Martins. As formas de pressão foram as mais diversas: desde forçar os posseiros a assinar contratos de arrendamento desvantajosos, destruição de lavouras até tiroteio quase atingindo um dos posseiros e, em 1973 assassinando dois trabalhadores (Fetag/RJ. “Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty”, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ Apud FEITOSA; SILVA, 2015, p. 361).

No decorrer desse violento conflito territorial, a primeira ação dos caiçaras para fazer frente às práticas repressivas foi procurar as autoridades municipais, porém, tais órgãos se mostraram omissos não dando nenhum respaldo a eles. Em um segundo momento, procurou-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Paraty, onde foi solicitado o serviço de dois advogados para trabalharem na causa dos caiçaras. Ocorre

que um desses advogados centralizava a maioria das ações de defesa e agia de má fé com os caiçaras, produzindo contratos em que ele próprio beneficiava-se com uma futura venda ao invés de instruí-los sobre o direito de permanecerem em suas terras. Mais um complicador que coloca em xeque a participação desse advogado na defesa dos caiçaras foi o fato dele trabalhar, por volta de 1986, para o extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama, onde conseguiu um financiamento a fundo perdido para a empresa investir no plantio de eucalipto na área do conflito em questão (SIQUEIRA, 1984, p. 30-31).

Mais recentemente, outro fato trágico a evidenciar o conflito territorial com a White Martins, chegando até mesmo à imprensa internacional, foi a morte de um influente carteiro de Paraty no ano de 1998 que residia com sua família na praia de São Gonçalinho e resistia há décadas às ameaças de despejo por parte da multinacional. Muito conhecido no município, esse carteiro, em seu dia-a-dia de trabalho, militava também por sua comunidade, propagando a história e toda a violência praticada sobre os caiçaras no decorrer do conflito em que viviam. Considerado um dos principais inimigos da empresa, acabou morto em um atropelamento pelas costas quando guiava sua bicicleta pela BR-101 no trecho entre as praias de São Gonçalo e São Gonçalinho.

Segundo moradores locais, em relatos colhidos nos trabalhos de campo em maio de 2016, esse acontecimento nunca foi investigado a fundo e não se sabe até hoje quem foi o responsável pelo atropelamento, porém, são muito fortes as suspeitas de que não ocorrera um acidente e sim um assassinato. Na época, a população local, revoltada, organizou manifestações fechando a rodovia e o fato ganhou espaço na imprensa local e nacional. Reações também ocorreram em frente ao prédio da White Martins no centro da cidade do Rio de Janeiro, chamando a atenção da Anistia Internacional, que agiu sobre o caso.

O objetivo maior da multinacional era de instalar em São Gonçalo o empreendimento turístico “Fazenda São Gonçalo Resort”, projeto que foi analisado pela técnica pericial em antropologia Maria Betânia Guerra Duarte em laudo solicitado pelo Ministério Público Federal, datado de 1998, que trata dos impactos sociais que a instalação e a execução do empreendimento causariam na população local³.

O laudo de Duarte (1998, p.1-2) teve como procedimentos metodológicos a análise crítica de súmulas descritivas e informativas sobre a instalação do resort fornecidas pela White Martins, além de um trabalho de campo para inspeção do local onde se planejava instalar o empreendimento. No seu trabalho de campo, foi possível a coleta dados a partir de entrevistas informais com moradores e representantes de associações locais e de uma reunião com a comunidade envolvida.

A conversa com a população local partiu de perguntas elaboradas por Duarte, das quais destacamos as principais: a população havia sido consultada ou ao menos informada da intenção da White Martins de construir esse empreendimento próximo aos seus lugares de moradia? Como é a relação da empresa com os seus vizinhos? E como é

³ Tivemos acesso a esse documento quando fomos a campo em dezembro de 2016. Na ocasião pudemos vasculhar o arquivo pessoal do líder comunitário que foi nosso principal interlocutor durante a pesquisa. Durante mais de vinte anos ele se preocupou em guardar diversos documentos e demais materiais referentes ao conflito territorial.

a relação da população com a terra que é da White Martins? Sem o intuito de conduzir o debate, a autora, percebendo certo desconforto e uma sensação de desconfiança entre os presentes, colocou-se em uma posição de escuta e, aos poucos, foram surgindo os depoimentos (DUARTE, 1998, p. 3).

As falas relatadas no laudo não necessariamente responderam todas as perguntas elaboradas, mas, sobretudo, mostravam um descontentamento da população local com a situação enfrentada. Foi comentado sobre a instalação de cercas de arame farpado por parte da empresa em terreno localizado entre a praia e a BR-101, que impedia o acesso de turistas e moradores à praia, inclusive, existindo na época uma ação judicial na prefeitura de Paraty para abertura de outra passagem, visto que a White Martins estava obstruindo o caminho existente. Salientou-se que, para resguardar o terreno da multinacional da vizinhança indesejada, era comum seus empregados rondarem a praia com cachorros e cavalos, até mesmo em dias de grande movimento. Os moradores se colocaram ainda sobre a suspeita de que a White Martins tinha o apoio da Polícia Militar para afugentar os turistas das praias localizadas em sua propriedade, uma vez que foi observado durante o carnaval daquele ano policiais andando armados com AR-15 pela orla da praia de São Gonçalo. Tal atitude não acontecia em nenhuma outra parte do litoral. Ainda sobre a ação da PM, foram mencionadas “batidas” ameaçadoras e violentas em banhistas e vendedores ambulantes, além de episódios onde eram disparados tiros durante a noite, em locais próximos às casas dos moradores para assustá-los. A relação entre a empresa e a comunidade local foi caracterizada por uma hostilidade mútua devido a toda violência praticada na disputa pelas terras ou nas negociações de compra e venda dos terrenos (DUARTE, 1998, p. 3-5).

Com relação à implantação do “Fazenda São Gonçalo Resort”, a associação dos moradores de São Gonçalo disse que em nenhum momento foi informada do teor do projeto. Foi dito ainda que gostariam de acompanhar o processo de implantação do empreendimento e que queriam o apoio da Procuradoria da República-RJ para que se garantisse a integridade física e moral da comunidade durante o processo e após a instalação do *resort*. Mesmo em um primeiro momento reconhecendo a possibilidade do surgimento de empregos para a população com a execução do projeto, foi ressaltado que sendo concretizado o desejo da empresa de impossibilitar o acesso às praias aos turistas que não estivessem no *resort* e aos moradores do entrono, isso seria prejudicial à população local, pois afugentaria e diminuiria o número de turistas, afetando quem já tinha no turismo sua principal fonte de renda (DUARTE, 1998, p. 5-6).

O historiador Dilner Mello⁴, morador de Paraty, também conversou com a responsável pelo laudo. Levando em consideração dispositivos legais que estabelecem que, a partir da praia, a faixa de quinze metros de terra firme é considerada terreno da Marinha, sendo vedada qualquer tipo de construção, ele apontou que em determinados lugares da orla de São Gonçalo as cercas instaladas pela empresa eram ilegais. Afirmou saber que para a realização do projeto a White Martins teria que mudar o curso da BR-101 para que a rodovia passasse por trás do resort, implicando em um grande desmatamento. Essa obra tão pretensiosa e agressiva para com o meio ambiente, para a

⁴ Dentre os materiais que encontramos no arquivo do líder comunitário, nos chamou a atenção uma interessante coluna do historiador Diuner Mello, publicada em março de 2008, no jornal comunitário Folha do Litoral com o título “Os alevantados”. O texto faz um resgate dos movimentos populares e das revoltas de moradores que ocorreram em Paraty desde sua fundação como vila em meados do século XVII e mostra que esses movimentos se reproduzem atualmente na resistência das comunidades caiçaras frente ao processo de especulação imobiliária sobre seus territórios (Anexo 3).

empresa se justificava, pois, não fazia sentido existir uma estrada de grande movimento dentro de um empreendimento de luxo (DUARTE, 1998, p. 6-7).

Após o levantamento dos depoimentos, Duarte se dirigiu à sede da Fazenda São Gonçalo onde observou a presença de diversas guaritas ao longo da propriedade, ressaltando em seu relatório que todo o terreno estava cercado com cercas de arame farpado. Na visita à praia de São Gonçalinho foi constatado que o acesso à praia estava realmente fechado (DUARTE, 1998, p. 9).

De posse dos depoimentos dos moradores, a perita tratou de confrontá-los com a posição da White Martins contidas nas súmulas informativas e descritivas do empreendimento que ela havia recebido. As súmulas foram resultado de estudos de pré- viabilidade técnica e financeira e davam atenção, prioritariamente, aos fins comerciais do projeto. Desta forma, os apontamentos encontrados referentes aos impactos sociais na população local eram superficiais e imprecisos (DUARTE, 1998, p. 11).

Como a ênfase foi dada aos aspectos comerciais e financeiros, de maneira geral, a empresa entendia que a construção do *resort* iria funcionar como uma alavanca, consolidando na região um quadro irreversível de desenvolvimento socioeconômico sustentável com a introdução de mudanças culturais e de novos hábitos sociais. Para atingir esse desenvolvimento, alegava que ocorreria a geração de empregos estáveis e de benefícios sociais acessíveis à população local, como a assistência médico-odontológica e hospitalar e a educação do primeiro grau completo. Seria possível, também, a assimilação de novos conceitos de qualidade de vida a partir do contato e convívio permanente com pessoas vindas de diferentes lugares mais desenvolvidos. E, ainda, a incorporação de uma nova visão sócio-política e cultural ao se compreender o relevante papel do empreendimento no desenvolvimento regional, o que redundaria em novas obrigações e direitos. Por fim, essa primeira súmula analisada se remete ao oferecimento por parte da empresa de cursos de formação profissional qualificada e o potencial fortalecimento das organizações sociais e comunitárias locais prevendo o aumento da capacidade de mobilização para a solução de problemas coletivos (DUARTE, 1998, p. 11).

A análise das súmulas prossegue destacando a questão relacionada à restrição de acesso às praias imposta pela White Martins, assunto bastante comentado pelos moradores nos depoimentos colhidos. Duarte comenta que, pela legislação, não é permitida a criação de praias particulares (BRASIL, 1988a; BRASIL 1988b)⁵, entretanto, o projeto do *resort* previa “um espaço para receber a população local em áreas pré-determinadas”(Súmula descritiva, p. 5 Apud DUARTE, 1988, p.13), consideradas as melhores opções a serem destinadas ao acesso público, inclusive, sinalizando que essas áreas seriam doadas à prefeitura municipal.

Além de observar, nesse trecho da súmula, um aspecto de ilegalidade no projeto, justamente pela empresa afirmar que a população local só teria acesso a determinados locais, a autora chama a atenção para o fato de, sendo estabelecido o impedimento de acesso às praias, toda a atividade turística que já ocorria fora dos limites do resort seria

⁵A Constituição de 1988 estabelece em seu Artigo 20 que as praias são bens da União; no mesmo ano, a Lei 7.661 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, reforça em seu Artigo 10 que: “as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica”.

prejudicada, afetando diretamente as pessoas que já trabalhavam no segmento (DUARTE, 1998, p. 13). Nesse sentido, as preocupações dos moradores contidas nos relatos colhidos pela autora se mostravam pertinentes, o acesso a diversos locais públicos estava ameaçado. Vejamos em destaque o que dizia os trechos das súmulas analisadas:

Existem muitos locais propícios à implementação de marinas e ancoradouros, tanto na enseada do Iriri, como na ponta do Arpoá (praia de São Gonçalo), e na praia de São Gonçalinho. No rio São Gonçalo, é ainda possível se pensar na implementação de uma marina interior ou numa zona de residências com cais e deck privativos, até uma distância de 1000 metros da costa (Súmula informativa, p. 5 e Súmula descritiva, p. 7 Apud DUARTE, 1998, p. 13).

A informação obtida com o historiador Dilner Mello de que para realizar a construção do *resort* seria necessário desviar o curso original da BR-101 estava correta. Mesmo este ponto não sendo detalhado por Duarte, ela afirma existir tal pretensão ao apontar que a intenção de relocação da rodovia estava presente na súmula descritiva do projeto. Sobre isso é apenas salientado que, uma vez realizado o desvio, o número de visitantes nas praias de São Gonçalo e São Gonçalinho tendia a diminuir devido ao afastamento da rodovia em relação à orla (DUARTE, 1998, p. 13).

Com relação ao destino das famílias vizinhas ao empreendimento, as súmulas da White Martins chegavam a prever a “eventual erradicação da ocupação humana na região do vale do São Gonçalo para benefício e recuperação de padrões ambientais originais” (Súmula descritiva, p.30 e Súmula informativa, p. 10-11 Apud DUARTE, 1998, p. 14), o que mostra que a preocupação da população local em relação à permanência em seus lugares de moradia tinha fundamento.

Os moradores de São Gonçalo e demais lugares no entorno do *resort*, segundo Duarte (1998, p. 14), seriam prejudicados, também, com a possibilidade da alta de preços de produtos básicos de consumo. Levando em conta a potencial alteração do fluxo de turistas, ao aparecerem pessoas de maior poder aquisitivo, o pequeno e insuficiente comércio local tendia a aumentar o preço desses produtos, aumentando o custo de vida para os moradores. Desta forma, é apontado que seria indispensável a apresentação, por parte da White Martins, de estudos onde se provasse que o município de Paraty estava preparado quanto à oferta de infraestrutura e serviços para receber um empreendimento daquele porte. Curioso é que, em uma das súmulas, a empresa aponta essa carência de infraestrutura destacando a falta de rodovias, aeroportos, serviços de telecomunicação e de energia elétrica sinalizando que, para a realização do projeto, seria necessário, concomitantemente à realização das obras, que o setor público destinasse investimentos compatíveis para suprir essa carência. Sobre isto, a principal dúvida da autora foi se o Município tinha essa obrigação e condições financeiras para realizar as obras necessárias, questionando, principalmente, por que a prefeitura deveria construir para fins privados.

Foi notado pela perita que a região apresentava deficiência em relação à infraestrutura básica para comportar um megaempreendimento e ainda atender com eficiência as famílias moradoras do entorno. A falta de redes de abastecimento de água e de energia elétrica, assim como, de coleta de esgoto e de lixo fez Duarte prever que a população local seria prejudicada com constantes falta d'água, quedas na energia

elétrica e praias poluídas, ocasionando danos irreversíveis para São Gonçalo que afetariam a pesca e o fluxo turístico (Duarte, 1998, p. 15).

Na parte final do laudo, a autora se dedicou a tecer comentários e sugestões sobre determinados assuntos que considerou necessitarem de um cuidado maior por parte da multinacional. Basicamente, essas falhas encontradas no projeto mostravam a falta de uma consulta ou participação da população local em sua elaboração. Ao tratar do desenvolvimento social previsto pela White Martins, levantando as ações nas áreas de habitação, saúde, educação e trabalho, apresentadas nas súmulas, foi questionado se o número de escolas, consultórios e unidades residenciais correspondiam à demanda do número de empregados que seriam contratados e se não era possível considerar a população local no projeto, reservando, para eles, um percentual de vagas nas escolas e de atendimentos médicos (Duarte, 1998, p. 15).

Na área de educação, com as tratativas que diziam respeito a ações de educação ambiental previstas, foi destacado que as orientações para a conservação ambiental e preservação do patrimônio histórico e cultural regional se dirigiam apenas aos frequentadores do *resort*, faltando explicações de como tais ações beneficiariam os moradores do entorno. Da mesma forma, a autora questionou como seria tratado o fato de a empresa pretender assorear, dragar, alargar e modificar lugares que agricultores e pescadores utilizavam para trabalhar (Duarte, 1998, p. 16).

Ao se referir às mudanças sócio-culturais e comportamentais que, segundo as súmulas, a execução do projeto traria à população de São Gonçalo e demais localidades próximas ao empreendimento, Duarte (1998, p. 17) foi enfática ao apontar que a White Martins estava agindo com preconceito em relação à população local ao prever que a implantação do *resort* fortaleceria a noção de cidadania entre as pessoas. Para ela, atrelar o fortalecimento da cidadania e a conscientização sobre o potencial desenvolvimento regional, ao estabelecimento de um empreendimento turístico colocava a população como incapaz, desconsiderando toda a história e a compreensão sobre os referidos temas que já ocorria, fato totalmente contestável levando em conta toda a organização social e política existente. Além disso, não se poderia colocar o tema da cidadania em pauta, pois ele prevê a constante participação das pessoas nas tomadas de decisões, algo que não correu quando da elaboração do projeto.

Analisando o laudo de Duarte percebemos que, de maneira geral, apesar das críticas direcionadas à White Martins, a autora não se opõe à instalação do Fazenda São Gonçalo Resort como, também, não o aprova. Ele deixa claro que o documento não tinha esse objetivo e que deveria funcionar como um primeiro material onde as posições da comunidade local e da multinacional estavam presentes. O fato de as súmulas entregues pela White Martins apresentarem apenas um estudo de pré-viabilidade técnica e comercial mostrando-se incompletas e, por vezes, vagas ao tratar de assuntos ligados aos impactos sociais, fez a autora tecer ressalvas, sugestões e comentários, sinalizando que a empresa melhorasse o projeto. Ao ler o documento, temos a impressão de que tanto para a perita quanto para a população local a implantação do empreendimento era inevitável e a luta maior seria, pelo menos, garantir que a comunidade participasse, fosse consultada e tivesse voz em todas as etapas de execução das obras e, também, ao final delas com o *resort* em funcionamento.

Ocorre que o projeto do Fazenda São Gonçalo Resort acabou não sendo executado. Em interlocução estabelecida com moradores e lideranças locais realizadas durante o trabalho de campo, recebemos a informação de que o processo de

licenciamento ambiental do empreendimento não fora aprovado pelos órgãos responsáveis. A grande repercussão da morte do carteiro de São Gonçalinho teria sido um dos motivos do recuo. Hoje, quase vinte anos depois da elaboração do laudo técnico de Duarte, as terras da White Martins, onde seria construído o *resort*, foram passadas para um novo grupo empresarial, o São Gonçalo Empreendimentos Imobiliário e Urbanístico Ltda. Os acessos às praias de São Gonçalo e São Gonçalinho estão liberados para a população e turistas, mas, ao adentrar por esses caminhos, nos deparamos com terrenos cercados com placas que dizem tratar de propriedades privadas. O fato de o *resort* não ter sido instalado de forma alguma trouxe tranquilidade ou significou uma vitória da população caiçara, pois o território original das vilas de São Gonçalo e São Gonçalinho não foram retomados e as poucas tentativas feitas neste sentido por determinadas famílias foram prontamente repreendidas.



Figura 2: Casa de uma família caiçara que fora expulsa da vila de São Gonçalinho, 27 mai 2016. Paraty. Fotografia de autoria própria.

A imagem acima retrata, justamente, a situação que acabamos de descrever. Nela se observa uma antiga casa de família caiçara da vila de São Gonçalinho tomada pelo mato em um terreno cercado, com a presença da placa indicando se tratar de uma propriedade privada. Essa mesma placa é observada em diversos lugares próximos às praias, assim como, em terrenos que margeiam a estrada de São Gonçalo que dá acesso ao bairro de mesmo nome. Detalharemos melhor a história das vilas de São Gonçalo e São Gonçalinho e a atual situação e ocupação das terras no capítulo 3.

Essa história de violência no encontro entre grupos com interesses distintos permite que se analise a história da comunidade caiçara de São Gonçalo no interior daquilo que o sociólogo brasileiro José de Souza Martins chamou de “realidade social de fronteira”. A especificidade do presente caso é que essas fronteiras só passaram a existir com a chegada dos grileiros, que funcionaram como os pioneiros das frentes de expansão descritos pelo autor. As vítimas, no caso os caiçaras, são a figura central e sociologicamente reveladora da realidade social, para onde o olhar investigativo deve ser direcionado. Na fronteira se conhece de forma mais explícita os conflitos e as dificuldades que ocorrem no encontro entre grupos sociais (MARTINS, 2016, p. 10).

Tomamos como central a perspectiva de análise sob a ótica dos caiçaras levando em consideração a ressalva que Martins (2016, p. 12-13) apresenta ao referir-se às limitações dos estudos sobre o problema da fronteira dentro das Ciências Humanas. Para o autor, tais limitações ocorrem justamente pelos estudos expressarem epistemológica e ideologicamente a visão do pioneiro, ou em nosso caso, do grileiro,

como se este fosse o herói da história incumbido de conquistar novas terras. Esse ponto de vista negligencia o que a fronteira tem de essencial: seu aspecto trágico, de violência, caracterizado pela conflitividade.

A opção pelo lado dos vencidos, dos invisibilizados, dos colonizados, é a essência do aporte teórico-metológico desta pesquisa que tem na perspectiva pós-colonial o seu embasamento. Neste sentido, a história narrada de uma comunidade tradicional caiçara que teve suas terras griladas por uma multinacional em um processo de subjugação e violência, é um claro exemplo da ideologia capitalista colonial-moderna formadora de nossa sociedade, no contexto de desenvolvimento regional desenfreado fomentado pelo Estado brasileiro.

Para entender essa relação recorreremos ao sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992, p. 11). Segundo o autor, foi a conquista das sociedades e culturas que habitavam a América Latina, no período das grandes navegações, o ponto de partida para o estabelecimento de uma ordem mundial que, mais de 500 anos depois, culminou em um poder global articulando todo o planeta. O processo de colonização garantiu aos europeus, além de uma brutal concentração de riquezas com a extração de minérios de suas colônias, o estabelecimento de uma relação de dominação direta, política, social e cultural sobre os povos conquistados. A essa dominação é dado o nome de colonialismo. Como se sabe, com os processos de independência das colônias, o colonialismo, em seu sentido formal de dominação política de uma sociedade sobre outras foi derrotado.

Entretanto, vinculada ao colonialismo, a colonialidade se faz mais duradoura. A estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais (QUIJANO, 1992, p. 11) colocando a Europa como centro do mundo, subjulgando outras sociedades e culturas. E é no mesmo momento da constituição da América Latina que o poder capitalista torna-se mundial, com seus centros hegemônicos localizados na Europa, tendo a colonialidade e a modernidade como eixos centrais de um novo padrão de dominação (QUIJANO, 2009, p. 73). Consolida-se com a colonialidade/modernidade eurocêntrica uma concepção de humanidade que divide a população do mundo entre inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (QUIJANO, 2009, p. 75).

Portanto, quando lemos no laudo sobre os impactos sociais do empreendimento “Fazenda São Gonçalo Resort” (Duarte, 1998) a White Martins alegando que, com a implantação de seu equipamento turístico, ocorreria uma melhoria nos padrões de qualidade de vida entre os caiçaras a partir do contato com pessoas vindas de locais mais desenvolvidos, assim como, o aumento da consciência política e o fortalecimento da cidadania da população local, percebemos a cultura local sendo subjulgada e inferiorizada, traços da colonialidade/modernidade que acabamos de descrever.

Após este resgate histórico do conflito territorial em São Gonçalo, apresentaremos no próximo capítulo o momento atual dos caiçaras e a estratégia que criaram de oferecer um roteiro de turismo de base comunitária no qual enxergam a oportunidade de serem ouvidos, propagando sua cultura e sua história de resistência. A partir disso faremos, também, um debate teórico abordando os principais conceitos abordados na pesquisa.

Capítulo 2 - A opção estratégica dos caiçaras de São Gonçalo pelo turismo de base comunitária.

Após nos dedicarmos a história do conflito territorial ocorrido em São Gonçalo – Paraty, neste segundo capítulo, apresentaremos o momento atual da comunidade caiçara e as motivações para a criação do roteiro de turismo. Junto a isso, faremos uma discussão em torno dos principais conceitos envolvidos na pesquisa.

Iniciamos o debate trabalhando os conceitos de comunidades tradicionais e de caiçara, mostrando o quão importante é entendê-los sempre em constante transformação e não como conceitos já estabelecidos. Em seguida, trataremos o processo de criação do roteiro de turismo de base comunitária local, destacando sua importância política para a comunidade. Para um melhor entendimento do que é essa modalidade alternativa de turismo, será feito, também, um levantamento teórico sobre o tema, incluindo análises sobre o seu surgimento e de como ele vem sendo definido atualmente.

Com o intuito de fundamentar nossa investigação a respeito de um roteiro de turismo comunitário, com as características que encontramos em campo, destacamos a análise de dois conceitos centrais: lugar e território. Mostraremos a importância teórico-metodológica do primeiro apoiados nas contribuições de Arturo Escobar que aponta a necessidade de voltarmos a considerá-lo nos estudos das ciências humanas, uma vez que, com o fenômeno da globalização, o referido conceito foi enfraquecido (ESCOBAR, 2005, p. 63). Discutiremos o conceito de território relacionando nossas interpretações às ideias de Carlos Walter Porto-Gonçalves sobre a reinvenção dos territórios, já que, para ele, pensar a terra a partir do território é pensar politicamente a cultura (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 168).

O pós-colonialismo continuará nos dando o aporte teórico para a seção final sobre as territorialidades em tensão com a modernidade. Será o momento de mostrar como a colonialidade/modernidade (QUIJANO, 2009) se manifesta na situação estudada, considerando as reflexões sobre a invenção do Outro de Santiago Castro Gomes (2005) e do pensamento abissal moderno de Boaventura de Sousa Santos (2009a). Encerrando o capítulo, propomos que os caiçaras de São Gonçalo representam uma experiência de resistência subalterna (SANTOS, 2009a) e contribuem com seu roteiro de turismo na construção de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2009a).

2.1 - Comunidades Tradicionais e os caiçaras

A iniciativa dos caiçaras de São Gonçalo de oferecer um roteiro de turismo de base comunitária elaborado e executado por eles mesmos indica que, nesta modalidade de turismo, a participação das pessoas e da comunidade local receptora é possível e imprescindível para sua realização. Como trabalhamos nesta pesquisa com a ação de uma comunidade tradicional caiçara, a seguir, trataremos considerações a respeito dos conceitos de comunidades tradicionais e do conceito de caiçara, importantes para pensarmos como inseri-los no contexto atual e, principalmente, como confrontar as definições existentes na literatura com o que os caiçaras pensam sobre si próprios.

O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro, de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

(PNPCT), definiu essas populações como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuindo formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

No entendimento de Antonio Carlos Diegues — em sua já clássica obra *O mito moderno da natureza intocada* (DIEGUES, 2008, p. 89-90 [1996]) —, culturas e sociedades tradicionais são grupos com forte noção sobre o território, a partir do qual se reproduzem em termos econômicos e sociais. Em seus territórios, constroem um modo de vida em simbiose com a natureza, sobre a qual possuem aprofundado conhecimento transmitido de geração em geração pela oralidade. Suas estratégias de uso e de manejo buscam respeitar os ciclos naturais e utilizar de forma sustentável seus recursos. Praticam atividades de subsistência e, também, mesmo que de forma pouco desenvolvida, a fabricação de determinados objetos, na maioria das vezes, de forma artesanal, o que os insere no mercado. É dada importância à unidade familiar, aos símbolos, mitos e rituais e, principalmente, ao ato de reconhecer-se como pertencente ao grupo social.

Acerca deste último ponto, Alfredo Wagner Berno de Almeida (2010, p. 105-106) destaca a impossibilidade de compreender os povos e comunidades tradicionais apenas com base em fatores agrários ou econômicos. Essas populações possuem uma consciência de si como grupo distinto, sendo detentores de uma identidade coletiva própria e de formas de organização que, em primeiro lugar, visam o atendimento das necessidades e das demandas locais. São os elementos da autodefinição e da consciência de suas necessidades que permitem a diferenciação de um grupo em relação ao outro.

Especificamente sobre o termo *caiçara*, que tem sua origem no tupi, Theodoro Sampaio (1901, p. 73) em sua obra *O Tupi na Geographia Nacional*, explica que *caiçara* era o nome dado às cercas e trincheiras colocadas em volta das casas ou das roças, feitas de pedaços de paus retirados das queimadas. Já Diegues (1988, p. 6-7) diz se tratar de uma técnica usada para atrair peixes, feita com árvores e galhos que eram colocados em pontos estratégicos das lagoas, onde o pescado iria procurar para se alimentar ou se proteger. Passado algum tempo, os peixes eram retirados com auxílio de redes. No mesmo trabalho, o autor ainda aponta se tratar de uma denominação local para os indivíduos e comunidades que habitam o litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro (DIEGUES, 1988, p. 9).

Cristina Adams (2000, p. 152), em seu artigo sobre comunidades tradicionais *caiçaras - As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar - revela que, ao produzir suas caracterizações, muitos autores desconsideraram o processo histórico e as mudanças sociais e econômicas pelas quais estas populações passaram. No passado, os caiçaras eram tidos como lavradores-pescadores e tinham a agricultura de subsistência como principal atividade, exercendo a pesca de forma pouco desenvolvida. Entre as décadas de 1930 e 1950, com a introdução do cerco e do barco a motor, ocorre uma importante mudança no modo de vida caiçara, que resultou em uma dedicação maior à atividade pesqueira. Particularmente, o litoral do Sudeste passou tanto por períodos históricos de prosperidade (em que surgiam alternativas econômicas para os caiçaras), quanto de estagnação econômica, ocasião em que, eventualmente, voltavam a trabalhar em suas atividades tradicionais a fim de garantir sua subsistência (MOURÃO apud ADAMS 2000, p. 151). O argumento central*

de Adams é que muitas das concepções sobre a cultura caiçara vigentes até hoje foram criadas com base em autores que fizeram suas descrições justamente em períodos históricos de estagnação econômica, quando estas populações se voltavam a atividades tradicionais de subsistência, consolidando a ideia de uma sociedade primitiva, isolada e autossuficiente (ADAMS, p. 152).

Estamos diante de um grupo social que, historicamente, vem se adaptando a situações sociais e econômicas diversas. Os antigos lavradores-pescadores tinham suas técnicas de agricultura e de pesca artesanal, posteriormente, com a introdução do barco a motor, outras técnicas são trabalhadas gerando novos conhecimentos. Nos períodos de estagnação econômica, aqueles conhecimentos e técnicas dos antigos se fazem importantes novamente. Milton Santos é categórico ao afirmar que “a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica” (SANTOS, 2014 p. 29 [1996]) e nos mostra que o lugar tem papel fundamental nesta relação, pois “é o lugar que atribui às técnicas o princípio de realidade histórica relativizando o seu uso, integrando-as num conjunto de vida” (SANTOS, 2014, p. 58 [1996]). Em um lugar, as técnicas não estão isoladas, ao contrário disso, variadas técnicas são operadas simultaneamente pelo grupo social. Todas estas técnicas somadas, segundo o autor, nos dão a estrutura de um lugar.

Em um trabalho mais recente, Diegues (2004, p. 21-22) traz importantes contribuições sobre as mudanças e transformações por que passaram e ainda passam as comunidades caiçaras. O autor indica que, devido tais alterações no modo de vida caiçara ocorrerem de forma constante no decorrer da história, isso chega a ser entendido como um modelo cultural para essas populações. Neste sentido, só podemos compreendê-la se levarmos em conta todo o processo histórico, econômico e social por que passaram, principalmente a partir da década de 1960, com a crescente urbanização das cidades litorâneas e o aumento dos casos de expulsão de seus territórios.

Percebe-se, portanto, que os caiçaras constituem um grupo social tradicional que representa uma quebra no que diz respeito à ideia da transmissão dos saberes tradicionais de geração a geração, que acompanha as definições de culturas tradicionais. Para Adams (2000, p. 158-159), determinadas atividades econômicas, que introduziram técnicas e conhecimentos diversos a este grupo, surgiram em um passado recente. No caso, as técnicas de navegação e pesca, desenvolvidas com a introdução do cerco e do barco a motor, não foram passadas pelos antigos lavradores-pescadores aos seus filhos e netos, pois aqueles não dominavam tal técnica. Da mesma forma, os conhecimentos que surgirão com a atividade de turismo que determinadas comunidades caiçaras estão se propondo a realizar também emergem como algo novo a partir das demandas e oportunidades com as quais a comunidade se depara.

Para inserir neste debate uma definição proveniente de legislação local, vejamos a Lei Municipal n. 1.835, de 10 de Janeiro de 2012, que estabelece as “Diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais do Município de Paraty”. Nela, caiçaras são apresentados como:

(...) grupos culturalmente diferenciados originários da mistura dos indígenas, brancos e negros, localizados entre a Baía de Paranaguá (PR) e a Baía de Ilha Grande (RJ), cujas relações sociais são estabelecidas por núcleos familiares e grupos de vizinhança. Vivem do conhecimento que possuem do mar, da floresta e dos elementos da

natureza (ventos, correntes, mares), associam sua sobrevivência a pesca artesanal, agricultura, extrativismo, artesanato e turismo. Mantêm a cultura viva por meio de suas festas e danças como a ciranda, a folia de reis, o chiba, da fabricação de seus meios de transporte marítimo (canoa, remos e barcos), de ferramentas de trabalho (utensílios de casa de farinha, covos e redes de pesca) e de instrumentos musicais, peixe e banana, da contação de causos e no modo de falar. Conhecem a arte de construção de casas de pau-a-pique e sapê e de confecção de cestaria. (PARATY, 2012).

Mesmo levando em conta as definições e debates sobre o conceito de comunidades tradicionais e, principalmente, sobre os caiçaras presentes na bibliografia pesquisada, é importante salientar que buscamos dar voz aos sujeitos locais, no sentido de destacarmos as suas opiniões sobre o que é ser caiçara atualmente e como se configura, ou qual é a ideia de comunidade que eles possuem.

Neste sentido, apresentaremos, a seguir, algumas reflexões produzidas por três estudantes caiçaras, nascidas e criadas em praias do Município de Paraty, vinculadas ao curso de Licenciatura em Educação do Campo do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Bulhões, Tani e Albino (2015, p. 2) argumentam que essa denominação foi dada ao povo a que se sentem pertencentes muito antes de terem nascido, porém, com a ressalva de que tal identidade fora assumida, especificamente na região do litoral sul fluminense, a partir do momento que o território tradicionalmente ocupado por eles começou a ser objeto de disputa. Ou seja, para essa população, ser caiçara, mostrar-se pertencente ao povo que historicamente ocupou a região, onde se desenvolveu um modo de vida e se estabeleceu uma cultura, foi a forma encontrada para poder reivindicar o território que foi sendo roubado por grileiros. Antes disso não havia a necessidade de se assumir como tal.

Lembrando sempre que muitas caracterizações produzidas a respeito dos caiçaras não levam em conta aspectos culturais que se transformam e desconsideram todo o processo histórico pelo qual esse grupo vem passando, as autoras consideram ser este um problema bastante grave, uma vez que:

o desencontro entre aquilo o que está escrito e a realidade social daquelas populações pode enfraquecer a luta por direitos territoriais e culturais. Dessa maneira, precisamos discutir se a forma como o conceito de caiçara é apresentado contempla a luta por políticas públicas - tais como aquelas voltadas à escola diferenciada, à valorização cultural dos povos tradicionais, ao respeito aos conhecimentos e o direito ao seu território (BULHÕES, TANI e ALBINO, 2015, p. 4).

Outra questão trabalhada pelas pesquisadoras é o entendimento de que se deve ampliar o direito ao autorreconhecimento como caiçara, também, às pessoas que, atualmente, não vivem mais em seu local de origem, ou que não mais mantenham uma relação próxima com as famílias ou parentes que resistiram, pois muitas dessas pessoas foram forçadas a sair de suas casas para as periferias dos centros urbanos da região. Assim, a consciência histórica e o fato de se sentir parte do processo de formação de uma população caiçara são aspectos importantes para se debater o que é ser caiçara nos dias de hoje (BULHÕES, TANI e ALBINO, 2015, p. 4).

Após analisarem definições consagradas sobre o conceito de caiçara presentes na literatura acadêmica e como essa população é entendida nas legislações específicas, Bulhões, Tani e Albino (2015, p. 7) concluíram que o equívoco principal se dá por tais definições se apoiarem, quase que exclusivamente, em aspectos ligados à moradia e ao trabalho dos caiçaras. Assim, como poderia se manter atual e pertinente uma definição baseada nestas categorias para uma população que fora forçada a sair de seus locais de origem? Fica claro que, ao transferirem-se da zona litorânea para as cidades, a relação com seus locais de moradia e com o trabalho são alteradas significativamente. É necessário, portanto, buscar compreendê-los sempre considerando essas mudanças.

Da mesma forma que ocorre com a definição de caiçara, a ideia de comunidade deve ser analisada levando em consideração o processo histórico e o contexto em que está envolvida. Verificamos que seu viés político se coloca cada vez mais importante. Voltaremos neste debate no final do presente capítulo.

2.2 - A estratégia pelo Turismo de Base Comunitária

Atualmente, a forma encontrada pelos caiçaras de São Gonçalo de evidenciar sua cultura e contar a história do conflito territorial travado com a White Martins é oferecendo um roteiro de turismo de base comunitária, elaborado e protagonizado por eles mesmos. Quando estávamos em um de nossos trabalhos de campo, uma jovem caiçara nos disse que o que se propõem é uma desconstrução do turismo convencional historicamente predominante e que se consolidou na região. No roteiro, é dada a oportunidade ao visitante de conhecer o outro lado da história da destruição das vilas de São Gonçalo e São Gonçalinho. Somos levados a entender, também, os atuais entraves com órgãos ambientais enfrentados pelas famílias locais relacionados à pesca artesanal e à ocupação das ilhas do entorno. Além disto, a prática da agricultura orgânica é destacada na visita a um sítio de agrofloresta. Trataremos de forma mais detalhada deste roteiro no capítulo 3.

Tais ideias surgiram em julho de 2015, quando foi realizado na localidade de Tarituba, uma comunidade caiçara vizinha a São Gonçalo, o I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde, organizado pelas secretarias de turismo das prefeituras de Angra dos Reis e Paraty. O evento possibilitou que os povos tradicionais da região se reunissem para debater sobre o tema e teve a participação, também, de representantes do setor público, estudantes e professores de universidades. Durante três dias, os participantes vivenciaram momentos muito ricos de troca de experiências e diálogos em torno de questões referentes à ocupação territorial, aos problemas oriundos da legislação de unidades de conservação, a necessidade de capacitação destes grupos para atividade do turismo, sustentabilidade e preservação ambiental. Representantes da comunidade caiçara de São Gonçalo estavam presentes e expuseram a história de luta da comunidade pelo território, assim como, manifestaram o interesse de trabalhar com o turismo de base comunitária. Contando com o apoio de pessoas de outras localidades e de especialistas na área que participavam do encontro, os caiçaras de São Gonçalo conseguiram traçar uma proposta de roteiro contemplando as suas demandas e objetivos.

Teresa Cristina de Miranda Mendonça, uma das principais pesquisadoras sobre o turismo de base comunitária atuando no estado do Rio de Janeiro, em recente artigo publicado em conjunto com Edilaine Albertino de Moraes e Fernanda Lima da Costa Catarcione, intitulado Turismo de base comunitária na região da Costa Verde (Rio de

Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer, destacam a importância deste evento ocorrido em Tarituba, uma vez que, a partir dele foi possível que diversas iniciativas protagonizadas pelas comunidades tradicionais da Costa Verde ganhassem visibilidade⁶. Comentam que os diálogos realizados em torno da questão territorial colocam o território como um elemento chave para entender o turismo de base comunitária na região (MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A.; CATARCIONE, F. L. C., 2016, p.239).

Dois meses depois, em setembro de 2015, a comunidade caiçara de São Gonçalo sediou uma reunião ampliada do Fórum de Comunidades Tradicionais, com mais de setenta pessoas envolvidas entre indígenas, quilombolas, caiçaras e colaboradores. Nela, foram aprofundadas as conversas sobre estratégias de ações jurídicas na defesa do território, agroecologia e turismo de base comunitária. Como atividade prática, foi proposta aos participantes a vivência do roteiro que estava sendo elaborado a partir das ideias traçadas anteriormente (FÓRUM, 2015).

O Fórum de Comunidades Tradicionais é um movimento que reúne os povos tradicionais da região de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. Criado em julho de 2007, surgiu como um espaço de articulação e fortalecimento das comunidades tradicionais com o intuito de promover reuniões para discutir questões comuns a estes grupos, como as ligadas ao território, turismo, educação e cultura visando, também, reconhecer os direitos destas comunidades e lutar para que se concretize o disposto na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), instituída pelo governo federal em fevereiro do mesmo ano (FÓRUM, 2009).

Este movimento mostra-se como um bom exemplo do que Milton Santos define como união horizontal dos lugares, considerando o contexto de globalização em que vivemos. Ao contrário da união vertical, entrópica, fomentada por créditos internacionais, que permitem que redes modernas se estabeleçam nos lugares a serviço do grande capital – que também se faz presente e com muita força nas localidades –, a união horizontal dos lugares ocasiona a reconstrução de uma base de vida comum ligada a formas próprias de produção e de consumo, de forma que as populações locais podem defender seus interesses, extrapolando o fator econômico. Tais horizontalidades podem ser um caminho para se pensar uma outra globalização, que seja oposta à globalização perversa que ainda é predominante (SANTOS, 2014, p. 258-259 [1996]). Assim, a união horizontal dos lugares possibilita um aumento da eficácia política em escala local, fortalecida pelos interesses comuns da população, resultando em uma solidariedade ativa que gera uma ação política (Ibid., 2014, p. 288 [1996]).

Em São Gonçalo, durante um de nossos trabalhos de campo realizado no dia 30 de abril de 2016, um líder comunitário comentou que percebe a emergência do turismo de base comunitária na região como uma derradeira oportunidade de mobilização das famílias caiçaras, que se mostram, atualmente, desacreditadas de que qualquer ação comunitária possa enfrentar os problemas ou trazer algo significativo para a

⁶ Entre elas podemos destacar as experiências dos povos indígenas (Aldeia Araponga, Aldeia Itaxim, e Aldeia Sapukai), das comunidades quilombolas (Quilombo do Campinho e Quilombo Santa Rita do Bracuí) e das comunidades caiçaras (Trindade, Sono, Martim Sá, Pouso da Cajaíba, Praia Grande da Cajaíba e Aventureiro) (MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A.; CATARCIONE, F. L. C., 2016, p. 246).

comunidade. Muitas pessoas ainda vivem com medo e procuram não se manifestar quando o assunto é o conflito territorial travado com a White Martins.

São compreensíveis a falta de esperança e o porquê de a comunidade se encontrar desmobilizada. À toda violência sofrida, que resultou em despejos forçados e na completa destruição das vilas caiçaras de São Gonçalo e São Gonçalinho, somam-se os atuais problemas enfrentados com órgãos ambientais, intensificados com a criação de unidades de conservação extremamente restritivas implantadas em áreas onde os caiçaras já habitavam. Das quase 160 famílias que habitavam as antigas vilas, ainda residem em São Gonçalinho e São Gonçalo apenas quatro: delas, somente uma conseguiu resistir em São Gonçalinho. As outras 3 estão em São Gonçalo.

O bairro que se consolidou em São Gonçalo cresceu margeando a Estrada de mesmo nome que possui, aproximadamente, 2 km de extensão, entrando continente adentro, a partir da Rodovia Rio-Santos. Segundo o líder comunitário, estima-se na localidade uma população de pouco mais de 600 habitantes. A grande maioria das construções são casas de veraneio e segundas residências. Observa-se a presença de algumas pousadas e estabelecimentos comerciais de pequeno porte. Assim, fica evidente que as famílias caiçaras são minoria na sua localidade que, nas altas temporadas, chega a receber milhares de pessoas, muitas vezes, alheias à história daquele lugar e despreocupadas em preservá-lo.

São essas poucas famílias que estão preparadas e organizadas para receber grupos interessados no roteiro de turismo de base comunitária proposto. Esta iniciativa nos ajuda a refletir sobre a concepção de comunidade que observamos entre os caiçaras de São Gonçalo e, por que não dizer, entre os caiçaras da região como um todo. O mesmo líder comenta que o roteiro se configura como comunitário, pois envolve diferentes famílias e ressalta que nem todas vivem em São Gonçalo. Cada grupo familiar tem uma função, ao final, após toda a realização do roteiro, fica claro que a iniciativa extrapola o contexto familiar e traz resultados coletivos no que tange à distribuição dos recursos obtidos e à consolidação de uma ação política, que é uma característica forte dos roteiros de turismo de base comunitária.

No caso, o grupo é recebido por guias locais, sendo cada um de uma família diferente. A hospedagem pode ser feita em mais de uma pousada ou *camping*, envolvendo outros grupos familiares. A alimentação, quando oferecida na pousada, é preparada com produtos comprados de agricultores locais e, no caso do grupo ser direcionado para se alimentar nos bares ou restaurantes existentes, são sempre indicados os bares e restaurantes dos quais os donos são caiçaras. Os donos dos restaurantes, por sua vez, compram o peixe dos pescadores locais. Para a travessia por mar até as ilhas, o roteiro conta com barqueiros caiçaras, o que envolve, novamente, outras diferentes famílias. Desta forma, podemos dizer que se estabelece uma rede para que o roteiro funcione e, mesmo as pessoas que não estão diretamente envolvidas com ele, seja o agricultor, o pescador ou o barqueiro, acabam se beneficiando.

No entendimento deste mesmo líder comunitário, a participação das famílias que, neste primeiro momento, não se envolveram com o turismo de base comunitária, tende a aumentar à medida em que visualizem e percebam o retorno econômico que o roteiro vem dando às famílias já envolvidas e entendam a importância política desta prática. Entendemos, portanto, que se trata de uma ação política estratégica em dois sentidos: de um lado, protagonizar e executar coletivamente uma atividade econômica

para reunir e mobilizar novamente a comunidade, de outro, destacar a cultura caiçara e sua história de resistência no território através da realização do roteiro.

Neste sentido, segundo Marta de Azevedo Irving (2009, p. 116), uma premissa essencial é que esta forma de turismo ocorra em escala limitada, considerando as potencialidades e restrições dos recursos locais identificadas pela população envolvida. Como a proposta desse modelo alternativo de turismo se vincula a uma nova filosofia de se pensar e fazer o turismo, de forma alguma, é possível imaginá-lo em substituição ao turismo de massa. Portanto, mais que apenas a possibilidade de geração de emprego e renda, as iniciativas de base comunitária devem procurar desenvolver dispositivos e mecanismos que destinem os recursos advindos da atividade do turismo em projetos de melhoria da qualidade de vida da população local, tomando cuidado para que a concentração destes benefícios não se dê apenas em uma parcela da comunidade como, por vezes, ocorre nesse tipo de projeto.

Para entender a dinâmica da atividade do turismo e a crescente demanda por roteiros turísticos alternativos, apoiamo-nos nas reflexões apresentadas pelo economista marroquino Hassan Zaoual. Trabalhando em suas pesquisas com o tema “economias locais na área de turismo”, o autor desenvolve sua teoria denominada “teoria dos sítios simbólicos de pertencimento”, na qual aborda os fracassos das concepções econômicas que não consideram a complexidade, a diversidade e as contingências dos atores locais e explica que “uma mudança econômica consciente e durável de um território dado, pressupõe a tomada do senso comum partilhado pelos atores da situação” (ZAOUAL, 2008, p. 2).

Partindo do fator simbólico, do sentimento de pertencimento a um lugar, comportamentos individuais e coletivos geram ações localizadas que podem resultar em comportamentos e atividades econômicas. Toda sua argumentação tem por objetivo ampliar o debate sobre o turismo situado, uma das figuras do turismo contemporâneo, que associa esta atividade econômica com a natureza, com a cultura e a uma economia que respeite a diversidade. A pertinência de se investigar novas formas de turismo se dá pela oportunidade de entender as motivações, as necessidades emergentes e as crenças dos atores, produtores ou consumidores envolvidos neste processo, considerando que nele ocorre a transformação de valores imateriais locais em valores econômicos (ZAOUAL, 2008, p. 2).

No que diz respeito à perspectiva política dos roteiros de turismo alternativos praticados por comunidades tradicionais, ao examinar o surgimento do turismo rural comunitário na América Latina (datado de meados da década de 1980), Carlos Maldonado (2009, p. 26-27) nos aponta que as pressões mundiais do mercado turístico sobre o patrimônio natural e cultural das comunidades, somadas às necessidades econômicas e trabalhistas destas populações, foram fatores importantes para que se estabelecesse o turismo comunitário rural. Ele ressalta, ainda, que a estratégia política de preservação do território através do turismo comunitário também aparecia como um fator central, uma vez que o movimento indígena e rural entendia que se tratava de uma oportunidade de incorporação de suas atividades ao processo de globalização de uma forma pensada por eles próprios.

O economista indiano Amartya Sen (2000, p. 47-48), em sua perspectiva de Desenvolvimento como Liberdade, explora a importância de se garantir o direito de participação das populações tradicionais nas decisões referentes aos rumos que suas culturas tomarão frente ao inescapável processo de globalização que ameaça a

manutenção de seus modos de vida. Estas decisões não podem ser tomadas pelos políticos, pelos intelectuais, ou apenas por lideranças de cada cultura, mas sim por todos os envolvidos. O processo que culminou no surgimento do turismo rural comunitário descrito por Maldonado (2009, p. 26-27), mostra-nos que estas formas alternativas de turismo, que têm o protagonismo das populações locais como premissa, são exemplos de estratégias onde ocorre a participação das pessoas envolvidas nas decisões que devem ser tomadas a favor das comunidades e na inserção delas no contexto de globalização atual.

Desta forma, ao se pensar atividades turísticas que promovam o desenvolvimento nas regiões em que se estabelecem, é necessário concebê-las a partir de modelos que superem as privações de liberdades que limitam a participação das pessoas e comunidades que veem seu modo de vida afetado pela implantação destas iniciativas. Trata-se de se pensar uma política de turismo integrada com uma política de desenvolvimento mais ampla, que trabalhe a inclusão social por meio da afirmação da identidade cultural e da cidadania (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009, p. 81).

O turismo de base comunitária pode ser definido como um modelo de turismo que respeita as heranças culturais e as tradições locais, podendo servir como estratégia das comunidades para revigorar ou até resgatar suas tradições. Tem por característica o estabelecimento de um diálogo entre visitantes e visitados, o que possibilita um modo relacional diferenciado dentro do turismo. Nessa relação não ocorre a submissão dos anfitriões aos turistas e nem os turistas enxergam os hospedeiros e suas culturas de forma consumista. Assim, os autores explicam que o turismo de base comunitária:

busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços, buscando valorizar uma vinculação *situada* nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer *rotas exóticas*, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro *modo de visita e hospitalidade*, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino. (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009, p. 86).

A turismóloga Cristiane Costa Novo apresenta os antecedentes teóricos e eventos que propiciaram o debate em torno desta modalidade de turismo. Destaca-se, na década de 1980, o lançamento da Declaração de Manila sobre Turismo Mundial, onde se afirma, pela primeira vez, que o turismo é mais prejudicial que benéfico aos países do terceiro mundo. Já em 1995, é realizada a Conferência Mundial de Turismo Sustentável em Lanzarote (Espanha), na qual é elaborada a Carta de Turismo Sustentável ou Carta de Lanzarote. Os eventos e debates sobre turismo sustentável ganham espaço em diferentes países e se tornam a base para o surgimento de novas modalidades de turismo como o ecoturismo e o turismo comunitário (COSTA NOVO, 2011, p. 45-48). No Brasil, em 1997, é organizado pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo o I Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), inserindo o tema no debate científico. No ano de 2003, já com a participação de movimentos sociais, é realizado o I Seminário Internacional de Turismo Sustentável na cidade de Fortaleza (SAMPAIO 2008 apud COSTA NOVO, 2011, p. 48).

A mesma autora destaca o I Encontro Nacional de Turismo de Base Local, realizado em 1997, na cidade de São Paulo, como um marco da inserção do debate em

torno do turismo sustentável a nível nacional. O evento possibilitou a publicação de três livros relacionados ao tema, sob organização da Prof. Dra. Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues, lançados no mesmo ano, propiciando a realização de outros eventos similares nos anos seguintes. Dentre os principais, podemos citar o Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento (realizado a cada dois anos desde 1998) e o Seminário Internacional de Turismo Sustentável (realizado nos anos de 2003 e 2008 no Ceará). Mais recentemente, em 2009, foi realizado, também no Ceará, o Seminário Internacional de Turismo de Base Comunitária (COSTA NOVO, 2011, p. 45-48). No ano de 2014, ocorreu, na Universidade Federal de Juiz de Fora, a décima terceira edição do Encontro Nacional de Turismo de Base Local.

A prática do turismo de base comunitária em países da América Latina e no Brasil vem ocasionando a criação de importantes redes regionais, nacionais e internacionais, que permitem a troca de informações sobre as experiências e contribuem para o seu fortalecimento. Destaca-se, na América Latina, a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS), que contempla iniciativas praticadas em países como Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru. No Brasil, merecem destaque a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) e a Rede Cearense de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Tucum), devido ao caráter pioneiro e articulador que possuem, constituindo-se fundamentais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no país (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009, p. 88-89).

Em 2008, foi anunciado, durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável realizado em Fortaleza, o lançamento do Edital 01/2008 do Ministério do Turismo. Embora não possa ser definido como uma política pública federal, o edital voltado para o financiamento de projetos de turismo de base comunitária representa uma das primeiras ações do poder público de apoio a um outro modelo de turismo, no qual as populações tradicionais são protagonistas (BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 15).

Segundo o Ministério do Turismo do Brasil, no referido edital, que visava apoiar projetos de turismo de base comunitária, a definição desta modalidade de turismo alternativo é entendida como:

o turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, [...] busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística. (BRASIL, 2008).

Neste sentido, é possível apreender que o protagonismo dos sujeitos locais representa uma premissa para a efetivação do turismo de base comunitária. Este gênero de turismo tende a favorecer os laços sociais e o sentido coletivo de vida em sociedade, promovendo qualidade de vida, inclusão, valorização da cultura local e sentimento de pertencimento (IRVING, 2009, p. 111). Trata-se, portanto, de uma espécie de interpretação “local” do turismo frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica de um mundo urbanizado e

reticular, porém, praticando uma atividade por fora da afeição do lucro. Não estamos diante de um *resort* cujo acesso só é possível para alguns poucos privilegiados — como acontece em várias áreas da região turística que acompanha a Rodovia Rio-Santos.

2.3 - Lugar e território

Investigar a prática de um roteiro de turismo de base comunitária com as características que encontramos em São Gonçalo, levou-nos a discutir dois conceitos: lugar e território. O conceito de lugar é importante para nossa reflexão à luz da perspectiva pós-colonial levada adiante por Arturo Escobar (2005, p. 70), pois nos permitirá pensar o atual momento da referida comunidade caçara com a implantação do turismo supracitado. Creemos que este movimento não é apenas uma alternativa ao turismo convencional, mas, sim, parte integrante dos esforços de ação política e afirmação territorial em que a própria comunidade toma para si a tarefa de explicar seu lugar e sua inserção no mundo.

Escobar propõe que o conceito de lugar deve voltar a ser discutido nas diversas áreas das Ciências Humanas. Alega que seu esquecimento ou enfraquecimento, nos últimos anos, se deu pela predominância de análises produzidas referentes ao fenômeno da globalização que o negavam ou o colocavam em um papel secundário. Esse esquecimento do lugar vem resultando na dificuldade de se trabalhar de forma satisfatória com questões ligadas à cultura, à economia, ao conhecimento e à natureza e, conseqüentemente, invisibiliza, ainda mais, os movimentos sociais que atuam em escala local e possuem um forte sentimento de pertencimento aos seus lugares e suas culturas (ESCOBAR, 2005, p. 63).

É neste sentido que o autor sugere uma reafirmação do lugar e da cultura local se opondo ao domínio do espaço, do capital e da modernidade, centrais no discurso da globalização. Essa oposição não quer dizer negação, mas, sim, que seja reintroduzida uma dimensão baseada no lugar dentro da perspectiva do fenômeno global. Assim, serão incorporadas a ele práticas sociais, econômicas, políticas e culturais, reconhecendo a diversidade de ordens alternativas existentes (ESCOBAR, 2005, p. 63).

O conhecimento local é outro fator importante nesse contexto de reafirmação do lugar. Escobar fundamenta sua análise considerando as comunidades tradicionais e os conhecimentos que elas detêm, principalmente, sobre o meio natural. Entende que as formas como essas populações se relacionam com a natureza diferem radicalmente das formas de utilização modernas dominantes (ESCOBAR, 2005, p. 65). Em nosso estudo de caso, o conhecimento local sobre o meio natural é observado quando somos levados a conhecer o sistema agroflorestal de um agricultor. Ao mesmo tempo, existe o conhecimento local do histórico do lugar presente nas falas dos guias locais que acompanham os grupos. Seja nas visitas às antigas vilas de São Gonçalinho e São Gonçalo, na conversa com a comerciante caçara na Ilha do Pelado ou no roteiro náutico pelas ilhas, a história local atrelada com fatos do presente é o tema mais recorrente nas falas que, por se reportarem à história de um conflito territorial, são essencialmente políticas.

Quando estávamos em nosso principal trabalho de campo, realizado em maio de 2016, percebemos a importância que o conhecimento local e a oralidade teriam em nossa investigação. Foi apenas com as falas dos sujeitos locais que pudemos compreender em detalhes a história daquela comunidade.

Outro ponto importante trabalhado por Escobar diz respeito à relação do lugar com o global. Nessa relação, o conhecimento local, pensado como um modo de consciência baseado no lugar, configura-se como uma maneira específica de dar sentido ao mundo (ESCOBAR, 2005, p. 68). Com a realização do roteiro, os caiçaras de São Gonçalo apresentam, a partir de sua história e experiências de vida, uma leitura do mundo contemporâneo, explicando o seu lugar, sem deixar de relacioná-lo ao contexto capitalista moderno global. Podemos citar, por exemplo, a história das vilas caiçaras que foram destruídas pela empresa multinacional interessada em construir naquele lugar um *resort*, ou seja, a vida em comunidade localizada nas vilas e o contraponto com a atuação e interesses capitalistas globais.

A inserção do lugar São Gonçalo na globalização – a globalização do local – a partir da construção da Rodovia Rio-Santos, seguida de um intenso processo de especulação imobiliária, como vimos, se deu de forma violenta e transformou a vida dos caiçaras que, dentro do possível, resistiram. A consciência e o intuito de transmitir essa história em um roteiro localizado que, por ser turístico, pode atingir a escala global, permite-nos colocar, por outro lado, São Gonçalo como um caso onde a comunidade se utiliza da localização do global em seu benefício (ESCOBAR, 2005, p. 70).

Milton Santos trabalha com o conceito de lugar aplicado ao mundo atual e também aborda a necessidade de se revisitar o lugar, buscando apreender seus novos significados, uma vez que, hoje, o mundo, o global, está presente em cada localidade (SANTOS, 2014, p. 314-315 [1996]). O lugar escolhido para estudo de caso desta pesquisa mostra uma situação em que a comunidade local historicamente se confronta com fatores advindos de um contexto econômico capitalista global, que resulta em interesses opostos. Neste sentido, Milton Santos é preciso ao descrever o que ocorre e o que é o lugar:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora da comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2014, p. 322 [1996]).

Entender o lugar turístico como ponto focal da transformação social e *locus* das identidades, contradições, sonhos e desejos e caracterizá-lo integrando olhares e leituras distintas, percepções e ideologias contraditórias. É uma maneira de ressignificar seus códigos e símbolos. Mais que apenas um lugar, o lugar turístico é cenário das transformações e da trama complexa das relações sociais, é o palco de conflitos e da pluralidade de identidades (IRVING, 2009, p. 110).

Dependo da intensidade destes conflitos e quando eles significam arrancar uma população tradicional do lugar em que vivem, ganha força o conceito de território, conforme expresso em uma camiseta usada pelos guias locais: “Sem território não existe turismo de base comunitária (TBC). Pelo protagonismo e permanência das comunidades tradicionais em seu território”.



Figura 3 - Camiseta do Fórum de Comunidades Tradicionais vestida pela guia local com destaque para o conceito de território, 01 mai 2016. Paraty. Fotografia de autoria própria.

O que tratamos como lugar é, sobretudo, território que precisa ser defendido ou reivindicado. A figura 3 resume a situação vivida pelas comunidades tradicionais do litoral Sul Fluminense e mostra como o turismo de base comunitária pode ser entendido, antes de tudo, como uma ação política. Esta camiseta elaborada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais foi distribuída para seus integrantes e, geralmente, são usadas pelos guias que recebem os grupos. A frase mostra a necessidade que as comunidades tradicionais têm de serem protagonistas da atividade turística onde vivem. O turismo de base comunitária, além de propiciar-lhes isto, pode funcionar como uma estratégia de luta pelo território.

Sobre essa ligação entre lugar e território propomos a seguinte reflexão: os antigos lavradores-pescadores da região estudada se sentiam pertencentes a um lugar ou a um território? Acreditamos que antes da chegada dos grileiros é possível entender a ocupação de São Gonçalo e São Gonaçalinho mais como uma relação com o lugar do que de com o território, pois não havia a necessidade de defendê-lo. Voltando à citação de Milton Santos, seria um momento do lugar onde a cooperação se sobrepõe ao conflito.

Se Escobar está correto ao propor o resgate do conceito de lugar nas análises sobre movimentos sociais com forte apego a seus lugares, conhecimentos e culturas, a fim de garantir estudos mais satisfatórios sobre eles, retirando-os da invisibilidade, o conceito de território conseguiria ter a mesma função? Tentaremos mostrar como os dois se manifestam ao analisarmos o roteiro caiçara no capítulo 3.

Como vimos, a própria denominação “caiçara” surge para defender, daí sim, um território (BULHÕES, TANI e ALBINO, 2015, p. 2), no caso, um território em sua dimensão ontológica, no sentido de defesa da vida (ESCOBAR, 2015, p. 28). É Escobar novamente que indica como se aproximam os dois conceitos: “el territorio es definido como un espacio colectivo compuesto por todo el *lugar* necesario e indispensable donde hombres y mujeres, jóvenes y adultos, crean y recrean sus vidas. Es un espacio de vida donde se garantiza la supervivencia étnica, histórica y cultural” (ESCOBAR, 2015, p. 32).

Assim, para o nosso estudo, os dois conceitos têm fundamental importância. Devemos pensar São Gonçalo como o lugar de uma comunidade caiçara seguindo os apontamentos teórico-metodológicos de Arturo Escobar, que, como já dito, ressaltam a importância do lugar para um entendimento mais aprofundando sobre aspectos culturais

e de valorização dos conhecimentos locais. E, também, precisamos considerar o território, uma vez que este é o conceito central em um contexto de conflito territorial.

Aqui, novamente, vale lembrar da região do Pacífico Sul colombiano. Escobar aponta que nas negociações com o governo durante os processos de demarcação dos territórios coletivos, onde também estava em discussão um projeto de conservação da biodiversidade, os ativistas afrodescendentes tiveram um papel importante ao introduzirem inovações para o conceito de biodiversidade, definindo-o como “território mais cultura”. Surgiu daí uma visão dessa região como um “território-região” de grupos étnicos, definida como “uma unidade ecológica e cultural, que é um espaço laboriosamente construído através de práticas cotidianas culturais, ecológicas e econômicas das comunidades negras e indígenas” (ESCOBAR, 2005, p. 71). Ressalta-se que, nesse caso, foram consideradas nas demarcações e nas definições dos conceitos, as dinâmicas ecoculturais complexas das comunidades envolvidas, o que raramente recebe atenção dos Estados quando dividem um território. Desta forma, é possível entender o território-região como uma categoria administrativa de grupo étnicos, como uma unidade conceitual e, principalmente, como um projeto político que aponta para uma forma alternativa de vida e sociedade:

Pode-se dizer que esta noção de território que estão pesquisando os ativistas de movimentos e ecólogos políticos representa uma relação entre lugar, cultura e natureza. Da mesma maneira, a definição dos ativistas da biodiversidade como ‘território mais cultura’ é outro exemplo de uma consciência-baseada-no-lugar, mais ainda, da transformação de lugar e cultura em fonte de fatos políticos. (ESCOBAR, 2005, p. 72).

Carlos Walter Porto Gonçalves (2006, p. 163), um dos principais responsáveis pela divulgação do pós-colonialismo na geografia brasileira, afirma que, para pensar o conceito de território, devemos abandonar a ideia de separação entre sociedade e natureza, um dos pilares do pensamento eurocêntrico moderno. Devemos entender a sociedade e o território como indissociáveis, uma vez que constituir uma sociedade significa constituir seu espaço, seu *habitat*, seu território, ou seja, um não existe sem o outro. O autor ressalta ainda que a constituição de uma sociedade / território se dá pela apropriação material e simbólica realizada por homens e mulheres que fazem História e Cultura e que se apropriam daquilo que para eles tenha significado.

Entendendo que uma população, portanto, constitui-se, ao mesmo tempo, enquanto sociedade e território, é possível inserir a questão territorial vivida pelos caiçaras de São Gonçalo em uma situação descrita por Porto-Gonçalves (2006, p. 163-164): quando a paisagem-habitat-território que abriga determinado grupo não mais o conforma e/ou é questionada – no nosso estudo de caso, quando é necessário resistir para manter o território e/ou reivindicá-lo –, nos vemos diante de uma profunda crise. Ao se colocar o território de uma sociedade em disputa, rompe-se com o processo de formação dessa sociedade e a coloca em uma situação delicada quanto a sua existência. Por se tratar de uma crise relacionada às próprias contradições das relações sociais e de poder, é de suma importância que se identifique essas contradições e as possibilidades que surgem delas para melhor lidar com tal situação. Longe de tentar superar essas contradições numa perspectiva hegemônica (como a atual estratégia geopolítica relacionada ao desenvolvimento sustentável e de controle da biodiversidade), a

estratégia dos caiçaras de São Gonçalo é compreendida em um viés emancipatório onde a comunidade local se coloca como protagonista se reinventando, r-existindo, resultando em novas conformações territoriais.

Ainda em sua análise sobre a reinvenção dos territórios, Porto-Gonçalves (2006, p. 167-168) narra um diálogo que teve, certa vez, com um camponês boliviano, que lhe disse: “não queremos terra, queremos território”. Ou seja, mais que terra, apenas como meio de produção, eles requeriam poder explorar as matas, os rios e o que a natureza pudesse lhes proporcionar. O autor cita, também, o caso dos seringueiros no Acre, que reivindicavam a floresta para se reproduzirem enquanto seringueiros. Mais do que a terra, necessitavam explorar seu objeto de trabalho, no caso, a árvore da Seringueira, sendo necessário um território que abrangesse uma área de moradia e uma de uso comum às famílias. Tratava-se da apropriação familiar e comunitária dos recursos naturais que, em 1970, era a forma de ocupação de 70% das terras no Acre:

Compreendi, assim, que pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Assim, eram racionalidades distintas em conflito. Concretamente a luta política era também uma luta para afirmar outras *epistêmes*. Naquelas circunstâncias inventou-se uma determinada territorialidade, a *reserva extrativista*, onde inclusive se rompe com a tradição eurocêntrica de, como sempre, separar, ali, no caso, a natureza da sociedade, como se faz nas unidades de conservação. Conto essa história para falar da invenção de um conceito a partir de movimentos sociais cuja luta, vê-se, é um lugar próprio de produção de novos conhecimentos. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 168).

Impossível não fazer um paralelo com a questão dos pescadores artesanais da região de São Gonçalo que, hoje, estão proibidos de pescar em diversas áreas da orla e ao redor de ilhas recentemente contempladas em unidades de conservação extremamente restritivas, que não permitem a prática da pesca. O mar é também parte essencial do território caiçara e sua importância para essas comunidades deveria ser considerada na delimitação e na criação das normas das unidades de conservação.

Em nossa reflexão sobre o conceito de território, cabe também mencionar, no dia 16 de maio de 2016, um numeroso grupo de famílias indígenas da etnia Pataxó ocupou uma área, às margens da BR-101, próxima à praia de São Gonçalo, com o objetivo de se instalarem definitivamente e, ali, construir sua aldeia. Originárias do sul da Bahia, estas famílias Pataxó estavam, há 11 anos, vivendo em péssimas condições de vida na localidade de Mambucaba, no município de Angra dos Reis. Com o desejo de saírem dessa situação, optaram por ocupar uma área em Paraty, que tivesse acesso à água potável e proximidade com a natureza. O local escolhido não poderia ser mais conflituoso. Foi ocupada parte das terras que outrora “pertenceu” a White Martins e, posteriormente, foi passada a outro “proprietário”, exatamente onde se encontra a trilha que dá acesso à Cachoeira do Iriri, uma das principais da região. O acesso à cachoeira foi obstruído pelos indígenas durante praticamente todo o ano de 2016, com o objetivo de garantir segurança às suas famílias.



Figura 4 - Ocupação pataxó no acesso à Cachoeira do Iriri, 21 mai 2016. Fotografia de autoria própria.

No dia 21 de maio de 2016, estivemos na ocupação e pudemos escutar um pouco da história daquelas pessoas e quais eram as suas necessidades mais urgentes. A figura 4 retrata um momento de diálogo com os indígenas, onde foi possível perceber que eles não conheciam com profundidade o histórico do violento conflito territorial que se estabeleceu naquelas terras entre a White Martins e os caiçaras locais. Porém, tinham a informação que estavam ocupando uma área da União e, portanto, poderiam reivindicá-la. Como é possível imaginar, em questão de horas, pessoas ligadas ao suposto proprietário da área foram até a ocupação para entender quem eles eram e o que queriam ali. Junto a isso, os indígenas relataram que pessoas armadas em motos também rondavam a área. Foi-nos solicitado, naquele dia, que os ajudassem na divulgação da ocupação, pois estavam em uma situação de muita vulnerabilidade e temiam pela segurança de seu povo. As semanas se passaram e o caso apareceu na mídia, os indígenas foram auxiliados pela Defensoria Pública e se reuniram com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério Público, mesmo não sendo oficializado nada e ainda se sentindo pouco seguros e respaldados, a ocupação se mantém até os dias de hoje. Recentemente, no início de 2017, segundo um líder caiçara de São Gonçalo, os indígenas liberaram o acesso à Cachoeira do Iriri.

A situação narrada acima nos faz refletir sobre o conceito de território e quais as concepções de diferentes grupos sobre ele. Como trabalhá-lo na realidade vivida pelos Pataxó? Eles migraram de uma terra indígena no sul da Bahia, onde existiam muitos problemas relacionados à infraestrutura e acesso à água potável e se instalaram em Mambucaba – Angra dos Reis, onde nunca foram reconhecidos. Suportaram, durante 11 anos, viver em péssimas condições de vida e, agora, ocupam uma terra, em Paraty, que, historicamente, estava no centro de um sangrento conflito territorial entre uma empresa multinacional e outra comunidade tradicional. Os caiçaras, por sua vez, comentam do sonho de um dia retomar seu território, mas não com uma ocupação que poderia trazer mais riscos às famílias e ainda fazer reviver todo o conflito territorial com o qual já sofreram o bastante, e sim, de uma maneira organizada e oficial, contando com órgãos judiciais que os reconheçam como legítimos posseiros daquelas terras.

Estamos diante de um bom exemplo de choque entre territorialidades em um mesmo território e, neste caso, podemos entender por territorialidades as diferentes formas que cada grupo cultural se apropria da terra (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 169). Essa tensão se dá, também, em um contexto onde o fator coletivo/comunitário se confronta com o aspecto exclusivo da propriedade privada da terra, este último,

vinculado à ideia de território ligada ao pensamento hegemônico moderno colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 176).

Quando refletimos sobre a tensão entre territorialidades em um contexto de globalização, precisamos entender que se trata, também, de tensões entre temporalidades. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006b, p. 276-277) destaca que, ao longo do tempo, foram inscritas e escritas por diferentes povos e suas culturas diversas maneiras de se relacionar com o meio e com o tempo, conformando assim, diferentes territorialidades/temporalidades. Entretanto, a moderno-colonialidade difundiu pelo mundo o Estado Territorial como territorialidade hegemônica, apoiada em padrões institucionais europeus, desqualificando as outras territorialidades. Tudo isso se deu e se dá seguindo a sagacidade de uma temporalidade abstrata, no caso, o capital, que se quer acima de todas as outras temporalidades.

Entendemos, assim, que tanto a história dos caiçaras de São Gonçalo como esse caso da ocupação indígena são exemplos da tensão entre essas duas territorialidades – pertencentes ao grupo das subjulgadas – e a modernidade. As comunidades tradicionais, que possuem diferentes formas de se relacionar com o tempo, com a natureza e com o território em conflito, com a temporalidade do capital e as territorialidades ligadas a ela. Enquanto as primeiras veem a natureza como riqueza, as segundas a enxergam como mais um recurso para acumulação (PORTO-GONÇALVES, 2006b, p. 278).

Tomando com base os apontamentos de Porto-Gonçalves apresentados, é possível trazer para o debate a ideia de que, sim, a luta dos caiçaras de São Gonçalo é por denunciar toda a violência sofrida e poder sonhar, um dia, em recuperar seu território. Porém, no atual momento, quando não se visualiza essa retomada em um futuro próximo, o foco pode estar em defender a territorialidade caiçara, ou seja, não ser impedido de pescar, não ter suas lavouras prejudicadas pelos agrotóxicos e defensores químicos utilizados no extenso palmital da multinacional, lutar por uma escolarização diferenciada, que valorize a cultura e os saberes caiçaras, entre outras questões, que estão ameaçadas por este veloz, desmedido e violento processo por que passaram e que é visível até hoje.

Apenas para exemplificar possíveis caminhos para uma relação de mais respeito e de reconhecimento do poder público em relação à diversidade de povos e culturas existentes dentro de cada país, mostramos brevemente, a seguir, dois interessantes casos do campo do Direito em países da América Latina.

Em 2008, a Bolívia e o Equador instituíram suas novas Constituições que significaram uma ruptura com o modelo estatal moderno. Ao fundamentarem seu novo texto constitucional no Estado Pluricultural, substituíram um modelo uniformizador e intolerante nos aspectos religiosos e culturais para outro que trouxe novos paradigmas em termos de organização social, preocupado em atender às demandas dos povos historicamente marginalizados (AFONSO; MAGALHÃES, 2011, p. 263).

No caso boliviano, um país com uma diversidade de povos e culturas muito significativa, a nova Constituição foi criada para se contrapor à própria formação do Estado boliviano moderno que, durante séculos, reprimiu essas distintas culturas, colocando-as às margens dos poderes públicos e de suas oligarquias. Percebeu-se que o estado boliviano moderno, da forma como fora criado e configurava seus poderes e suas políticas, não correspondia com a realidade de uma sociedade diversa culturalmente, constituída, inclusive, de povos que desconhecem a forma estatal de organização social. O novo texto constitucional de 2008 incorpora os povos originários e reconhece a

sociedade boliviana como multicultural, garantindo direitos políticos, territoriais e sociais a estas populações. (AFONSO; MAGALHÃES, 2011, p. 270-271).

No Equador que, desde 1830, ano de sua independência, já foi regido por 18 Constituições, os primeiros textos do século XIX, também colocam as elites no controle da vida política e econômica, não dando espaço para a participação dos povos e comunidades originárias. É relevante, porém, que a partir do início do século XX, os direitos individuais começam a ser reivindicados pelos trabalhadores, camponeses e povos originários, que se colocavam em oposição às práticas oligárquicas. Esse movimento significou uma maior participação no campo político, motivando esses grupos a concorrerem em eleições. Ao ocuparem cargos públicos, foi possível reivindicar reformas sociais, econômicas e políticas (AFONSO; MAGALHÃES, 2011, p. 271-272).

A nova Constituição do Equador de 2008, também reconheceu uma sociedade multicultural, incorporando os povos indígenas e as comunidades originárias ao projeto constitucional. Agustín Grijalva (2008, p. 56 apud AFONSO; MAGALHÃES, 2011, p. 272) destaca que o texto garantiu o direito de os povos indígenas, por exemplo, pertencerem a uma comunidade ou nação indígena e que suas tradições e costumes específicos devem ser reconhecidos, não podendo haver nenhum tipo de discriminação em relação a este direito.

2.4 - Territorialidades em tensão com a modernidade

Ainda sobre essa tensão entre comunidades tradicionais e a modernidade, podemos estabelecer uma relação desta com a questão da “invenção do outro” quando do surgimento das ciências sociais. Santiago Castro Gomes aponta que o projeto da modernidade está vinculado à formação dos estados nacionais, ao colonialismo e ao surgimento das ciências sociais, fundamentais para a consolidação de “um dispositivo de poder que construía o Outro mediante uma lógica binária que reprimia as diferenças” (CASTRO GOMES, 2005, p. 80). Coube às ciências sociais edificar a base científica em que o Estado moderno pudesse governar de forma a ter o controle sobre a vida das pessoas e ajustar seus cidadãos ao sistema de produção através de normas que se legitimavam pelo conhecimento. Assim, para ser cidadão, era necessário deter conhecimentos e um perfil estabelecido pelo estado moderno. Quem não se enquadrava nesse perfil foi inventado como “o outro” (CASTRO GOMES, 2005, p. 81).

Para exemplificar esse fenômeno, o autor se apoia na pensadora venezuelana Beatriz Gonzáles Stephan, que identifica as constituições, os manuais de urbanidade e as gramáticas de idiomas como práticas disciplinares que contribuíram para forjar os cidadãos latino-americanos. Destaca-se que todas as três estão legitimadas pela escrita e assim:

a aquisição da cidadania é, então, um funil pelo qual só passarão aquelas pessoas cujo perfil se ajuste ao tipo de sujeito requerido pelo projeto da modernidade: homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual. Os indivíduos que não cumpram com estes requisitos (mulheres, empregados, loucos, analfabetos, negros, hereges, escravos, índios, homossexuais, dissidentes) ficarão de fora da cidade letrada, reclusos no âmbito da ilegalidade, submetidos ao castigo e à terapia por parte da mesma lei que os exclui. (CASTRO GOMES, 2005, p. 81-82).

Podemos dizer, portanto, que a invenção da cidadania e a invenção do outro estão estritamente relacionadas. Na América Latina, para a criação da identidade de cidadão moderno vinculada à ideia de civilização com os padrões europeus, foi necessária, também, a produção do seu contraponto: a construção do imaginário da barbárie vinculada ao Outro (CASTRO GOMES, 2005, p. 82).

Como vimos com Anibal Quijano (2009, p. 75) no capítulo 1, mesmo com o colonialismo superado, a colonialidade se perpetua até os dias de hoje. Com ela, o Outro continua sendo subjulgado, inferiorizado e desrespeitado. Pertencer a uma comunidade tradicional que não segue os ideais modernos e, ao contrário disto, luta e resiste para afirmar sua diferenciada cultura e seu modo de vida, significa fazer parte do Outro atualmente.

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2009a, p. 23-24) contribui nesse debate ao analisar o pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal. Para o autor, tal pensamento apoia-se em distinções visíveis e invisíveis. Essas últimas são estabelecidas por linhas radicais que dividem a realidade social em: “deste lado da linha” e “do outro lado da linha”. Essa divisão das distinções invisíveis é tão radical que apenas é reconhecido o que está “deste lado da linha” e o que está do “outro lado” desaparece, inexistente, é irrelevante e incompreensível. O que é produzido como inexistente, ou seja, “do outro lado da linha”, é excluído e considerado pela concepção moderna como o Outro. Fazendo uma relação com nosso estudo de caso temos o Estado brasileiro, a especulação imobiliária, a White Martins, o *resort* “deste lado da linha” e os caiçaras “do outro lado da linha”.

Para sair do campo da metáfora, Santos nos aponta que a modernidade ocidental se caracteriza por um paradigma visível, fundado na tensão entre a regulação e a emancipação social. Esse paradigma se estabelece sobre uma distinção invisível que é a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. Porém, é apenas nas sociedades metropolitanas que se aplica a dicotomia regulação/emancipação. Já nos territórios coloniais é aplicada a dicotomia apropriação/violência (SANTOS, 2009a, p. 24). Enquanto a dicotomia “deste lado da linha” é pautada em estabelecer normas e reconhecer direitos. “Do outro lado da linha”, temos a apropriação, envolvendo incorporação, cooptação e assimilação, e a violência, implicando em destruição física, material, cultural e humana (SANTOS, 2009a, p. 29).

Mesmo que em um primeiro momento o autor se remeta ao período colonial, essa descrição da dicotomia apropriação/violência é perfeitamente aplicável ao caso dos caiçaras de São Gonçalo. Vimos, no capítulo 1, a história de uma multinacional que se apropria de um território ocupado tradicionalmente pela população nativa, utilizando-se de uma violência desproporcional, destruindo suas vilas de moradia, subjulgando sua cultura. É justamente dessa atualidade do pensamento moderno ocidental que Santos vai tratar quando afirma que as linhas abissais continuam a operar, dividindo o mundo humano do sub-humano, perpetuando a criação e a negação do “outro lado da linha” (SANTOS, 2009a, p. 31).

Uma das situações que exemplificam essa atualidade é o fascismo social que o autor define como “um regime social de relações de poder extremamente desiguais, que concedem à parte mais forte o poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca” (SANTOS, 2009a, p. 37). Vinculado a ele e, importante para o debate teórico desta pesquisa, temos o fascismo territorial, que se estabelece quando o Estado tem o controle do território neutralizado pela ação de grandes capitalistas, que acabam cooptando as instituições estatais e exercendo a regulação social dos habitantes locais

sem consulta-los e contra seus interesses (SANTOS, 2009a, p. 38). Mera semelhança com a descrição da dicotomia apropriação/violência que apresentamos anteriormente não é coincidência. Trata-se do pensamento moderno ocidental se manifestando nos dias de hoje.

Mais uma vez, a ligação com nosso estudo de caso é direta. Quando estudamos o histórico do conflito territorial entre os caiçaras e a White Martins e, principalmente, o laudo sobre os impactos sociais que a instalação do empreendimento “Fazenda São Gonçalo Resort” causaria na população caiçara local (DUARTE, 1998), percebe-se uma situação de fascismo social/territorial. A White Martins alegava em suas súmulas informativas e descritivas que o empreendimento introduziria na região mudanças culturais e novos hábitos sociais, assim como, seriam assimilados novos conceitos de qualidade de vida com o convívio permanente de pessoas vindas de lugares mais desenvolvidos (DUARTE, 1998, p. 11). Contavam, até mesmo, com a erradicação da população que habitava o vale do rio São Gonçalo, para garantir a recuperação de padrões ambientais originais e, assim, aprovar o licenciamento ambiental de seu projeto (Súmula descritiva, p. 30 e Súmula informativa, p. 10-11 apud DUARTE, 1998, p. 14). Tais posicionamentos mostram a tentativa de se utilizar de seu poder para vetar a vida e o modo de vida dos caiçaras. Com relação ao fascismo territorial, a multinacional está no papel do grande capitalista que retira o controle do Estado do território. Grande parte do conflito territorial se deu na orla das praias em terras da União e, como vimos, a multinacional contava muitas vezes com o apoio da Polícia Militar (cooptação de instituições estatais) nas suas violentas investidas contra a população local (SIQUEIRA, 1984, p. 28). De fato, uma ação de regulação social sem consentimento algum dos habitantes locais que, muito pelo contrário, descreveram uma relação de hostilidade mútua durante anos de conflito (DUARTE, 1998, p. 3-5).

Uma das principais linhas abissais globais dos tempos modernos que fundamenta o pensamento moderno ocidental é o conhecimento que, a sua maneira, cria seu subsistema de distinções visíveis e invisíveis. No caso, o pensamento abissal impõe a ciência moderna como única fonte aceitável de conhecimento. Sua afirmação se dá pela invisibilidade conferida a formas de conhecimento não condizentes com o que é produzido pela ciência moderna. Neste grupo estão os conhecimentos populares, indígenas, camponeses, entre outros, estabelecidos “do outro lado da linha”, que são tratados como crenças, opiniões, magia, idolatria, por não obedecerem aos critérios científicos de verdade (SANTOS, 2009a, p. 24-25).

Boaventura de Souza Santos (2009a, p. 32-33) sugere que, para superar essa hegemonia moderna colonial epistemológica, é necessário um pensamento pós-abissal. O autor irá nos mostrar que, nas últimas décadas, vem ocorrendo um movimento no qual o “outro lado da linha” parece se expandir, enquanto “este lado da linha” está se retraindo. A lógica da apropriação/violência vem ganhando força e contaminando a lógica da regulação/emancipação. Este movimento maior, de difícil compreensão, é constituído de um movimento principal denominado por ele de regresso do colonial e do colonizador e de um contra-movimento chamado de cosmopolitismo subalterno.

Para entender o que seria essa expansão “do outro lado da linha”, devemos nos ater ao contra-movimento e, assim, aproximar-nos novamente de nosso estudo de caso. Santos argumenta que, mais que uma resistência política contra o pensamento moderno, é necessária uma resistência epistemológica construída a partir do pensamento pós-abissal. Para tanto, o autor nos apresenta alguns conceitos que, juntos, estabelecem um caminho para se pensar essa nova epistemologia: o cosmopolitismo subalterno; a

sociologia das ausências e das emergências e a ecologia de saberes (SANTOS, 2009a, p.41-44).

O primeiro deles “consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela globalização neoliberal” (SANTOS, 2009a, p. 42). Ele se manifesta nessas ações dos grupos subalternizados, que se inserem na globalização de forma contra-hegemônica. O cosmopolitismo subalterno defende que, para compreender o mundo, é preciso exceder a compreensão ocidental, uma vez que, como preconiza o pensamento pós-abissal, a diversidade do mundo é inesgotável, deve ser considerada e necessita de uma epistemologia adequada a ser construída (SANTOS, 2009a, p. 43).

Para melhor entender o cosmopolitismo subalterno se faz necessário considerar a sociologia das ausências e a sociologia das emergências, entendendo-as, respectivamente, como a proposição de uma racionalidade ampla, que reconhece a existência e a disponibilidade de diversas experiências sociais declaradas pelo pensamento moderno como inexistentes; e uma sociologia que entenda que as diversas experiências sociais emergentes, outrora tratadas como impossíveis, são de fato possíveis (SANTOS, 2009b, p. 459).

A forma que o pensamento pós-abissal tem de confrontar a monocultura da ciência moderna é a partir de uma ecologia de saberes que “se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos e nas interações sustentáveis e dinâmicas entres eles sem comprometer sua autonomia” (SANTOS, 2009a, p. 44-45). A ideia é mostrar que conhecimento é interconhecimento e isso quer dizer colocar o conhecimento científico e o não-científico em diálogo.

Boaventura de Sousa Santos (2009a, p. 50) vai apontar, também, que em sua maioria, as experiências de resistência subalternas ocorrem na escala local. O conhecimento ocidental moderno que se afirma como sendo o único capaz de produzir experiências globais tratou de mantê-las localizadas, tornando-as, ao seu modo de ver, irrelevantes e/ou inexistentes. Para uma ecologia de saberes bem sucedida, é preciso que essas experiências de resistência subalternas se articulem por meio de ligações locais-globais. Tratamos um pouco disso quando discutimos, apoiados em Arturo Escobar (2005), a relação do lugar com o global e as ideias de globalização do local e localização do global.

Acreditamos que o caso dos caiçaras de São Gonçalo em análise enquadra-se como manifestação do cosmopolitismo subalterno por se inserir na globalização de forma contra-hegemônica, a partir de uma forma alternativa de turismo evidenciando sua história de luta pelo território. É um exemplo de resistência subalterna que, por ser divulgada em um roteiro de turismo comunitário, transcende a escala local. O turismo de base comunitária pode ser uma alternativa para essa ligação do local-global e, como veremos com mais detalhes no capítulo 3, especificamente o roteiro caiçara estudado se mostra eficaz no que tange o estabelecimento de uma ecologia de saberes.

Enfim, neste segundo capítulo, após apresentarmos a estratégia caiçara de, a partir do turismo de base comunitária, evidenciar sua luta pelo território, preocupamo-nos em trazer um debate sobre os principais conceitos envolvidos nesta discussão com o objetivo de levantarmos as bases teórico-conceituais da pesquisa. No próximo capítulo, será apresentado e analisado o roteiro de turismo de base comunitária trabalhado em São Gonçalo.

Capítulo 3. O roteiro de turismo de base comunitária de São Gonçalo/Paraty-RJ

Dedicaremos este capítulo a apresentar o roteiro de turismo de base comunitária oferecido pelos caiçaras de São Gonçalo. O acompanhamento de sua realização se mostrou a principal estratégia metodológica da pesquisa. Foi com a observação da forma como os guias caiçaras locais se expressavam quando conduziam os grupos e com as falas e histórias de vida dos caiçaras envolvidos que entendemos, com mais nitidez, a função política do roteiro. Junto à descrição e análise dos locais visitados, faremos uma relação com nossa problemática de pesquisa, em que, além de ressaltamos a perspectiva de formação de uma ação política no que se refere à resistência territorial da comunidade, pretendemos mostrar qual a sua importância em evidenciar, fortalecer e propagar os saberes e a cultura local. Vale ressaltar que a vivência do roteiro e o diálogo com os caiçaras nos diferentes lugares visitados foram fundamentais para o debate sobre território, territorialidade e sobre os conceitos de caiçara e comunidade que apresentamos no segundo capítulo.

As informações apresentadas a seguir foram colhidas nos dias 27 e 28 de maio de 2016, quando um grupo de 32 estudantes do curso de Geografia da UFRRJ, acompanhados de dois professores, vivenciou o roteiro supracitado que foi conduzido por dois guias caiçaras locais, nascidos e criados em São Gonçalo - Paraty. Com autorização prévia dos guias, optamos por gravar as falas durante todo o trajeto percorrido. Esse material representa a principal fonte de informação para o presente capítulo, assim como, para a pesquisa que teve como preocupação central dar voz a esses sujeitos locais.

O roteiro está estruturado em dois eixos, o primeiro, realizado no continente, contempla a visita às antigas vilas de São Gonçalinho e São Gonçalo, onde é apresentada a história do conflito territorial travado com a multinacional White Martins e a duas experiências ligadas à agricultura. Uma delas é realizada em um sítio onde toda a produção se dá de forma orgânica num sistema agroflorestral, a outra, em um alambique, no qual todas as etapas de produção da cachaça são realizadas, desde o plantio da cana-de-açúcar até a venda do produto. O segundo eixo é o náutico, realizado de barco pelas ilhas da região, com destaque para a Ilha do Pelado, onde uma família caiçara luta para conseguir manter seu comércio.

3.1 - Vilas de São Gonçalinho e São Gonçalo – Histórico do conflito territorial

A visita às antigas vilas de São Gonçalinho e São Gonçalo que acabaram destruídas se inicia com uma caminhada de aproximadamente dois quilômetros. Neste trajeto ouvimos sobre a história de São Gonçalo e de sua comunidade caiçara, o que permitiu que refletíssemos sobre o processo de urbanização pelo qual a localidade passou e vem passando. A caminhada se dá pela Estrada de São Gonçalo que foi asfaltada recentemente, em 2008⁷. Os guias contaram que, no passado, o caminho era apenas uma trilha que servia para a locomoção das pessoas até a praia e para o

⁷ Informativo São Gonçalo em Foco, vol. III. Junho de 2008 (Anexo 4).

escoamento dos produtos. Hoje, casas luxuosas, segundas residências de veraneio, pousadas e pequenos comércios dominam, quase por completo, a paisagem em que, antigamente, avistava-se pequenos sítios e as roças dos lavradores. Antes da destruição das vilas, a principal área de moradia estava estabelecida na orla das praias, como veremos mais adiante.

Essa cena que descrevemos nos remete novamente às contribuições de Diegues (2004, p. 21-22) sobre as constantes mudanças que ocorrem nas comunidades caiçaras e em seus territórios, destacando que, após a década de 1960, estabeleceu-se um veloz processo de urbanização das cidades litorâneas.

Durante o percurso, foi-nos apresentada a divisão do território e seus limites, considerando a instalação da Fazenda São Gonçalo, de propriedade da White Marins, por volta da década de 1970. Tal divisão acabou deixando poucas terras para a comunidade caiçara se desenvolver.

Antigamente, a produção de banana foi umas das mais importantes atividades desenvolvidas pelas famílias locais, mas que acabou declinando com a crescente concorrência dos grandes centros produtores. No caso, os caiçaras produziam uma banana sem uso de defensivos agrícolas, menor e que, em pouco tempo, depois de madura, apresentava pequenas manchas pretas na casca. Por sua vez, a banana produzida nos grandes centros, tratada com produtos químicos e agrotóxicos, era maior e visualmente mais interessante para o mercado. Estabelecia-se, assim, uma competição desigual, praticamente impossível de ser vencida pela população local. Somado a isto, era muito difícil para as famílias caiçaras escoarem seus produtos, pois como toda a circulação de pessoas se dava por trilhas abertas na mata, o transporte era feito a pé, pelo próprio produtor ou por tropas de burros que carregavam as mercadorias até a praia para, daí sim, serem levadas de barco até a cidade. Destaca-se que São Gonçalo está distante do centro de Paraty e a forma de chegar até lá para comprar produtos ou para alguma emergência médica era a canoa, pois não existia o barco a motor. Além da produção de banana, também se praticava a pesca e uma agricultura de subsistência de variados produtos. Na parte econômica, entre os caiçaras já havia uma rotatividade de troca, pois quem tinha o bananal, por vezes, não tinha a tropa de burros para escoar a produção, essa tarefa era feita por outra família que possuía os animais. Tratava-se de uma economia local com base na troca.

Ainda na estrada de São Gonçalo, deparamos-nos com um extenso palmital associado ao conflito territorial dos caiçaras com a Fazenda São Gonçalo. Neste momento, um dos guias atentou para a importância daquele momento e do privilégio que estávamos tendo pelo fato de sermos um dos poucos grupos que tiveram a oportunidade de conhecer a verdadeira história daquelas terras. Uma oportunidade que apenas foi possível a partir da realização do roteiro que vivenciamos. Para chegarmos até o palmital de hoje precisamos lembrar o caso narrado no capítulo 1, em que contamos a história de um advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, STR, de Paraty, que supostamente auxiliaria os caiçaras em sua luta. Comentamos que, além de sua polêmica atuação como advogado da causa caiçara, em 1986, ele era funcionário do extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, IBDF, hoje, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama. Nesta posição, conseguiu um investimento a fundo perdido para a Fazenda São Gonçalo plantar eucalipto na área. O próprio guia caiçara local nos explica esta história:

Na década de 1980, a Fazenda São Gonçalo (White Martins), derruba toda essa vegetação. Do mar, a gente vai ter uma vista panorâmica melhor. Derrubou toda essa vegetação de mata primária, de Mata Atlântica e algum pedaço secundário, porque já tinha também a agricultura. Então, o próprio agricultor já tinha derrubado uma parte para fazer suas roças. Mas, aí, eles acabam com as roças, eles acabam com a vegetação e plantam eucalipto em toda essa fazenda. Isso ficou por quase 20 anos. Agora, mais recentemente, há uns seis, sete anos atrás, esse novo grupo que se diz dono da área, pois comprou da White Martins, um grupo de empresários que tem a especulação imobiliária até na sua razão social – São Gonçalo Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos LTDA – que abrange tudo o que se pode imaginar de atividade, acabou derrubando todo o eucalipto, venderam essas madeiras e agora entraram com o palmito pupunha.

Com isso, aquela disputa desigual entre a produção de banana caiçara em pequena escala e a produção em larga escala com uso de defensivos e agrotóxicos dos grandes centros produtores se atualiza, nos dias de hoje, com o palmito pupunha. Recentemente, famílias caiçaras agricultoras se preocuparam em debater coletivamente uma forma de trabalhar com a produção de palmito. Como o corte do apreciado palmito Jussara é proibido por lei, optaram por iniciar o cultivo do palmito pupunha em pequena escala em suas propriedades, de forma orgânica, com o intuito de poderem comercializar um produto bastante valorizado no mercado e, principalmente, poder entregá-lo para a merenda escolar do município. Porém, a concorrência desigual, atualmente, é vizinha de cerca. Enquanto os agricultores locais possuem no máximo cinco mil pés de palmito plantados em suas pequenas terras, a Fazenda possui uma monocultura de mais de 200 mil pés de palmito, plantados em um solo completamente esgotado por anos de cultivo de eucalipto, em uma extensa área de centenas de hectares. Uma produção feita sem respeitar os espaçamentos corretos que este tipo de cultura demanda, com a utilização de defensores químicos e agrotóxicos que contaminam o solo, o lençol freático, o que, conseqüentemente, prejudica os agricultores locais com a contaminação da água e do solo. Essa contaminação, logicamente, não se restringe à área da Fazenda São Gonçalo. Não conseguindo competir com a Fazenda para chegar ao mercado externo, restou aos produtores locais apostarem na entrega do palmito pupunha para a merenda escolar.

Vale ressaltar que o agricultor local só pode vender seus produtos para a merenda escolar se ele praticar uma agricultura orgânica. Em São Gonçalo, os agricultores estão organizados em uma associação que vem trabalhando para fazer a certificação dos produtos dos agricultores. São realizados mutirões quinzenais, onde é visitado sempre um sítio diferente, o que possibilita acompanhar as práticas de cada agricultor da associação. Hoje os agricultores já estão com o selo orgânico.

Após passarmos pelo palmital, visualizamos, a nossa direita, o rio São Gonçalo. Neste momento, os guias nos contaram da importância do rio para os pescadores e narraram um episódio de mortandade de camarões que, na época, os prejudicou bastante. Como é possível imaginar, até pela proximidade com a área do palmital que comentamos acima, a mortandade dos pitus se deu devido à contaminação da água do rio por produtos químicos provenientes do manejo convencional degradante que a

Fazenda adotava e continua adotando em “suas” terras. Porém, a principal preocupação atual é com o veloz e desmedido crescimento populacional e de área construída pelo qual São Gonçalo vem passando. Com o parcelamento e a venda desordenada de terrenos, fomentados pelo turismo de massa, e a falta de infraestrutura de saneamento básico que acompanhe esse crescimento, vem ocorrendo uma significativa poluição do rio em suas partes mais altas, o que faz com que ele deságue já poluído no mar. Tal situação, em poucos anos, pode deixar a praia de São Gonçalo imprópria para banho.

Nesta discussão sobre a crescente poluição do rio São Gonçalo e a falta da infraestrutura de saneamento básico, não só em São Gonçalo, mas em praticamente todas as localidades distantes do centro de Paraty, foi-nos contado sobre o importante projeto de saneamento ecológico que vem sendo elaborado na região. O saneamento ecológico é uma das conquistas do Fórum de Comunidades Tradicionais referente a esse tipo de demanda. Paraty, o núcleo urbano do centro, está recebendo somente agora um sistema de tratamento de esgoto convencional a partir de um consórcio entre prefeitura, Estado e Governo Federal. Porém, esse projeto não contemplou o município como um todo e, assim, as comunidades começaram a fazer seus próprios sistemas. O Fórum de Comunidades Tradicionais em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) começou a propor e difundir uma maneira de tratar o esgoto de forma ecológica, com caixas hermeticamente fechadas, que já tratam o esgoto que é posteriormente lançado em um canal feito de bananeiras. As plantas funcionam como um filtro, devolvendo a água 99% pura ao ambiente. O projeto piloto desse sistema foi feito na escola da praia do Sono e se mostrou economicamente viável, o que falta é uma política pública para implementá-lo em todo o município.

Esse processo de pensar o saneamento em Paraty é novo e começou dentro da discussão de elaboração de projetos que destinavam 120, 130 milhões de reais para o saneamento básico do município. Porém, ficou apenas como uma alternativa do consórcio fazer intervenções em comunidades, o que acabou não avançando e o poder público municipal não demonstrou interesse nesse tipo de iniciativa.

O exemplo do palmital da empresa em conflito com a agricultura orgânica dos caiçaras; a preocupação com a poluição do rio São Gonçalo e o saneamento básico na comunidade, permitem-nos apreender que as concepções caiçaras relacionadas ao meio ambiente estão em acordo com o que Enrique Leff propõe sobre racionalidade ambiental. Contraposta à racionalidade econômica e instrumental do fenômeno da globalização, que homogeneiza o mundo pela ótica do mercado superexplorando a natureza e subjulgando saberes, a racionalidade ambiental se apoia nos princípios éticos e nos valores culturais, reconhecendo as diversas formas que distintas culturas têm de se relacionar com a natureza (LEFF, 2001, p. 40).

Continuando o roteiro, saímos da Estrada de São Gonçalo e entramos na BR - 101, onde já era possível avistar a entrada para a praia de São Gonçalo, mas nosso destino naquele momento era a praia de São Gonçalinho. Alguns metros à frente, deparamo-nos com a cruz que simboliza o local da morte do carteiro de São Gonçalinho, narrada no primeiro capítulo. Ali, onde ocorreu o atropelamento, conseguimos entender melhor aquele fatídico dia do ano de 1998.

Mais alguns minutos de caminhada pelo acostamento da BR -101 e chegamos à entrada da praia de São Gonçalinho. Agora não só as falas dos guias nos faziam voltar ao passado para entender como estava estabelecida a vila caiçara, mas também se

visualizava os escombros das construções da época, hoje tomados pelo mato. A fala do guia caiçara local apresentada a seguir retrata muito bem este momento:

Historicamente, a comunidade era muito mais forte aqui em São Gonçalinho. Quase 160 famílias habitavam a vila. Aqui, bem do lado da BR, era a primeira escola da comunidade de São Gonçalo. Então nós, que estávamos mais na parte do sertão, tínhamos que descer e estudar aqui (...). A Fazenda pressionou as famílias, comprou, expulsou e, hoje, a única família que habita aqui é família do carteiro de São Gonçalinho que, mesmo com a morte dele, conseguiu resistir. Nessa parte de cima existiam outras famílias. Quando a gente começa a olhar pra parte de baixo, a gente vai seguir aqui nos aproximando um pouco mais da praia de São Gonçalinho, e vocês vão ver que é pequeno, mas eu vou mostrar pra vocês onde existiam algumas casas, onde tinha a peixaria, mercearia, onde tinha igreja, o campo de futebol, toda a estrutura dos serviços. A comunidade existiu, basicamente, aqui em São Gonçalinho.

Não por acaso, logo nos chamou a atenção uma construção abandonada, tomada pelo mato, localizada exatamente no acesso à praia de São Gonçalinho, que acaba por representar muito bem a questão que estamos trabalhando. Tratava-se de uma guarita (Figura 5) construída pela Fazenda São Gonçalo que, durante anos, foi o local de trabalho de um segurança. Armado, esse funcionário impedia o acesso de veículos e até mesmo de pessoas a pé à praia. O intuito da Fazenda era de colocar uma corrente trancada por um cadeado e fechar de forma definitiva o acesso, estabelecendo mais uma praia privada no município de Paraty. Com essa ação, buscavam, também, intimidar e convencer a última família que continuava em São Gonçalinho a vender sua terra. Felizmente, a família conseguiu resistir e está, até hoje, na área. Se o acesso à praia de São Gonçalinho, atualmente, é aberto ao público, isso se deve muito à luta da comunidade caiçara local.



Figura 5 - Guarita construída pela Fazenda São Gonçalo para impedir o acesso à praia de São Gonçalinho. 27 mai 2016. Fotografia de autoria própria.

Após passarmos pela guarita, adentramos em uma pequena rua de terra cercada por vegetação de ambos os lados, que nos levou até a praia de São Gonçalinho. No caminho, observamos mais uma construção abandonada, esta sim, a casa de uma família caiçara (Figura 2, apresentada no primeiro capítulo), que acabou não derrubada no processo de expulsão das famílias da vila. Tratava-se, simplesmente, da casa onde morava a prima do guia caiçara local que conduzia nosso grupo. Nota-se naquela fotografia uma placa encontrada em diversos terrenos nas proximidades do lugar em que estávamos. Segundo os guias, as terras “da” Fazenda São Gonçalo, hoje, são de “propriedade” de outro grupo empresarial.

Com a sensibilidade de quem viveu todo esse conflito e demonstrando um profundo conhecimento sobre a história de seu povo e de seu território, o guia caiçara local olhava para a mata, apontava e dizia: “aqui a gente tinha a mercearia do Marinho, a peixaria do Vanil, a gente tinha os moradores que moravam já no entorno da praia de São Gonçalinho, existiam as casas... minha prima morava aqui”. Em nossa imaginação, íamos reconstruindo a vila caiçara. Sobre o processo de destruição das casas, vejamos o que diz o guia caiçara local:

No processo de destruição das casas a gente também começa a ter o que? A perda de território, a perda da história, a perda da identidade (...) Eles compravam ou eles expulsavam e a medida mais rápida que tinha era destruir os vestígios. Então, quando a gente acessa e entra aqui pela mata e começa a andar em alguns pontos, uns rapazes, até agora recentemente, tentaram retomar o território, então começaram a limpar, as famílias queriam voltar, e eles começaram a ir onde eles moravam, e aí eles começaram a limpar o chão e apareceu o piso da casa todo intacto. Era aquele vermelhão, que usava muito, o piso queimado e colocava o vermelhão no chão. Então vários lugares eles começaram a raspar e reencontraram as suas casas.

Como podemos imaginar, essa tentativa de retomada das terras da vila de São Gonçalinho foi rapidamente reprimida pela empresa. Ameaçando novamente as pessoas, contando com o apoio de camburões da Polícia Militar e apoiada em uma ordem judicial que determinava que os caiçaras não entrassem mais na área, não houve dificuldade em barrar a investida dos caiçaras de voltar a seu território. Ainda sobre esta questão, os guias comentaram que não viam essa tentativa de retomada do território por parte de algumas famílias, da forma como foi feita, como uma boa estratégia. Entendiam que para a retomada seria necessário um movimento organizado, apoiado em decisões judiciais ou contemplados em uma política pública voltada ao ressarcimento das perdas e o reconhecimento de que se trata de um território caiçara. Uma política formulada após um processo de resgate histórico e de localização de onde estão hoje estas famílias ou os seus descendentes, para reassentá-las de onde foram expulsas.

Sobre o processo de compra das posses dos caiçaras por parte da Fazenda, segundo os guias, ocorria que os posseiros recebiam propostas muito sedutoras. Essas propostas se aproveitavam do fato de, na época, não existir em São Gonçalo infraestruturas básicas como luz elétrica, assim como não existia a rodovia. A estratégia de convencimento das famílias se apoiava em diversos pontos. Envolvia comentar que, ao venderem suas posses e se transferirem para a cidade, as crianças teriam acesso a uma escola melhor e um futuro mais promissor. Tentavam, também, mostrar aos posseiros como seria vantajoso se aproveitar da altíssima inflação da época e investir o

dinheiro da venda do terreno no banco para obter um retorno duas, três vezes maior e, com isso, eles nunca mais precisariam trabalhar. Porém, essa conta não correspondia à realidade. Passado um tempo da venda da posse e da compra de uma pequena casa no centro de Paraty, as famílias, ao perceberem que não conseguiriam mais se manter ali, acabavam vendendo novamente seu imóvel e se transferiam para bairros periféricos que já vinham recebendo milhares de pessoas, vítimas das expropriações territoriais, vindas de suas localidades, das ilhas e dos sítios. Assim que se formaram os bairros periféricos do centro de Paraty, como, por exemplo, o bairro Mangueira, o Ilha das Cobras e a Chácara da Saudade. Consequentemente, o que se viu foi o aumento da criminalidade, devido à falta de estrutura e de oportunidades a essas pessoas. Paraty é considerado, atualmente, o município com a maior taxa de homicídios do Estado do Rio de Janeiro, quando se faz uma relação entre o número de casos e a população existente (WAISELFISZ, 2016).

Todo este processo de violência contra os moradores das vilas, destruição de suas casas e expulsão de seu território, somado aos processos de compra das posses que acabamos de relatar, foi deixando a Fazenda São Gonçalo/White Martins como “proprietária” de uma extensa área, praticamente injustificável. A resistência se formou e se fortaleceu após a morte do carteiro de São Gonçalinho. Sobre este assunto, vale novamente destacar a fala do guia caiçara local:

A Fazenda, uma das coisas que eles não se atentaram, também um movimento do mal nunca é perfeito, não é? Era não ter comprado tudo. Porque eles ficariam com toda essa área para eles, a comunidade não voltaria, e hoje criou essa resistência. Com a morte do carteiro de São Gonçalinho e toda a mobilização, houve uma repercussão nacional e internacional, eles não conseguiram o objetivo principal, que era fechar as praias para os empreendimentos privados. Existia um projeto ousadíssimo da multinacional que era do desvio da BR-101, da Rio-Santos, em um trecho mais a frente, aqui próximo à vila de Tarituba, passando por trás do Parque Nacional da Serra da Bocaina, para que, nesta área, não tivesse o tráfego de carros e o contato de pessoas, pra fazer um grande *resort* nessa região, isso já nos anos 1980, 1990.

Lembremos que no estudo antropológico realizado em São Gonçalo, que teve como objetivo levantar os impactos socioambientais do projeto da multinacional para a comunidade de São Gonçalo, a proposta da Fazenda São Gonçalo/White Martins era de erradicar toda a população ribeirinha de São Gonçalo e São Gonçalinho (DUARTE, 1998, p. 14), como estratégia para que o projeto conseguisse passar pelo licenciamento ambiental que era necessário realizar.

Seguimos em nossa caminhada até chegarmos à praia de São Gonçalinho. A pequena praia encanta por sua beleza e transmite um sentimento de tranquilidade, bem diferente do que ocorrera no passado no decorrer de todo o conflito que estamos tratando. Destoando da paisagem, um marco de cimento (Figura 6) construído em frente a algumas pedras chama a atenção. Percebe-se, também, que as pedras à frente dele foram depositadas ali propositadamente. Observando mais de perto, é possível observar a existência de algumas letras grafadas no próprio cimento no sentido vertical e um olhar mais atento permitiu a leitura das palavras: White Martins (à esquerda) e Fazenda S. Gonçalo (à direita). Inacreditavelmente, a White Martins/Fazenda São Gonçalo

construiu um marco com seu nome na areia da praia de São Gonçalinho. Queriam ou não dizer com isso que a praia era deles? E as pedras em frente? Foram colocadas pelos antigos moradores da vila de São Gonçalinho, pelos caiçaras, que dispuseram elas ali para servirem de base a uma estrutura que formava um pequeno cais, que auxiliava o embarque e o desembarque nos barcos. A fazenda destruiu o cais e construiu seu marco.



Figura 6 - Marco de cimento com os dizeres: White Martins Fazenda São Gonçalo construído na areia da praia de São Gonçalinho – 27 mai 2016. Fotografia de autoria própria.

No decorrer desta pesquisa, ao buscarmos informações sobre os lugares investigados em sites de buscas na *internet*, não é raro encontrar páginas destinados ao turismo de massa anunciando a praia de São Gonçalinho da seguinte forma: “A praia de São Gonçalinho ou praia da White Martins...”. Nestes anúncios, fica evidente a força que este marco possui, mais claro ainda, fica a falta de questionamento ou a pouca importância dada ao fato de se ter um marco com o nome de uma empresa em um espaço público.

Neste ponto do roteiro, tivemos a oportunidade de conhecer o filho do carteiro de São Gonçalinho, que se mantém com sua família morando naquela praia, resistindo e, ainda hoje, brigando na justiça por seus direitos. A família possui um bar na praia, fruto do trabalho de toda a vida. Em nossa rápida conversa, ele reforçou toda a história das vilas de São Gonçalinho e São Gonçalo narradas pelos guias, destacando a existência da escola, da igreja, das casas das famílias e do campo de futebol, tudo destruído durante o conflito com a Fazenda São Gonçalo. Sobre o campo de futebol, é possível entender a importância social dos eventos esportivos que eram realizados nele e a ideia de comunidade que estamos trazendo nesta pesquisa, na fala abaixo do guia caiçara local:

O intercambio esportivo era legal, porque a comunidade de Tarituba vinha com o barco, com o seu time, parava aqui no campo, próximo da praia. As comunidades que vinham da costeira chegavam para jogar futebol aqui. Então era o ponto de encontro para as atividades. O esporte daqui da época era o maior evento cultural que existia, porque era o encontro dos fins de semana. No domingo, as famílias se arrumavam, as esposas passavam as camisas, tinha todo aquele ritual, aquela coisa maravilhosa. Durante a semana se via as camisas estendidas no varal das pessoas. Tinha o estandarte as bandeiras. E aí

essas coisas, quando se vai dizimando as comunidades, logicamente, elas também acabam. A cultura, os bailes que eram feitos nas casas, tudo foi se perdendo. Se perdeu muito.

Essas palavras nos remetem à ideia da crise que uma sociedade enfrenta quando seu território é questionado ou vira objeto de disputa. Vimos com Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006, p. 163-164), no capítulo anterior, que uma sociedade fica em uma situação delicada em relação a sua existência quando tem seu processo de formação interrompido ao estar inserida em um contexto de disputa territorial. Isso fica claro na fala do guia ao apontar que, com a destruição da vila de São Gonçalinho, por eles considerado o lugar de encontro das comunidades, todo o momento de lazer dos caiçaras e seus eventos culturais foram desaparecendo no decorrer do conflito.

Ainda em São Gonçalinho, dirigimo-nos até um mirante localizado nas pedras de um dos extremos da praia. Dali se tem uma visão panorâmica de toda a praia e é mais um ponto onde os guias narram outro episódio da história de São Gonçalo. Estávamos de frente para o Morro do Arpoar, que separa as praias de São Gonçalinho e São Gonçalo. Existem evidências que, no alto deste morro, foi construída uma capela em homenagem a São Gonçalo, que acabou destruída por indígenas em um confronto com os padres, no período colonial. Os escombros e objetos desta capela encontram-se, hoje, no fundo do mar, do outro lado do morro, já na praia de São Gonçalo, existindo até mesmo um ponto de mergulho para visualização. Isso só reforça o quão antiga é a ocupação daquelas terras. Retornaremos a esse caso mais adiante.

Sáimos do mirante, atravessamos toda a praia de São Gonçalinho até o lado oposto e por uma pequena trilha, aos pés do Morro do Arpoar, chegamos à praia de São Gonçalo. Nesta pequena trilha, adentrando um pouco mais pela mata fechada, foi possível observar escombros de antigas casas. Orientados pelos guias de forma semelhante como foi feito na entrada de São Gonçalinho, nosso exercício de imaginação agora era de reconstruir a vila de São Gonçalo de onde, da mesma forma, muitas famílias acabaram expulsas.

A praia de São Gonçalo, também muito bela, impressiona por sua extensão, pois são quilômetros de praia. Percorremos alguns deles em uma caminhada até chegarmos ao local onde o grupo se dividiu e, em dois barcos, seguimos para vivenciar o eixo náutico do roteiro, tendo como primeiro destino a Ilha do Pelado.

Neste primeiro trecho do roteiro, observamos que as ideias de lugar e de território se misturam ao longo da narrativa dos guias locais. Em um primeiro momento, o lugar aparece nas considerações sobre a história da comunidade. A caminhada nas trilhas, os bananais, as tropas de burros, as roças de subsistência, o isolamento com relação aos centros urbanos, são exemplos que nos levam a ter essa percepção. Porém, minutos depois, o território se manifesta na conversa sobre o extenso palmital da empresa, já uma marca do conflito territorial. Evidencia-se, ainda mais, na história da destruição das vilas, na guarita e casas abandonadas e no marco de cimento da White Martins na areia da praia de São Gonçalinho.

3.2 - Ilha do Pelado – O conflito atual com órgãos ambientais



Figura 7 - Chegada à Ilha do Pelado - 27 mai 2016. Fotografia de autoria própria.

A travessia de barco saindo da praia de São Gonçalo nos levou até a Ilha do Pelado, onde uma família caiçara, também vítima do processo de destruição das casas e de expulsão das vilas, trava, atualmente, uma luta judicial para manter seu comércio em funcionamento. A figura 7 retrata a chegada do barco que conduzia um de nossos grupos. No centro da imagem, é possível observar a placa do estabelecimento comercial.

Segundo o guia local, a Ilha do Pelado e, principalmente, o fato de existir uma família caiçara mantendo ali uma atividade comercial, é um fator de extrema importância para a comunidade no que diz respeito à resistência em seu território. A comerciante que nos recebeu é nativa de São Gonçalo e pertence a uma família que ocupa aquele lugar há mais de 100 anos. Atualmente, a atividade realizada tem uma importância significativa, não só por marcar a presença caiçara mas, também, pela geração de renda a diversas famílias que acabam se beneficiando direta ou indiretamente dela.

No caso, não são apenas grupos ligados ao turismo de base comunitária como o nosso que chegam à ilha, pelo contrário, o público mais significativo é de turistas diversos que se utilizam do serviço de barqueiros que fazem a travessia partindo da praia de São Gonçalo. Oito barcos onde trabalham o marinheiro e seu ajudante fazem hoje esse serviço, o que totaliza dezesseis pessoas ocupadas apenas com essa atividade. Todo o pescado e demais produtos servidos ali são comprados dos pescadores e agricultores locais e o gelo vem da comunidade de Tarituba, pois não há eletricidade no estabelecimento. Assim, a atividade de uma família acaba beneficiando algo em torno de 60 pessoas.

Mas se o pequeno bar da família caiçara hoje está em funcionamento, isso se deu com muita luta e resistência. Pressões de todos os tipos recaem sobre eles, desde milionários oferecendo fortunas para que a família venda a sua posse, até a ação do poder público que questiona a legalidade do estabelecimento. O guia do roteiro nos conta a história da ilha:

A ilha do Pelado é usada pelas populações tradicionais e faz parte de nosso território há dezenas de anos. Só que, com a pressão da especulação imobiliária na região, as pessoas foram saindo e abandonando. Aí apareceu uma pessoa aqui, um sheik, um árabe, dizendo-se dono da ilha. Então houve o primeiro processo de interdição. Ele moveu uma ação de reintegração de posse e o bar ficou fechado por 8 meses. Esse processo tramitou, o advogado conseguiu recorrer e aí a família conseguiu reabrir. Funcionou por mais um período e aí apareceu esse senhor aqui agora, que se diz dono da Ilha. Ele é médico já tem outra ilha aqui em Paraty, e comprou a posse de um caiçara, que é ali de Tarituba e que tinha uma posse aqui na ilha. A partir desse momento, ele começa a fazer também essas articulações com os órgãos ambientais que, muitas vezes, até tentam nos defender. Mas o gestor da época não tinha essa sensibilidade que tem o gestor hoje, então ele vem e o que fez o gestor? Não esgotou o diálogo aqui e já chegou de forma punitiva.

O entrave ambiental com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), que está sendo tratado judicialmente, ocorre pelo fato de a Ilha do Pelado estar inserida dentro da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, instituída pelo Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983. Alheios a toda importância social e econômica do estabelecimento comercial, foi realizada, em 2012, uma operação de órgãos ambientais na Ilha do Pelado, que resultou na emissão de uma multa altíssima à comerciante por considerarem sua atividade como potencialmente poluidora. Tal ação deu início a um processo federal que ainda tramita. Passado algum tempo, o mesmo instituto propôs um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo condições para que o estabelecimento funcionasse por mais três anos, sendo que, ao final deste período, ele deveria ser completamente desinstalado. Importante salientar que o comércio não possui energia elétrica e existe a preocupação de se levar o lixo produzido para o continente, assim como, de conscientização dos turistas que façam o mesmo com o lixo gerado por eles. Até mesmo se controla a quantidade de pessoas que chegam à ilha de acordo com a carga estabelecida.

As famílias caiçaras de São Gonçalo se juntaram à família da comerciante nesta luta, pois não aceitavam este Termo de Ajustamento de Conduta, entendendo que a única forma de os caiçaras continuarem podendo acessar a ilha é com a permanência e o funcionamento do estabelecimento comercial. Perder essa luta significaria mais uma ilha privada no município de Paraty, pois, além da pressão de órgãos ambientais, a família vem recebendo propostas milionárias para vender sua posse.

O momento de diálogo com a comerciante na Ilha do Pelado revelou uma importante faceta do turismo de base comunitária. Por se tratar de um dia com um movimento considerável, a atividade propiciou que, não só o nosso grupo, mas também os diversos turistas que estavam na ilha pudessem conhecer toda a história que estamos narrando. Para tanto, antes das falas, os guias e a própria comerciante convidaram essas pessoas a participarem da conversa. Juntou-se ao grupo pessoas de diversas partes do Brasil que, não só escutaram a história, mas se colocaram sobre os assuntos debatidos.

Ao dialogarmos sobre a resistência caiçara no território, sobre a ideia de espaço público no que diz respeito à privatização de praias e ilhas, sobre a ação desigual de órgãos ambientais e do poder público ao questionar as atividades caiçaras e não agir

com a mesma contundência sobre empreendimentos privados, entre outros assuntos, os caiçaras estavam se colocando politicamente e, com a estratégia de fazer isso em um roteiro de turismo, atingiram um número considerável de pessoas, solicitando, ainda, que aquelas informações não parassem em nós e que fossem multiplicadas para ganharem um alcance ainda maior.

Além disso, foi possível perceber com a discussão que o roteiro que estávamos vivenciando funcionou muito bem para o debate em torno da questão de espaço público. Como vimos no capítulo 1, a Legislação Federal com a Constituição Federal de 1988 e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro criado no mesmo ano, são claros ao colocar as praias e ilhas como bens da União. O guia local que nos acompanhava, porém, afirmou que, ao contrário disso, o que se vê por toda a região são praias e ilhas privadas, mostrando que não se cumpre o que a legislação prevê:

A Constituição diz que as praias e ilhas são direito da população, e a Constituição garante isso. No papel. A gente roda diversas ilhas hoje aí e a primeira coisa que tem é um cachorro labrador, um cachorro Hotvailer na praia. Quando você encosta o seu barco você já está ameaçado.

Em nosso entendimento, o roteiro caiçara, ao colocar em diálogo o conhecimento local dos guias e da comerciante com os conhecimentos dos estudantes e professores que compunham o grupo, acrescido dos turistas que participaram da conversa, propiciou uma situação em que nos aproximamos de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2009a, p. 44-45). Todos os presentes reconheciam e respeitavam a pluralidade de conhecimentos existentes naquele diálogo, os quais foram colocados em interação sem que nenhum se sobrepusesse ao outro. Nesse momento de produção de conhecimento a partir do interconhecimento, as questões levantadas sobre a ideia de espaço público e sobre a ocupação das ilhas, assim como os entraves com a legislação ambiental que a comunidade caiçara enfrentava, puderam ser interpretadas por todos, tendo como base informações diversas advindas de diferentes pessoas de variadas formações, não importando se eram conhecimentos científicos ou não.

Para complementar as explicações sobre a sua história de vida, a comerciante caiçara fez uma fala que mostrou o quanto a Ilha do Pelado é importante para ela e para sua família. Apesar de todas as dificuldades, estava, naquela ocasião, com 22 anos de trabalho na ilha, sempre preocupada com sua preservação, reforçando a relevância econômica em relação à geração de trabalho e renda que o funcionamento de seu estabelecimento garantia para a comunidade. Em um determinado momento, descreveu a ação dos órgãos ambientais:

Na época eu passei muito sufoco. Vivia pressionada pelos órgãos ambientais. Eles vinham aqui de lancha e traziam seguranças, tudo camuflado, com metralhadora, falando: ‘você tem que tirar as mesas e desarmar tudo agora, põe tudo no barco e leva embora’. E eu acuei, e falei: ‘meu deus, o que está acontecendo?’ Tinha comprado mercadoria e perdi muita coisa. Ele falou assim: ‘você só tem o direito de vir na ilha e abrir o bar só lá dentro, não pode botar uma mesa nem vender uma água e não pode trazer um turista. Se você trouxer vai ser multada’. Vinte mil reais de multa que ele me deu falando que eu jogava casca de coco ali, me dizendo que eu estava poluindo e que

queria saneamento básico que nem na cidade tinha! Falei: ‘meu deus, isso é um massacre’.

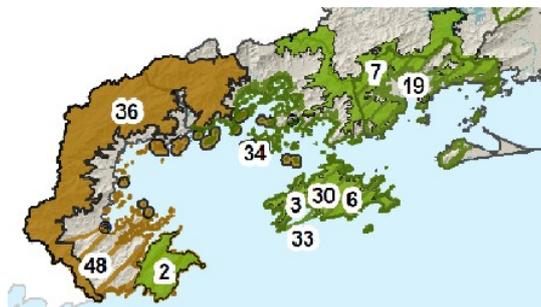
Espalhando sua história em todo lugar por onde passava e contando com a mobilização da comunidade, de turistas e de pessoas que se solidarizaram com sua luta, ela e sua família continuam trabalhando na ilha e se defendendo, com auxílios de advogados, no processo ambiental ainda em curso.

De fato, uma situação complexa, pois, a cada troca de gestão que se dá na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, os caiçaras se deparam com formas diferentes de se olhar para o caso. Na ocasião, comemoravam o fato de terem uma boa relação com o gestor em atividade que, inclusive, sensibilizava-se com a causa caiçara e demonstrava o interesse em cancelar o Termo de Ajustamento de Conduta emitido à comerciante para retomar o diálogo, pensando em propor um Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS⁸. Tal modelo, menos restritivo, seria a primeira experiência com essas características em Paraty.

Recentemente, em novembro de 2015, caiçaras de Ilha Bela no litoral norte de São Paulo foram contemplados com um Termo de Autorização de Uso Sustentável Coletivo concedido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU). No caso, foi concretizada uma titulação coletiva em área de domínio da União para que as comunidades da Baía de Castelhanos assegurassem suas posses tradicionais e sua permanência no local de forma regular (OBSERVATÓRIO, 2016).

A visita à Ilha do Pelado nos mostrou, com o exemplo da comerciante caiçara, o quanto é problemática a implantação de Unidades de Conservação em locais habitados por povos tradicionais. A principal questão a se levantar é que a população local raramente é consultada ou participa dos processos de delimitação de Parques Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental, Estações Ecológicas etc. Fato que se deve contestar, pois é ela, na grande maioria dos casos, a principal prejudicada com as restrições impostas.

Figura 8 - Unidades de Conservação da Natureza no Estado do Rio de Janeiro – Municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty



Fonte: INEA, 2014.

2 - R.E. da Juatinga

3 - REBIO da Praia do Sul

6 - P.E. da Ilha Grande

7 - P.E. Cunhambebe

19 - APA de Mangaratiba

30 - APA de Tamoios

33 - RDS do Aventureiro

34 - ESEC de Tamoios

36 - PARNA da Serra da Bocaina

48 - APA de Cairuçu

⁸ O Termo de Autorização de Uso Sustentável - TAUS foi definido pela Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010 da Secretária do Patrimônio da União como o instrumento legal para que determinadas áreas da União sejam destinadas a povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2010).

No caso dos caiçaras de São Gonçalo e de comunidades vizinhas como a de Tarituba, a implantação da Estação Ecológica de Tamoios (nº 34 no mapa acima) restringiu a pesca na proximidade da costa e das ilhas, o que dificultou a vida dos pescadores artesanais que, para poder pescar respeitando a legislação, precisam navegar para o mar aberto. Isso é uma questão relevante, pois, na maioria dos casos, os pescadores não possuem barcos e equipamentos adequados para a pesca em alto mar e ainda precisam competir com as embarcações de pesca industrial.

Como vimos, a Ilha do Pelado está inserida dentro da Área de Preservação Ambiental de Cairuçu (nº 48 no mapa acima e representada na cor marrom claro), que não permite nenhum tipo de edificação de cunho comercial em seu interior, o que explica o processo federal que a comerciante caiçara responde judicialmente. Para completar a complexidade do caso estudado, seguindo para o interior do continente pela Estrada de São Gonçalo, poucos metros separam os agricultores do Parque Nacional da Serra da Bocaina (nº 36 no mapa). A sobreposição de Unidades de Conservação acaba resultando em diversas interpretações sobre as respectivas legislações. Já as ações punitivas dos órgãos ambientais responsáveis têm sido impetradas, em sua maioria, sobre a população nativa. Nas palavras do guia local:

É uma resistência o tempo todo, o tempo todo a gente está sendo intimado para responder processo na justiça federal, a gente está fazendo mobilização, assim como, diversos casos de nossos companheiros de comunidade tradicional que respondem processo federal e estão nessa luta. A gente não sabe até quando nós vamos conseguir resistir. A cada dia a gente dorme não sabendo o que vai acontecer no outro dia. Mas a resistência está aí. Hoje a gente vê a ilha com turistas, vocês da universidade que com certeza levam essa mensagem para universidade e vêm conhecer o território que é lindo maravilhoso. As belezas naturais são maravilhosas, mas, por trás disso, tem todo um conflito.

Considerando o que ouvimos dos sujeitos locais, a resistência da família da comerciante na Ilha do Pelado é fundamental para a territorialidade caiçara. Percebe-se, também, que o caso sintetiza os dois principais conflitos com que a população local vem se deparando: o territorial e o ambiental. A pressão da especulação imobiliária representada pelo empresário que a qualquer custo quer comprar a posse da família atualiza o conflito territorial que ocorreu nas vilas caiçaras. Já a disputa judicial para manter o comércio em funcionamento na ilha representa as dificuldades que os caiçaras e outras comunidades tradicionais da região estão tendo com a legislação ambiental vigente, instituída sem a consulta ou a participação dessas populações.

3.3 - Gruta das ossadas, Ilha do Cedro, Ilha do Breu e Costeira do Arpoar

Novamente nos barcos, seguimos para completar o eixo náutico do roteiro que, naquele momento, teve como objetivo levar o grupo para conhecer a história de outras ilhas do entorno das praias de São Gonçalo e São Gonçalinho.

A primeira parada se deu após contornarmos a própria Ilha do Pelado. Em meio às pedras da ilha, existe uma gruta em que foram encontradas ossadas humanas. Os guias nos informaram que, até pela falta de estudos mais aprofundados, não se sabe ao

certo qual é a explicação para a existência das ossadas naquele local. O fato ressaltado por eles foi que qualquer tipo de estudo ou visita mais detalhada à gruta seria dificultada por se tratar de uma ilha privada e o proprietário não permitir a realização de atividades turísticas ou pesquisas em sua ilha.

O segundo ponto de parada escolhido para ser apresentado a nós não se deu em nenhuma ilha, mas sim, no meio do trajeto entre a Gruta das Ossadas e a Ilha do Cedro, que comentaremos mais adiante. Isso porque uma cena chamou a atenção do guia. Nossos barcos se aproximaram de um lugar de águas muito calmas, condição ideal para um “estacionamento de iates”. Como é possível observar na figura 9, apenas nesse enquadramento da fotografia, temos em torno de 10 embarcações entre iates e lanchas luxuosas. O guia nos explicou que esse fenômeno de águas calmas é conhecido como “embate perfeito” – o lugar protegido de qualquer tipo de vento. A Ilha do Cedro ao fundo faz essa proteção, o que garante que ali seja um excelente lugar para ancorar embarcações. Segundo ele, parte desses iates e lanchas chega à Paraty vindos do Iate Clube de Santos e da Marina da Glória no Rio de Janeiro.



Figura 9 – Estacionamento de iates. 27 mai 2016. Fotografia de autoria própria.

Com essa imagem podemos mostrar a clara distinção entre o turismo de base comunitária e o turismo em si como atividade econômica, elitizada, que gera produtos que constituem a forma confortável e prazerosa de se viver, como vimos com Luzia Neide Coriolano (2006, p. 368), no capítulo 1. Nossos grupos em pequenos barcos de madeira, participando de um roteiro conduzido por guias caiçaras que, horas antes, já haviam nos contado a história de destruição de suas vilas por uma multinacional e mostrado a dificuldade que a população local enfrenta com questões de âmbito ambiental, com o caso da Ilha do Pelado, contrapondo-se a famílias em suas luxuosas embarcações preocupadas apenas em usufruir da beleza do lugar e de seu prazeroso momento de lazer.

Mais do que isso, tivemos, naquele momento, a sensação de um choque entre territorialidades: de um lado, o roteiro caiçara e, de outro, o estacionamento de iates. Quando as duas territorialidades se encontraram, os olhares que recebemos pareciam dizer: “porque estão aqui nos incomodando?” Curioso também é pensar sobre a profunda relação do roteiro caiçara com o território, contrapondo-se à ausência de

preocupação das famílias dos iates quanto à questão territorial ou ambiental relacionada aquela localidade. Esses últimos podiam estar ali ou em qualquer outra calma baía da costa brasileira ou do Caribe.

Após mais alguns minutos de navegação, paramos em frente à Ilha do Cedro. Trata-se de uma das maiores ilhas da região, com uma história interessante no que diz respeito a sua ocupação por famílias caiçaras. O guia nos apresentou a ilha, dizendo que, nas décadas de 1960-1970, era um lugar ocupado pela população local. Com a crescente especulação imobiliária que, como vimos, ganhou força nesse mesmo período, essas famílias acabaram deixando a ilha. Porém, nos últimos 15-20 anos, vem ocorrendo um movimento de retomada dessas terras por parte desses moradores que, por serem os antigos donos das posses, sentiram-se no direito de voltar e, aos poucos, estão novamente estabelecendo suas moradias e reorganizando a comunidade.



Figura 10 – Ilha do Breu. 27 mai 2016. Fotografia de autoria própria.

Seguindo o roteiro, o próximo lugar visitado foi a Ilha do Breu (Figura 10). Uma ilha privada que foi bastante modificada pelo proprietário, para que se possibilitasse construir um empreendimento turístico. No momento em que passávamos por ela, parecia estar havendo uma festa, a música era alta e a ilha estava repleta de turistas. Como é possível observar na fotografia abaixo, existe um *deck* de madeira em toda sua extensão e bandeiras de diversos países formam a decoração. Vejamos a fala do guia sobre a ilha:

Essa ilha era como se fosse uma laje, uma pequena porção de terra. Para aumentar e possibilitar esse empreendimento, o proprietário foi construindo o *deck* em volta. Então deu um impacto muito grande e depois ele foi penalizado. Aqui tem bangalôs, essa parte de fora tem uns apartamentos para hospedagem, com espelhos que você vê o fundo do mar. Enfim, é um lugar exótico. Só que uma agressão ao meio ambiente e à legislação vigente do nosso país. Ele sofreu intervenção. E tem uma situação também muito curiosa. Tinha tipo um zoológico aqui, com muitos animais na ilha. E aí, numa operação do Ibama⁹, o proprietário se agarrou num animal que ele gostava

⁹ No dia 9 de fevereiro de 2006, o jornal O Estado de São Paulo publicou reportagem sobre uma das operações da Polícia Federal em conjunto com o IBAMA realizada na Ilha do Breu. Na ocasião foi

muito, que era uma preguiça, pegou a lanchinha dele e foi sentido Tarituba. Daí pegou o carro, botou o bicho e foi embora sentido Paraty. E aí fizeram uma operação esse dia com helicóptero, polícia rodoviária federal, foram monitorando ele e, chegando próximo à Paraty, fecharam o carro dele. Pousaram ali no asfalto e prenderam. Então deu muita visibilidade esse caso aqui da Ilha do Breu. É um empresário de São Paulo, ele alugava isso aqui para festas, para casamento, então constantemente tinha grandes eventos, uma vez ele alugou e virou uma casa de prostituição.

Como a Ilha do Breu também está inserida dentro da Área de Proteção Ambiental de Cairucu, o proprietário, assim como a comerciante caiçara da Ilha do Pelado, responde a processos ambientais junto aos órgãos competentes. Mas é nítida a diferença entre as duas situações e isso é um fator que deveria ser considerado pelo poder público ao julgar cada caso. De um lado, uma família caiçara com um estabelecimento comercial de fundamental importância social e econômica para a comunidade que, ao resistir ali, reforça a presença caiçara no território e movimenta a economia local. Do outro, a ilha privada de um empresário paulista que, de acordo com seu próprio interesse, aluga seu empreendimento turístico para eventos.

O último ponto que paramos para completar o eixo náutico do roteiro caiçara foi na costeira da Ponta do Arpoar. O Morro do Arpoar faz a divisão das praias de São Gonçalinho e São Gonçalo e é um lugar bastante significativo para a história local. Segundo o guia, sem conseguir precisar datas, mas acreditando ser em algum período do século XVI ou XVII, foi construída no alto do morro uma capela dedicada a São Gonçalo e um hospício (casa de hospedagem). Acredita-se que a escolha do lugar para a construção se deu por se tratar de um ponto estratégico, de onde se teria uma visão completa da região. Porém, em determinado momento, houve um conflito entre os padres e os indígenas que habitavam aquelas terras. Vitoriosos, esses últimos mataram os padres e acabaram destruindo as construções cujos escombros se encontram, hoje, no fundo mar na costeira da Ponta do Arpoar, na praia de São Gonçalo. Formou-se ali um ponto de mergulho e foram feitas algumas pesquisas preliminares sobre esse caso, mas não existe até então nenhum estudo arqueológico mais aprofundado para a datação desse material e a compreensão da história da capela de São Gonçalo.

Para nos contar essa história, o guia se apoiou, além do conhecimento que já detinha sobre o caso, em um interessante estudo realizado pelo historiador Diuner Mello, um dos principais pesquisadores da história de Paraty. Em seu ensaio denominado “Jesuítas em São Gonçalo?” (MELLO, 2000), o autor aponta algumas hipóteses que nos levam a identificar melhor a data em que o fato teria ocorrido e quem seriam os padres e os indígenas envolvidos nesse confronto.

Com relação à data, o historiador revela que a denominação São Gonçalo já é encontrada em 1598, quando uma sesmaria foi concedida a Veríssimo Antonio exatamente naquele local. Ela aparece, também, em um documento da Câmara de Angra dos Reis, do ano de 1661 (MELLO, 2000, p. 4). Pode-se dizer, portanto, que, provavelmente, o conflito com os indígenas e a destruição da capela tenha realmente

apreendida a coleção de animais silvestres que o empresário paulista mantinha em sua ilha. O texto destaca que, além do crime ambiental por manter os animais ali, todas as modificações estruturais que o proprietário realizou para poder edificar seu empreendimento eram irregulares (POLÍCIA, 2006).

ocorrido na passagem do século XVI para o século XVII, o que nos mostra o quão antiga é a ocupação daquelas terras.

Sobre os indígenas, apoiado na obra “Viagem ao Brasil” de Hans Staden, o autor sugere que se tratava dos Tubinambá, uma vez que foram identificadas, no século XVI, aldeias pertencentes a eles em Mambucaba e, possivelmente, em Taquari, duas localidades muito próximas a São Gonçalo (MELLO, 2000, p. 1).

Já com relação aos padres, em um primeiro momento, o ensaio aponta que foram os jesuítas os responsáveis pela construção da capela. Isso porque se levou em conta o fato de serem eles os principais responsáveis pela catequização dos indígenas, principalmente, nos séculos XVI e XVII. O autor usa um poema do padre José de Anchieta, que se remete a Paraty, para demonstrar que, no período em questão, padres jesuítas estavam pela região (MELLO, 2000, p. 2). Porém, estudos posteriores do próprio autor revelaram a informação de que houve, naquele local, a doação de sesmaria aos padres da Ordem de São Bento. Com essa informação, outro historiador, o professor Armando Barros, da Universidade Federal Fluminense, organizou uma pesquisa nos arquivos da Ordem Beneditina, que acabou confirmando a construção da capela dedicada a São Gonçalo no alto no Morro do Arpoar pelos beneditinos (MELLO, 2000, p. 5).

Com essa última parada na costeira da Ponta do Arpoar, chegamos ao fim do eixo náutico do roteiro de turismo de base comunitária dos caiçaras de São Gonçalo. Nesse primeiro dia, os guias nos levaram a uma viagem no tempo, para que entendêssemos a história e o presente daquela comunidade. Restavam ainda mais duas visitas para completar o eixo continental do roteiro, que foram realizadas no dia seguinte.

3.4 - Sítio de Agrofloresta: a agricultura dentro da mata



Figura 11 - Chegada ao Sítio de Agrofloresta. 28 mai 2016. Fotografia de autoria própria

Novamente foi seguindo a Estrada de São Gonçalo, porém agora no sentido inverso, subindo em direção à Serra da Bocaina, que chegamos ao Sítio de Agrofloresta de um agricultor local (Figura 8). No caminho se observa o parcelamento de terrenos

colocados à venda nas proximidades do sítio, o que nos remete a questão do crescimento desordenado do bairro discutido anteriormente. Os guias caiçaras nos relataram que, devido ao difícil acesso e à distância com o mar e com a BR-101, as terras que estávamos visitando naquele momento não foram objeto de desejo da Fazenda São Gonçalo/White Martins. Desta forma, algumas famílias mantiveram suas posses na parte alta da estrada. Com o tempo, as mesmas foram ficando de herança para os mais jovens. Alguns, não sensibilizados com a questão territorial dos caiçaras e, por vezes, nem se reconhecendo como tal, acabaram parcelando e vendendo os terrenos para pessoas de fora que vêm construindo suas casas de veraneio na área. A fala a seguir do guia explica um pouco essa situação:

No passado aqui era onde estavam os sítios e os bananais praticamente não existindo moradores. Das famílias que detinham suas posses, em sua maioria, parcelaram e venderam os lotes. Esse tipo de ocupação no alto do morro traz uma preocupação: construções sem o devido saneamento sobre inúmeras nascentes que alimentam os riachos que formam o rio São Gonçalo. O poder público, por sua vez, não tem se preocupado com isso e, pelo contrário, ao trazer máquinas para aumentar e melhorar a estrada de terra, acaba impulsionando este processo. As pessoas que compraram aqui, agora, querem que se coloque um calçamento. Se fizer vai incentivar ainda mais essa ocupação.

Com um posicionamento contrário em relação ao parcelamento e venda das terras, o agricultor que nos recebeu resiste com seu sítio onde são produzidos alimentos em um sistema agroflorestal. Neste sistema, a produção se dá em consórcio com a natureza, de forma orgânica com o plantio sendo praticado no meio da Mata Atlântica. Quando é necessário iniciar uma nova produção, é aberta uma clareira na mata que possibilite a entrada de luz solar e, ali mesmo, o plantio é realizado. Toda a vegetação retirada fica no solo e funciona como adubação. Após a produção e colheita, o lugar é deixado em descanso para que naturalmente se regenere. Na figura 8, é possível observar palmeiras de palmito pupunha plantadas em meio à mata.

Porém, produzir em consórcio e respeitando a natureza não é uma novidade para os caiçaras e outras comunidades tradicionais como enfatizou a guia que nos acompanhava:

A gente está indo justamente na casa de um cara que vai desconstruir aquilo que o presidente do Parque Nacional da Serra da Bocaina fala: ‘que o cara está ali prejudicando a natureza’. Ele vive em consórcio com a natureza, trabalha o manejo, trabalha com um nomezinho lá que todo mundo fala que é a agrofloresta. Esse nome veio de um tempo pra cá para as comunidades tradicionais que já viviam isso de acordo com os conhecimentos ancestrais que elas trazem das plantas. O manejo, o consórcio, isso é muito ancestral dentro do território, só foi nomeado. E como ele é uma resistência, ele fortalece os demais agricultores. A roça é a resistência de todas as comunidades tradicionais.

Durante algumas horas, tivemos uma aula de como é possível produzir alimentos sem degradar a natureza. O conhecimento do agricultor sobre cada cultura, cada processo e cada planta que estava ao nosso redor impressionou o grupo. Foi comentado que ele chega a ter em sua lavoura na mata 28 tipos de plantas diferentes. Em um

contexto atual, em que a especulação imobiliária se faz muito presente, ele se mostrou como um exemplo de resistência ao manter o sítio sem nunca ter pensado em vendê-lo e ao dedicar sua vida a essa atividade. Atualmente, como presidente da Associação dos agricultores de Paraty, vem desenvolvendo um importante trabalho de organização de mutirões e de conscientização sobre a relevância de se produzir sem o uso de defensores e adubação química. Na ocasião, parte significativa de sua produção, no caso, os alimentos que são produzidos em maior quantidade (banana, palmito, aipim e limão) estavam sendo comercializados diretamente com os municípios de Paraty e Angra dos Reis, para serem destinados à merenda escolar.

As falas dos guias e do próprio agricultor nos mostraram a dificuldade que é para ele manter seu sítio. O complicado acesso por trilhas até as lavouras no meio da Mata Atlântica já é um obstáculo que precisa ser vencido diariamente. Para escoar a produção são necessárias diversas viagens com quilos de produtos nas costas, levados até a pista para serem comercializados. É realmente uma resistência em tempos da agricultura convencional em larga escala e mecanizada.

Relataram, também, que no ano de 2004, foi realizado um projeto relacionado à prática da agrofloresta em parceria com o Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (Idaco). A atividade teve a participação da Associação de Moradores de São Gonçalo e da comunidade do Quilombo do Campinho da Independência. Basicamente, foram feitas experiências com esse sistema de produção, contando com o apoio de técnicos e engenheiros agrônomos levados pelo Instituto. Uma das etapas do projeto se deu no sítio que estávamos visitando e, como aquele agricultor já tinha por característica trabalhar suas lavouras dentro da floresta, o conhecimento local e o conhecimento técnico dos profissionais acabaram se somando garantindo um resultado bastante satisfatório para a atividade.

O que precisa ser colocado neste debate é a falta de apoio e de reconhecimento do poder público municipal com relação aos agricultores de Paraty. Os guias e o próprio produtor nos revelaram que na revisão do Plano Diretor Municipal, que ocorreu a mais de 20 anos, não foi dada a devida atenção para a agricultura. Pelo contrário, ficou claro para eles que o poder público entendia que não existiam mais agricultores no município a ponto de determinadas áreas ocupadas por essa atividade serem destinadas à especulação imobiliária. Porém, o que vimos no sítio de agrofloresta em São Gonçalo é que a agricultura resiste com os produtores organizados e desenvolvendo um importante trabalho, que coloca alimentos dentro das escolas de um Município que nem os reconhece. E as comunidades tradicionais da região têm fundamental importância nessa afirmação da agricultura, como é possível perceber na fala da guia caiçara abaixo:

Esse ano (2016), confirmando a existência dos agricultores na região. Por quê? Os agricultores estão aqui desde quando? As comunidades já produzem desde muito antes da estrada. Pois a agricultura sempre foi o principal meio de subsistência dessas comunidades. Nem sempre o mar deixa você entrar nele, né? Então, esse ano a gente recebeu a “Caravana Agroecológica”, que teve a visita de muitos alunos, inclusive da Rural e o tema da atividade foi: Há agricultor na Costa Verde. O roteiro da caravana veio do Bracuí [Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis], passou por aqui [São Gonçalo], foi para o Quilombo do Campinho e ajudou a responder justamente isso. Como é que essas comunidades sobrevivem? Quando a gente vai entrando na casa da família ali no Bracuí já se vê o palmital, o consórcio, a

agrofloresta, o quintal produz o que a família come. E tem a troca, isso as comunidades fazem e é ancestral. No mês passado eu ganhei uma bolsa de semente de pupunha do pessoal de lá.

Em nossa análise, o sítio de agrofloresta representa o principal local visitado em que mais está presente a ideia de lugar. O fato de o agricultor nos contar sua história de vida, suas andanças, desde criança, pelas trilhas no meio da mata carregando cachos de banana e todo o conhecimento que ele demonstrou explicando cada cultura e revelando uma profunda ligação com aquelas terras, permite-nos fazer essa afirmação. O avanço da especulação imobiliária vai nos fazer lembrar a questão territorial com a chegada do asfalto até ali bem próximo ao sítio e a existência cada vez maior de lotes sendo vendidos.

Após vivenciarmos a agrofloresta, fomos conduzidos a outro sítio, desta vez, para conhecermos o alambique de São Gonçalo.

3.5 - Alambique Local

A última parada do roteiro oferecido pelos caiçaras de São Gonçalo se deu no alambique local. Localizado também na parte alta da estrada de São Gonçalo, sua história é diferente das que narramos até agora. A família dona do alambique não é nativa de São Gonçalo, mas se estabeleceu por lá há mais de 30 anos. O produtor, que já foi funcionário da Petrobrás, presidiu durante algum tempo a associação de moradores em São Gonçalo. O que chama a atenção no alambique é que todo o processo de produção da cachaça é realizado ali de forma artesanal, do plantio da cana de açúcar, até a venda do produto já engarrafado aos clientes.

Diferentemente do agricultor do sítio da agrofloresta, o produtor desenvolveu uma fala mais técnica com o grupo. Utilizando-se de todo seu conhecimento, abordou a produção da cachaça, explicando passo a passo cada etapa, a destilação, o armazenamento, o envelhecimento etc. Ali escutamos, pela primeira vez, em dois dias de vivência do roteiro, expressões como: “maior produtividade alcançada”, “lucro”, “dificuldade de contratação de mão-de-obra para cortar a cana”; o que mostra uma forma diferente de se pensar a produção e se relacionar com um serviço que envolve o trabalho com a terra.

Ali o sentimento foi de estarmos em uma propriedade privada, algo que não ocorreu nos outros lugares visitados. O produtor enfatizou por diversas vezes o quanto seria importante que cada pessoa que vive da terra conseguisse tirar lucro com ela. Em seu entendimento, a região tem um enorme potencial para a prática da agrofloresta e, também, para a criação de pequenos animais. Na ocasião ele estava iniciando a criação de rãs paralelamente à produção da cachaça.

Mesmo destoando das outras etapas do roteiro no que diz respeito à própria luta territorial caiçara, o alambique faz parte do roteiro criado e é um lugar conhecido dos turistas em geral que frequentam a região de São Gonçalo, sendo um importante atrativo local.

Esse foi o roteiro de turismo de base comunitária dos caiçaras de São Gonçalo que tivemos o privilégio de acompanhar. Dois dias de aprendizado onde pudemos escutar a história e o presente de São Gonçalo pelas vozes dos próprios sujeitos locais. Um momento pleno de valorização do conhecimento local e de produção de conhecimento.

Ficou muito nítido o fator político do roteiro, trata-se de sujeitos locais narrando suas histórias de vida e de sua comunidade em um contexto que tiveram de resistir a um intenso conflito territorial. Um conflito tão brutal que de mais de 160 famílias residentes, apenas quatro seguem resistindo. A iniciativa de abordar essa trajetória em um roteiro de turismo é essencialmente política. Assim como também o é se posicionar frente às legislações ambientais. Com o eixo náutico pudemos ver como tais leis incidem sempre de forma mais punitiva sobre os caiçaras, com os exemplos do processo judicial contra a comerciante da Ilha do Pelado e o caso dos pescadores que não podem mais pescar na costa, tendo que sair para o mar aberto e competir com os barcos da pesca industrial. A agricultura orgânica praticada na agrofloresta, os mutirões, a troca de saberes entre as comunidades tradicionais, a rede de compartilhamento de produtos e sementes caracterizam um posicionamento político frente às monoculturas, à agricultura mecanizada, os transgênicos e ao mercado no geral.

E toda essa ação política se dá a partir do conhecimento que esses sujeitos possuem de suas histórias e sobre as atividades que realizam. Lemos um pouco sobre o conflito territorial em trabalhos que se atentaram a ele, mas o detalhamento dos fatos e a visualização das marcas que ficaram só foi possível vivenciando o roteiro caiçara. O mesmo ocorreu na Ilha do Pelado, onde quem nos contou sua luta foi a própria comerciante. A história de cada ilha veio nas falas dos guias locais e, por fim, a sabedoria do agricultor em seu sítio de agrofloresta que já comentamos. É evidente, portanto, que o roteiro se revela como uma iniciativa que valoriza a cultura caiçara e evidencia o conhecimento local.

Fazendo uma relação entre o turismo de base comunitária e o referencial teórico pós-colonial, acreditamos que o caso de São Gonçalo nos permitiu ver, na prática, muitos dos debates que trouxemos ao longo da pesquisa.

Em primeiro lugar, a colonialidade/modernidade de Anibal Quijano (2009). Como já exposto, ela está nítida em todo o processo histórico do conflito territorial entre a população local e a White Martins, em que a multinacional toma para si o território caiçara com o intuito de construir um *resort*. Está tudo ali manifestado nas falas dos guias que nos narram o conflito, nas ruínas das casas dos caiçaras, na guarita abandonada tomada pelo mato, no marco de cimento na praia de São Gonçalinho e no medo que alguns moradores ainda sentem. No caso da Ilha do Pelado, que evidenciou os entraves com a legislação ambiental, percebemos a colonialidade/modernidade na própria forma como as leis são elaboradas, ao serem implantadas sem a devida participação da população local e, em grande medida, atuando contrariamente aos seus modos de vida. O turismo de base comunitária, ao evidenciar as histórias e as territorialidades de povos que foram subjugados e inferiorizados pelo pensamento moderno colonial, significa uma estratégia de defesa dessas populações e de questionamento.

O roteiro caiçara permitiu também que apresentássemos uma discussão sobre os conceitos de lugar e território, apoiando-nos em Arturo Escobar (2005) e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006), para, em seguida, trazermos uma reflexão sobre territorialidades em tensão com a modernidade. Em determinadas passagens de nossa

análise do roteiro, identificamos situações em que cada um daqueles conceitos nos ajudava a interpretar a realidade. Assim, a pesquisa sobre o turismo de base comunitária de São Gonçalo se mostrou um caminho pertinente para que trabalhássemos considerando a perspectiva da população local.

Por fim, lembrando-nos do que aprendemos com Boaventura de Sousa Santos (2009a), estamos diante de uma experiência de resistência subalterna que se apresenta como uma possibilidade de aproximação a uma ecologia de saberes. Um turismo alternativo, protagonizado pelos sujeitos locais, reforça uma inserção na globalização de forma contra-hegemônica. Tal iniciativa promove, também, o encontro entre culturas e saberes, provocando o diálogo entre elas na produção de conhecimento. Tudo isso ficou muito claro no roteiro caiçara, principalmente, na conversa com a comerciante da Ilha do Pelado e na visita à agrofloresta.

4. Conclusão

Esta pesquisa voltou-se à investigação da prática do turismo de base comunitária realizado pela comunidade caiçara de São Gonçalo. Buscamos, sobretudo, ressaltar a perspectiva política desta iniciativa, considerando ser ela uma estratégia por parte da comunidade local para evidenciar seu histórico de luta pelo território, evidenciar sua cultura e seus saberes.

Tivemos o objetivo de, no primeiro capítulo, apresentar a história do conflito territorial entre os caiçaras de São Gonçalo e a multinacional White Martins. Recuperando os processos que direcionaram o litoral Sul Fluminense para a atividade turística, trabalhamos a crítica ao turismo convencional e, a partir dela, apontamos o surgimento de modelos alternativos de turismo que se apoiam na efetiva participação da população local em sua realização. Narramos o conflito territorial de São Gonçalo adotando o ponto de vista da vítima e, concluindo o capítulo, mostramos como o caso estudado é um exemplo da manifestação colonialidade/modernidade (QUIJANO, 2009) em nossa sociedade.

O segundo capítulo foi destinado a uma discussão teórica sobre os principais conceitos envolvidos na pesquisa. Apresentamos um debate que nos levou a refletir sobre as comunidades tradicionais e como podemos entender os caiçaras nos dias de hoje. Destacamos o momento atual da comunidade estudada e suas motivações para a elaboração e realização do roteiro de turismo de base comunitária. Aproximando teoria e trabalho de campo, propomos uma reflexão acerca dos conceitos de lugar, território e sobre a tensão entre territorialidades, apoiados na perspectiva pós-colonial de Arturo Escobar, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Santiago Castro Gomes e Boaventura de Sousa Santos.

No terceiro capítulo, descrevemos e analisamos o roteiro criado pelos caiçaras de São Gonçalo, tendo as falas dos sujeitos locais como principal fonte de informação. Determinados momentos do roteiro nos permitiram associar a teoria trabalhada no capítulo 2 com o que vivenciamos em campo. Buscamos, sobretudo, demonstrar como o roteiro criado significa uma ação política de resistência territorial que evidencia a cultura e o conhecimento local. Mais que isso, percebemos que o turismo de base comunitária significa um caminho para a troca de conhecimentos entre pessoas de diferentes culturas.

Destacamos que o caso que trabalhamos passa uma ideia de comunidade que extrapola a escala do lugar. Isso se explica pelo fato de inúmeras famílias caiçaras de São Gonçalo terem passado por um processo de desterritorialização que, após a destruição das vilas, resultou na saída forçada dessas pessoas para as periferias dos municípios de Paraty e Angra dos Reis. Não se pode deixar de considerar que elas são parte da comunidade caiçara de São Gonçalo, mesmo não estando morando mais naquela localidade.

A realização do roteiro de turismo de base comunitária em São Gonçalo é parte de uma ação política maior que engloba outras comunidades tradicionais da região. A mensagem passada pelos caiçaras em seu roteiro não contempla apenas a realidade daquelas famílias mas, também, coloca em destaque a realidade de outras comunidades da região como um todo. Podemos citar os exemplos dos caiçaras das praias de

Trindade e da praia do Sono, em Paraty e, até mesmo, os quilombolas do Quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, uma vez que, de forma semelhante, também sofreram em violentos conflitos territoriais e tiveram que se adaptar às mazelas do turismo convencional. Para se fortalecerem politicamente, distintas comunidades de diferentes lugares se reconhecem na luta dos outros. Isso fica claro na fala da jovem caiçara que nos guiou no roteiro em maio de 2016:

embora nosso sangue não seja tão próximo, somos todos irmãos de território: os Guarani, os quilombolas, nós. E a permanência vem da união. Eu acredito muito que todo mundo é responsável para estarmos aqui. Então, que realmente, a gente faça se transmitir esse momento, esse conhecimento, essa luta.

Abordar um conflito territorial e a resistência de uma comunidade em um roteiro de turismo demonstra que o turismo de base comunitária é uma estratégia política, social e cultural de reivindicação do território e de afirmação da cultura local (MENDONÇA et al, 2017, p. 352).

Acreditamos que as comunidades tradicionais da região do litoral Sul Fluminense, assim como do litoral norte de São Paulo, estão passando por um momento muito interessante de mobilização. Além do Fórum de Comunidades Tradicionais, existe também a Coordenação Nacional das Comunidades Tradicionais Caiçaras; a atuação das associações de moradores de cada localidade; os pequenos coletivos que vêm se organizando para trabalhar com turismo comunitário, como é o caso da Nativo's Paraty; a associação dos agricultores orgânicos de Paraty, entre outras iniciativas voltadas a pensar os direitos destas populações, buscando sua autonomia, preservando suas culturas e re-existindo em seus territórios. Essa mobilização nos ajuda a entender de que forma se estabelece o sentido de comunidade que expressamos acima.

O pós-colonialismo, como referencial teórico-metodológico, deu-nos a base para entendermos a pertinência do conceito de lugar para os estudos ligados a experiências de comunidades tradicionais, onde se sublinhou a importância do conhecimento local (ESCOBAR, 2005) e da relação do lugar com o global. Possibilitou, também, um debate sobre o território em que abordamos sua dimensão ontológica e a concepção de que pensar o território de comunidades tradicionais é estabelecer uma relação entre lugar, cultura e natureza (ESCOBAR, 2005). Deparamos-nos com tensões entre territorialidades justificadas pela colonialidade/modernidade (QUIJANO, 2009), resgatando as reflexões sobre a invenção do Outro (CASTRO GOMES, 2005) e sobre o pensamento abissal moderno (SANTOS, 2009a). Fechando o diálogo entre teoria e prática, consideramos o caso dos caiçaras de São Gonçalo e seu roteiro de turismo como uma experiência de resistência subalterna (SANTOS, 2009a), que pode ser inserida no quadro de um pensamento pós-abissal e apontar caminhos para uma ecologia de saberes (SANTOS, 2009a).

Percebe-se que os caiçaras de São Gonçalo estão em um momento muito rico de troca de experiências com outros grupos tradicionais, compartilhando saberes e produzindo conhecimentos a partir da iniciativa de realizar o turismo de base comunitária. A comunidade vê a oportunidade de pensar o seu lugar explicando o contexto em que se insere com a prática de um turismo alternativo ao turismo convencional. Neste caso, uma ação política para evidenciar o histórico de luta pelo território, fortalecer sua cultura e os saberes locais.

Retomando a problemática central da pesquisa, fica claro que o roteiro é parte de uma ação política maior de evidenciar a história de luta e resistência caiçara na região como um todo. Uma ação política também interna na comunidade em busca de uma maior mobilização para o resgate e fortalecimento da cultura caiçara local. Uma ação política em defesa de um território e de uma territorialidade observada nas falas dos sujeitos que participaram do roteiro.

As falas, por sua vez, revelam os saberes locais destes sujeitos, sejam eles históricos, quando são narrados os processos de destruição das vilas e de ocupação das ilhas, sejam eles ligados à prática da agricultura, como vimos no sítio de agrofloresta. O roteiro criado, portanto, valoriza, evidencia e propaga esses conhecimentos.

O roteiro de base comunitária dos caiçaras de São Gonçalo permite a troca de saberes ao colocar em diálogo guias locais, universidade, turistas, comerciantes, barqueiros, agricultores e moradores, significando um momento pleno de produção de conhecimentos, possibilitando reflexões sobre aspectos naturais, sociais, econômicos, ambientais, políticos e culturais da região. Assim, o turismo de base comunitária pode significar uma estratégia para as universidades incluírem de vez os saberes das comunidades tradicionais no debate acadêmico.

Por fim, é necessário encerrar esse trabalho transcrevendo o seguinte recado: “a nossa missão, mais que receber vocês aqui, é fazer com que vocês como alunos de universidade, onde vocês estiverem não percam essa história, passem essa história que é a história de luta de um povo”.

A fala acima é do guia caiçara local que nos acompanhou durante o roteiro, mas seu teor também esteve manifesto nas falas do filho do carteiro de São Gonçalinho e da comerciante da Ilha do Pelado. É importante que multipliquemos essa história para contribuir com sua luta e que cada vez mais possamos dar vós a eles. Porém, apenas escutá-los não é suficiente, é fundamental que estas vozes incidam na elaboração de políticas que estejam voltadas a melhorias de suas condições de vida. As políticas, sejam elas voltadas ao desenvolvimento local, à escolarização, à proteção ambiental ou à geração de trabalho e renda, ainda raras e insuficientes, ao ser elaboradas, precisam levar em conta as demandas destas populações para que, de fato, sejam adequadas e permitam a permanência nos territórios de forma autônoma.

5 - Referências

ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 145-182, 2000.

AFONSO, H. W.; MAGALHÃES, J. L. Q. O Estado Plurinacional da Bolívia e do Equador: matrizes para uma releitura do Direito Internacional moderno. **Revista Brasileira de Direito Constitucional (RBDC)**, n. 17, jan./jun, 2011.

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9, set. 2011.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.

BERTONCELLO, R. V. **Processo de modernização e espaço local: o caso do município de Angra dos Reis**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. 2009. Apresentação. In: BARTHOLO, R., SANZOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 13-21.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária do Patrimônio da União. Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Chamada Pública MTur n. 001/2008 - Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital Chamada Pxblica de Projetos_0012008.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2015.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 fev. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988a.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Brasília, 1988b.

BRASIL. Decreto n. 71.971, de 31 de janeiro de 1973. Dispõe sobre zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e dá outras providências. Brasília, 1973.

BULHÕES, A. B., TANI, M. P., ALBINO, R. **O conceito de caiçara**. Trabalho Integrado da Regional Sul fluminense. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Educação. Seropédica, 2015.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R., SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária:**

diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.76-91.

CASTRO-GOMES, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80-87.

COMBATE. Especulação Imobiliária mata jovem trindadeiro de 23 anos. Comunidade protesta contra a T.D.T. 2016. Combate Racismo Ambiental. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/?p=218702>> Acesso em 28 jul. 2016.

COSTA NOVO, C. B. M. **Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM):** Caracterização e análise crítica. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, 2011.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo.** Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. p. 367-378.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 6. ed. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.

_____. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: _____ (Org.). **Enciclopédia caiçara: O olhar do pesquisador.** São Paulo: HUCITEC: NAPAUB: CEC/USP. v. 1, 2004. p. 21-48.

_____. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas:** o caso das comunidades caiçaras. Trabalhos e estudos. São Paulo: USP/Nupaub, 1988.

DUARTE, M. B. G. **Impactos Sociais do Empreendimento Fazenda São Gonçalo Resort.** Ministério Público Federal. Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro. 1998.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Cuadernos de Antropología Social.** n. 41. p. 25-38. 2015.

_____. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 63-79.

FEITOSA, A., SILVA, I. M. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, L.S. (Org.) **Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).** Relatório Final. CPDA/UFRRJ. 2015.

FÓRUM. O que é o Fórum de Comunidades Tradicionais? Fórum de comunidades tradicionais quilombolas indígenas e caiçaras. 2009. Disponível em: <<http://forumtradicionais.blogspot.com.br/>>. Acesso em 08 dez. 2015.

FÓRUM. Mais de 70 Indígenas, Quilombolas e Caiçaras participaram da reunião ampliada do FCT em São Gonçalo, Paraty-RJ. Preservar é Resistir: em defesa dos territórios tradicionais. 2015. Disponível em:

<<http://www.preservareresistir.org/#!Mais-de-70-Ind%C3%ADgenas-Quilombolas-e-Cai%C3%A7aras-participaram-da-reuni%C3%A3o-ampliada-do-FCT-em-S%C3%A3o-Gon%C3%A7alo-ParatyRJ/ca81/562e32d00cf213dceace5755>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. Inovar é possível? In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitario na América Latina. Gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2016.

MELLO, D. **Jesuítas em São Gonçalo?** Biblioteca municipal de Paraty. Manuscrito. 2000.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de.; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 232-248, ago. 2016.

MENDONÇA, T. C. M. et al. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiaças, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p.328-356, mai/jul 2017.

OBSERVATÓRIO. **Comunidades caiaças têm reconhecimento de seu território**. Observatório Litoral Sustentável. 2016. Disponível em: <<http://litoralsustentavel.org.br/boas-praticas/comunidades-caiaças-tem-reconhecimento-de-seu-territorio>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

PARATY. Lei municipal n. 1.835 de 10 de janeiro de 2012. Estabelece “Diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais do município de Paraty”. Paraty, 2012.

POLÍCIA Federal apreende coleção de animais silvestres. **Estado de São Paulo**. 2006. <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,policia-federal-apreende-colecao-de-animais-silvestres,20060209p61646>>. Acesso em 28 jun 2017

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006a. p. 151-197.

_____. **A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

_____. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n. 29, p. 11-20, Instituto Indigenista. Lima, 1992.

SIQUEIRA, Priscila. **Genocídio dos caiçaras**. São Paulo: MassaoOhno; Ismael Guarnelli Editores, 1984.

SAMPAIO, T. **O Tupi na Geographia Nacional**. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901. Disponível em <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, CES, 2009a. p. 23-72.

_____. Um ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, CES, 2009b. p. 445-486.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Prefácio. In: _____ (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2014 [1996].

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, I. M. Os conflitos por terra no litoral sul fluminense (1964-1985): um aspecto da ação do setor empresarial na ditadura civil-militar. In: MEDEIROS, L. S.; TEIXEIRA, M. A. S. (Org.). **Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2016.

_____. Violência contra posseiros decorrentes de obras públicas e da especulação imobiliária: o caso do Litoral Sul Fluminense. In: COMISSÃO Camponesa da Verdade: Relatório final violações de direitos no campo (1946 a 1988). Brasília, 2014.

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado**: quais as transições? Caderno Virtual de Turismo, vol. 8, n. 2, Rio de Janeiro, IVT. 2008. p. 1-14.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por arma de fogo no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO, 2016.

CARTA MANIFESTO

Leia e saiba mais sobre a luta do Caiçara, um povo que vive no litoral brasileiro, mas que até hoje luta para se manter em seu território conquistado a gerações.



O Caiçara é um povo que tem suas raízes no litoral, entre os estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina, que se desenvolveu com base na pesca e lavoura familiar, uma "gente" de costumes e tradições genuínas, com um dialeto próprio e maneira simples de viver.

Esse povo se manteve isolado do mundo exterior até quase a década de 60, com uma economia de troca que saciava suas necessidades mais básicas, um modo de vida que foi alterado com a construção da BR 101 (Rio-Santos) e por consequência o turismo e a especulação imobiliária;

No caso dos caiçaras de Trindade não foi diferente, vivemos assim até 1971, quando se iniciou uma luta (que durou dez anos) pelo direito de permanecer em suas terras.

Foi uma luta árdua e desigual, pois se tratava de uma multinacional com todo o poder e facilidade que o dinheiro pode comprar; contra pescadores e lavradores que só tinham como armas sua fé e um remo. Tempos difíceis onde casas foram derrubadas, lavouras destruídas, vidas coagidas e ameaçadas a deixar suas terras e irem morar em favelas nas cidades. Os "trindadeiros"

lutaram muito até conseguirem serem assistidos através do apoio de turistas que freqüentavam sua comunidade, conseguiram um advogado o Dr. Sobral Pinto, que defendeu a historia desse povo levando então a um acordo que deu o direito de permanecer em parte de suas nossas terras.

30 anos depois ainda vivemos nessa região, agora não somente da pesca, atividade que se tornou secundária seguindo o modo artesanal; também findada as lavouras, pela proibição de se fazer roças, passamos a viver do turismo, atividade que contribuiu para o caiçara não deixar suas terras e irem embora por falta de trabalho, e por consequência a preservação de parte do que ainda resta da Mata Atlântica em nosso país.

Parte dessa região de território dos caiçaras está dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina, criado em 1971. Essa área de preservação sempre foi respeitada e preservada pelos moradores da vila de Trindade, mas desde 2008 o órgão de preservação ambiental responsável, ICMBio chegou com novas demarcações do parque incluindo áreas dos moradores; que faz com que pessoas que sofreram

tanto para permanecer naquela época, agora tenham que sair de suas terras; além de incluir nosso cemitério que foi proibido de ser limpo, impede a conclusão da estação de tratamento de esgoto iniciada pela comunidade em parceria com a Prefeitura bem como a da rede de água que abastecerá a Vila, causando sérios transtornos. Entre outras proibições que estão por vir como a da pesca artesanal; uma arte que deve ser passada para as próximas gerações, mantendo assim nossas tradição e cultura. Prejudicando até os que já abandonaram a pesca e hoje trabalham com passeios de barco com os turistas, podem ser proibidos de manter a atividade que hoje trás o sustento de suas famílias.

Queremos sim que o Parque seja implantado, pois estamos preocupados com a preservação das áreas verdes onde vivemos; somos os mais interessados em água e praias limpas, esperamos há tempos por essa implantação; pois sabemos que além de tudo iria beneficiar nossa atividade comercial, o turismo. Mas acima de tudo queremos permanecer em nossas terras, queremos que nossos direitos sejam respeitados e que realmente se faça jus à palavra desenvolvimento sustentável.

RIO—SANTOS

As favelas de caiçaras

No governo Enélio Garrastazu Médici, a área litorânea entre São Paulo e o Rio de Janeiro chegou a ser considerada prioritária para a reforma agrária. Com a promessa, e posteriormente o início da construção da rodovia Rio—Santos, transformou-se numa das áreas de maior valorização imobiliária do país. Primeiro, negociaram-se os terrenos das margens da estrada. Mas logo começaram a ser descobertas, através de picadas e indicações de excursionistas, praias paradisíacas e isoladas, habitadas há séculos por rudimentares e auto-suficientes caiçaras. O município de Parati, entre Ubatuba e Angra dos Reis, passou a ser disputado palmo a palmo por empresas interessadas em desenvolver grandes projetos turísticos. E os caiçaras foram perdendo suas terras, num processo que vem se desenvolvendo nem sempre através de métodos ortodoxos. Na semana passada, o enviado especial de VEJA, Hermano Henning, percorreu a região. Eis o seu relato:

Olhando a chuva que costuma cair durante uma semana inteira, incansável, graças à barreira formada pelos contrafortes da serra do Mar, o pescador de anzol e lavrador Martin José da Apresentação é um homem resignado com seu destino, que acredita imposto por Deus. "Os dias difíceis vieram. Diz a Palavra e escrito está", lamenta-se ele. Adventista-do-sétimo-dia, 68 anos, Apresentação sabe que esta será a última safra de mandioca que poderá tirar dos 2 alqueires de terra ocupados por seus bisavós, primeiro, seus avós e seus pais, depois, e por ele próprio agora — e que começou a perder há dois anos, num dia de sobressalto, quando apareceram uns homens estranhos e armados fazendo ameaças, derrubando casas e espancando lavradores.

"Os donos da terra querem ela até

maio", diz sua esposa Maria, que lhe deu quatro filhos em 32 anos de casamento. "Nós estamos aguardando a volta do Homem (Cristo). Se ele vier antes da mudança, será cumprida a minha vontade." A vontade é a de ficar — dela e das outras 150 famílias de caiçaras e habitam a vila de Trindade, situada numa das mais belas enseadas da isolada e cobiçada ponta da Joatinga, entre Ubatuba e Parati (veja o mapa na página 27). Nesta mesma região, estão situadas outras duas praias igualmente habitadas por pescadores e lavradores, e disputadas por uma belicosa trupe de empresários, fazendeiros, corretores e especuladores imobiliários — as praias do Sono e das Laranjeiras. Na briga, amparados apenas pela controversa figura jurídica do *usucapião**, e prejudicados por um secular isolamento da civilização (alguns não conheciam o dinheiro até recentemente), os caiçaras têm sido a presa mais fácil.

Indenização discutível — O exemplo de Apresentação é típico, ainda que ele possa se considerar um privilegiado. Por seus 96 000 metros quadrados, receberá da Parati Empreendimentos Turísticos S.A. 150 000 cruzeiros em três prestações, menos de 2 cruzeiros por metro. A Parati vem indenizando dessa forma, por preços discutíveis, todos os caiçaras que habitam as praias de Trindade e Laranjeiras, onde pretende desenvolver grandes projetos turísticos. Um deles está em andamento e os prospectos comerciais anunciam o preço do metro quadrado entre 400 e 500 cruzeiros.

Os métodos para desalojar os pesca-

* *Usucapião*, segundo o Código Civil brasileiro, é o direito de propriedade que se atribui a quem detiver a posse "mansa e pacífica" da terra, e sem contestação, por mais de 25 anos.

dores, contudo, nem sempre são assim pacíficos. Uma milícia fortemente armada, de quarenta homens, transformou uma bucólica casa de Trindade em fortaleza, e com sua presença atemorizou os moradores, uma vez que toda a vila e suas adjacências estão incluídas em projetos turísticos. O progresso, chegando de forma assim abrupta, tem causado modificações nas cidades e vilas da região, e também no comportamento de seus habitantes. A histórica Parati já sofreu grandes transformações, mas todas elas realizadas de uma maneira lenta e sem violência. Com seu porto de Caravelas, a cidade conheceu o fastígio dos grandes fazendeiros de café que por lá embarcavam suas safras, cultivadas no vale do Paraíba. No fim do século XVII, o porto rivalizava com o do Rio de Janeiro e a cidade vivia em franca prosperidade, com teatros espalhados por seus quatrocentos casarões coloniais, dos quais restam hoje apenas quarenta. No século XVIII começou a decadência, e a região praticamente morreu com a abolição da escravidão e o abandono de seus 120 ricos engenhos de cana. Ficaram, sós e esquecidos, apenas alguns nativos, ex-escravos e poucos descendentes de europeus.

Nem fumo, nem álcool — O retorno da civilização a Parati está sendo muito acelerado e desorganizado. Trindade, Laranjeiras e Sono só eram acessíveis pelo mar, através de pequenas baleiras, ou por uma picada perigosa aberta no mato, pela qual atualmente se gastam oito horas para atingir a Rio—Santos. Do mundo exterior, os pescadores só tinham notícias raramente, através de uns poucos mais moços que se aventuravam pelo mar, até Ubatuba. Não conheciam nem o fumo nem o álcool. Hoje, no centro das vilas, pode-se notar já pequenas tendas improvisadas que vendem principalmente cachaca.

Este pequeno paraíso tropical começou a ser redescoberto na década de 60, principalmente por excursionistas. Muitos deles, como o economista Fernando Wucherpfenning e seu compa-

Março/2008

Os alevantados *

Diuner Mello

Nas "Providências Administrativas da Villa da Paraty, Capitania do Rio de Janeiro, 1805" o Ouvidor Geral José Antonio Valente se refere a uma outra revolta popular que aqui criara a vila e que em 1644 (ou 1654) "...aos 26 de Julho restituída pelo Ouvidor Geral, João Velho de Azevedo no limites de obediência à Ilha Grande, de que se tinha esquivado".

Temos até aí duas insubordinações. Parece-me também, que a substituição do antigo Padroeiro, São Roque, por Nossa Senhora dos Remédios foi uma insurreição contra a vontade dos primeiros moradores, que haviam colocado o povoado sob a proteção daquele santo, já que não é comum a troca de padroeiros.

É interessante notar que os movimentos revolucionários que culminaram com a criação da Vila de Paraty coincidem com a proibição da produção e comércio de aguardente no Brasil pelo Rei de Portugal. Estas proibições datam de 1635, 1647, 1659 e 1660-61 e que dão origem à Revolta da Cachaça. Nesta revolta, os proprietários de aguardente depuseram o Governador do Rio de Janeiro e assumiram o governo da província. O povo de Paraty, aproveitando-se da desordem então reinante, liderados pelos muitos proprietários de alambiques locais, se fizeram vila por vontade própria, sem autorização real, porém o município foi criado por Carta Régia de Dom Afonso VI, em 28 de fevereiro de 1667.

Por volta de 1710, Portugal proíbe que se utilize a Estrada Real de Paraty para o transporte do ouro das Minas Gerais. Em 1715, o povo de Paraty requer ao rei e consegue que seja liberado de novo o uso da referida estrada.

Mais adiante, em 1720, Paraty foi anexada à Capitania de São Paulo. De novo, "...representaram os oficiais da Câmara a El-Rei os inconvenientes, que por isso sofriam, e conseguiram a Resolução de 8 de Junho de 1727 a Ordem de 16 seguinte, em virtude da qual ficou a Vila não só na Jurisdição da Capitania do Rio de Janeiro, mas incorporada a este Governo..."

No final do Século XVIII, em 1789, a Inconfidência Mineira teve a participação do médico paratiense Salvador Carvalho do Amaral Gurgel. Joaquim José da Silva Xavier, O Tiradentes, em sua vinda para o Rio de Janeiro, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, trazia uma carta de apresentação a um paratiense, tio daquele médico, no propósito de arregimentar paratienses para a revolta pretendida que, como sabemos, foi frustrada.

Não sabemos de atos de revolta no Século XIX, porém o Século XX foi palco de não poucos movimentos populares de insubordinação

bravamente a uma empresa americana que, comprando a área, pretendeu e ameaçou tirar de lá seus moradores. Unidos, moradores, paratienses e simpatizantes da causa, enfrentaram a Companhia que não conseguiu seu objetivo. A Trindade continua dos trindadeiros.

Na década seguinte, tentaram instalar um camping no areião do Pontal, de frente para a lateral da Santa Casa. A área cercada revoltou a população que, unida, derrubou as cercas, queimou os moirões e repossou-se do espaço, obrigando o governo a reconhecer aquele lugar como área pública, "non aedificandi".

Vários foram também, na mesma época e anteriormente, os movimentos por um plebiscito em que os paratienses decidissem se queriam continuar fluminenses ou pertencer ao Estado de São Paulo. Não se efetivou o plebiscito, mas o movimento obrigou o Governo de nosso estado a olhar melhor por Paraty. Houve ainda a tentativa de um plebiscito que criava o município Ulisses Guimarães, que desmembraria parte do município de Paraty (Tarituba e Batangüera), cuja intenção não vingou, diante da revolta da comunidade local.

Muitas e diversas foram as revoltas de moradores contra os proprietários de terras que delas queriam desalojá-los: Praia do Sono, Trindade (já citada), São Gonçalo, Tarituba, Taquari, Barra Grande, São Roque, Martim da Sá, Ilha das Cobras, Mangueira e tantos outros. Uns foram inteiramente vitoriosos, outros em parte e outros derrotados.

Paraty, um porto aberto, guarda tradicionalmente a característica de acolher e abrigar com dignidade e respeito os que a ela chegam; no entanto, outros movimentos revolucionários acontecerão e, diante dos fatos acima citados, é de se acreditar que o paratiense se "levante" novamente com força e coragem que, se adormecidos hoje, são brasas cobertas de cinzas que se transformarão em fogueira ao sopro das tentativas de se lhe ocuparem o espaço indevidamente.

Historicamente somos "Alevantados" sim, mesmo que aparentemente "dormindo em berço esplêndido".

* *Revolucionário, Insubordinado, insurrecionário*
Bibliografia:
Pizarro e Araújo, Memórias Históricas do Rio de Janeiro.
Fagundes, Ernani, A Revolta da Cachaça.
Ribas, Marcos Caetano, A História do Caminho do Ouro em Paraty.
Gurgel, Heitor e Amaral, Edelweis, Paraty, Caminho do Ouro.
Agradecimentos especiais a João José da Silva Júnior, por me presentear com o artigo Revolta da Cachaça. Maria José S.

<p>Página 2 Informativo</p>	
 <p>AMO.SG</p> <p>Visite São Gonçalo</p> <p><i>Venha conhecer um pedaço do Paraíso na Terra</i></p> <p>Km 541 da BR 101 (RIO - SANTOS)</p>	<h3 style="text-align: center;">Notas da AMO.SG</h3> <ul style="list-style-type: none"> ♦ O asfalto chegou a São Gonçalo e assim como a Luz elétrica, o telefone e a internet causaram mudanças nos hábitos, o asfalto também exige um novo jogo de cintura no dia -a- dia. É a presença dos "Prós" e dos "Contras" escondidos no inevitável progresso. ♦ Estamos saindo da era das fofquinhas e rixas pessoais para um tempo em que faz-se necessária a força máxima da comunidade para que possamos continuar vivendo com dignidade e harmonia enquanto a Mata Atlântica ainda é o nosso pano de fundo. A AMO.SG somos nós todos! ♦ A construção da sede da AMO.SG terá início em breve e uma parte da obra deverá ser feita em forma de mutirão e a parte técnica por um pedreiro contratado, de preferência morador do nosso bairro. Os interessados deverão comparecer as reuniões e se expor. ♦ A Caixa postal comunitária dos correios chegou a São Gonçalo, falta apenas a aprovação do convênio entre a Prefeitura e os correios para iniciar o seu funcionamento. A AMO.SG dispõe dos dados de todos os sócios, mas não possui os dados de todos os moradores. Aproveite o momento e torne-se sócio ativo da AMO.SG ♦ A AMO.SG pretende formular convite aos candidatos a vereador e prefeito de Paraty, para um debate com a comunidade, com tempo determinado e perguntas selecionadas com antecedência! ♦ A comunidade de São Gonçalo receberá em agosto, de 07 a 24, vinte jovens franceses para um convívio diário com os moradores e nossos costumes. É o projeto "CHANTIER" realizado pelo IDACO e a AMAR, envolvendo Brasil e França num intercâmbio iniciado há 20 anos. Vamos precisar de toda gentileza e hospitalidade das famílias para recebê-los à altura. Eles e elas irão nos ajudar nos mutirões e nos eventos.
<p>A AMO.SG agradece a Prefeitura Municipal de Paraty o apoio dado aos nossos projetos e as benfeitorias realizadas em nossa comunidade</p>	<h2>Participe das Reuniões da AMO.SG</h2>
<p>Representações São Gonçalo Gilson & Eliete</p> <p>Bebidas nacionais e importadas, carnes, frios, frutas, legumes, verduras, produtos para higiene, limpeza e materiais de construção</p> <p>(24) 3371 - 3563 / 9901 - 9920 BR. 101 - Sentido Angra dos Reis - São Gonçalo - Paraty - RJ</p>	<p style="text-align: center;"><i>Bar Estação Verão</i> A 1ª casa de Eventos de São Gonçalo - Paraty - RJ</p> <p style="text-align: center;">Música ao vivo</p> <p style="text-align: center;">(24) 3371 - 3575 Estrada de São Gonçalo - s/n°</p>